

# Universidade de Évora

Departamento  
de História

Curso de Museologia

carlos alberto lopes abafa

Castelo de Vide Das campanhas arqueológicas  
à memória de um lugar



152207

Orientadoras Professora Doutora Ana Maria Cardoso Matos(UE) Helena Catarino(UC)

Dez 2004

"Esta dissertação não contém as críticas e sugestões feitas pelo Júri"

# Castelo de Vide

Das campanhas arqueológicas à memória de um lugar



# Castelo de Vide.

## Das campanhas arqueológicas à memória de um lugar

Indice	4
Abstracts	6
Agradecimentos	7
Introdução	9
I parte	
<b>Castelo de Vide</b>	
1 Enquadramento geográfico	14
2 Um olhar sobre a Vila	15
3 As terras da Vide e o termo de Marvão	18
4 O concelho de Castelo de Vide	
4.1 Evolução administrativa	27
4.2 Actividade económica	30
5 A praça d'armas Duarte de ARMAS. Manuel Fortes	35
6 Os Judeus e as movimentações na raia	
os notáveis: Garcia da Orta, Mestre Jorge e Spinosa	40

### II Parte

#### Os achados arqueológicos das campanhas de 1985 a 2004:

1 Considerações prévias	51
2 Castelo	
2.1 Praça d'Armas: terreiro	54
2.2 cavaliárias	60
2.3 Escavação na Rua Direita.	61
2.4 Escavação na Rua do Postigo	61
3 Extra-muros	
3.1 Escavação do Forno da Mealhada	62
4 Arrabaldes	
4.1 Escavação na Rua da Costa	63
4.2 Escavação na Rua Almeida Sarzedas	65
4.3 Escavação na Rua do Mercado	66
4.4 Escavação na Rua da Judiaria	67
4.5 Rua de Santo Amaro	68
4.6 Escavação na Rua Miguel Ferreira	70
4.7 Escavação na Praça D Pedro V	70
4.8 Escavação na Travessa da Arrochela.	71

5 Sinagoga	72
6 Inumações	
6.1 Adro de S. João	76
7 Outras intervenções	
7.1 Olival N.S. Esperança	77
7.2 Largo Salgueiro Maia	78

### III parte

Pressupostos teóricos e aspectos conceptuais na base da constituição do núcleo museológico da Praça de Armas.	79
1 públicos alvo	80
2 museu e comunicação	82
3 organização e comunicação espacial	83
4 museu e comunidade	85
5 interactividade de meios e novas tecnologias	86

### IV parte

A musealização de um núcleo, constituído por dois espaços  
Montagem de um percurso com a evolução histórica de  
Castelo de Vide.

1 Conceptualização do percurso museológico	87
2 Desenvolvimento do percurso museológico	100
2.1 O edifício e enquadramento	100
2.2 Piso térreo. Antecâmara, Sala principal, a história de um lugar	101
2.3 Piso superior. Antecâmara, Sala principal	109
2.4 Antes da Saída	114
3 Percursos temáticos	116
4. Catálogo	119
5 Considerações Finais	120
6 Bibliografia	123

## RESUMO/ABSTRACT

Pretendo com este estudo equacionar a implementação de um Núcleo Museológico que dê a perspectiva da história local.

Desenvolvi um estudo documental da bibliografia que refere Castelo de Vide nas suas origens históricas e geográficas, incluindo naturalmente a movimentação dos judeus. Visei depois, o estudo da actividade arqueológica desenvolvida dentro do perímetro amuralhado da Vila, nas últimas décadas.

Concebi um percurso museológico, desenvolvendo uma lógica para estimular o visitante para as questões da história da Vila. Entende-se que este museu não se confina ao núcleo propriamente dito, mas prolonga-se pelo Burgo Medieval envolvente. Daí a inclusão de uma área de interactividade com o exterior da Vila sob a forma de um écran com captação de imagens em tempo real. Equaciono a inclusão de uma zona de experimentação de carácter prático-lúdico, ligada à prática arqueológica.

A projectação identitária da Vila no espaço museológico fará com que aquilo que era um espaço inacessível, deixe de ser um *não-lugar*. Passando a congregar memórias colectivas, constitui-se assim como *lugar*.

### Castelo de Vide

#### From archaeological digs to the memorie of a place

With this study I aim to implement a local Museum that gives a perspective of the history of the town.

I have undertaken a bibliographic study about Castelo de Vide in its origins, including the movement of the jews. Then I have studied the archaeological activity that was carried out within the walled perimeter of the town, in the last decades.

I have conceived a museum way, developing logic to stimulate the visitor towards the history of the town. It is understood that this museum includes, not only the exhibition area, but also continues to the surrounding medieval borough.

This explain the inclusion of an interactive area with the outside of the Town, through a monitor capturing exterior images, in a real time.

I'm considering the inclusion of an experimental practical-play area, related with the archaeological pratice.

Assembling collective memories of the town and projecting them in the museum, will reveal its identity. It will transform a *non-place* into a *place*.

## Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer às Professoras Doutoras Ana Maria Cardoso Matos e Helena Catarino a disponibilidade que sempre manifestaram num apoio crítico permanente e efectivo nas minhas deambulações por todo este processo. Uma palavra de gratidão pelo incentivo dado pelo Professor Doutor Jorge de Oliveira para realizar um projecto realista, concretizando velhos sonhos de um espaço museológico em Castelo de Vide. Igualmente à Dr<sup>a</sup> Carmen Ballesteros pela disponibilização de materiais, apoio manifestado e colaboração. Quero igualmente relembrar o contributo científico transmitido por todos os professores do curso na pessoa do Professor Doutor João Carlos Brigola.

Quero agradecer à Câmara Municipal de Castelo de Vide, na pessoa do seu Vice-presidente, Dr. António Pita, as facilidades concedidas na pesquisa nos arquivos e acções levadas a cabo pela Secção de Arqueologia, em colaboração com os arqueólogos responsáveis pelas escavações, como também na cedência de documentação. Quero agradecer de um modo geral a todos os elementos da Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide, pelo apoio que me deram, em especial ao João Magusto, pelo apoio dado às minhas inúmeras inquietações.

Agradecer de um modo especial ao Arquitecto João Pires do IPPAR, o apoio, simpatia e confiança depositada em mim neste projecto, assim como à equipa dos arquitectos projectistas Nuno Teotónio Pereira, Nuno Malato e Alberto Cruz pela simpatia e apoio que me manifestaram. Não poderei esquecer o professor António Viana pelos preciosos conselhos técnicos.

De uma forma explícita, quero enumerar um conjunto de pessoas que de algum modo prestaram apoio a esta minha tarefa, arquitecto Pedro Cid, arqueólogos Jorge Oliveira, Carmen Ballesteros, Joaquim Carvalho e Nelson Almeida, e ainda Miguel Teotónio Pereira, capitão Mendonça, da Biblioteca do Estado Maior do Exército e à Direcção de Serviços de Engenharia Militar, designers Lisete Morais e Olívia Salgueiro e, ainda à Drª Silvína Oliveira.

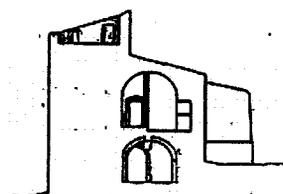
Um agradecimento muito especial a Ana Nunes pelo incentivo, apoio crítico e sobretudo, pela revisão dos textos.

Por fim, à Cláudia, à Sandra e ao Vicente.

## Introdução

### O sonho torna-se realidade, ou a realidade de um sonho

No momento em que me propunha — no âmbito do mestrado de museologia — fazer um estudo para a concepção de *um* espaço museológico, foi-me solicitado pela Câmara Municipal de Castelo de Vide e IPPAR, que equacionasse uma proposta de viabilização de um Núcleo Museológico para um espaço incluído no projecto de recuperação do castelo, da autoria dos arquitectos Nuno Teotónio Pereira, Nuno Malato e Alberto Cruz. Esse Núcleo iria ser implementado no antigo paiol, na Praça d'Armas<sup>1</sup>.



Corte do edifício, onde será instalado o Núcleo Museológico.

<sup>1</sup> Ver Anexo 42.

Ao equacionar e ponderar esta proposta, acabei por aceitar, no sentido, por um lado, de preparar com este estudo as condições necessárias para fazer uma proposta devidamente justificada e teoricamente apoiada. Por outro lado, este desafio permitia-me testar um conjunto de soluções, em lugar de responder a condições idealizadas, o que, não sendo mais fácil, era certamente mais estimulante. No entanto, quero deixar claro que a solução académica e a solução profissional têm naturalmente objectivos finais distintos, embora complementares.

Assim, desenvolvi, numa primeira abordagem, um estudo documental de bibliografia que refere Castelo de Vide nas suas origens históricas e geográficas, para melhor equacionar a objectividade da Vila e da sua população ao longo dos tempos, incluindo naturalmente a movimentação dos judeus.

Numa segunda abordagem, visei o estudo da actividade arqueológica até agora desenvolvida dentro do perímetro amuralhado da Vila, que se agrupa

em duas linhas distintas. Uma planificada, que desde 1985 investiga a área do castelo e visa o estudo das origens do seu núcleo medieval, tendo em vista disponibilizar o espólio para um futuro espaço museológico. Outra de emergência, que tem feito intervenções sobretudo nas obras de recuperação, ampliação ou remodelação, encontrando, sobretudo, silos ou inumações.

Abordo os aspectos teóricos de uma musealização que tenha em conta a comunicação, as novas tecnologias e a participação de públicos diversificados — local, nacional, sem esquecer o público jovem e o visitante estrangeiro —. Por fim, a conceptualização do percurso<sup>2</sup>, que complementa os pressupostos teóricos.

<sup>2</sup> Ver anexo 51

Concretiza-se o percurso museológico, percorrendo cada um dos momentos previstos no discurso museal. Equaciona-se a inclusão de uma zona de experimentação de carácter prático-lúdico, ligado à prática arqueológica.

Ao longo do percurso diversificam-se os métodos comunicativos desde os suportes tradicionais aos informáticos. Inclui-se uma área de interactividade com o exterior da Vila, sob a forma de um écran com captação de imagem em tempo real.

Como vou concretizar o projecto de musealização do antigo paiol, incluo alguns esquemas projectuais, objectos gráficos e fotográficos, para se ter uma ideia do que poderá ser o resultado final.

## A memória de um espaço

A ideia de fazer um espaço museológico na Vila de Castelo de Vide, vem de longa data no espírito de alguns, mas por uma ou outra razão tem vindo a ser adiada. Surgiu agora a oportunidade — com a articulação do IPPAR, e conjugando múltiplas ideias, a parceria da Autarquia e o Programa de Recuperação dos Castelos do III Quadro Comunitário, dotado de um programa operacional para a Cultura, — de satisfazer a realização de velhos sonhos na recuperação, revitalização e valorização do castelo e seu burgo medieval.

Castelo de Vide perdera a grande oportunidade de ter um museu regional, em 1878, aquando da ligação viária de Portalegre a Marvão e Castelo de Vide, passando pela igreja de S Salvador da Aramenha. Nas obras surgiram “vasos, sepulturas, inscrições, moedas, objectos de uso doméstico, âmforas e outros preciosos achados que o alvião inconscientemente ia destruindo”[sic]<sup>3</sup>. Lamentava Possidónio Laranjo Coelho não se ter aproveitado tal tesouro para fundo de um possível museu em Castelo de Vide, mas de facto nenhuma autoridade se interessou por tal espólio que foi dispersado e destruído.

<sup>3</sup> Possidónio M Laranjo  
COELHO, Terras de Odiana,  
Revista *Ibn Marúan*, nº 11, 2001,  
p. 37.

O Distrito de Portalegre publicava na altura forte crítica à actuação dos responsáveis pela incúria e falta de perspectiva que as autoridades manifestaram. Destruiu-se grande parte do património da antiga cidade de Ammaia e “perdeu-se uma ocasião propícia para se fazer tudo isso com pouca despesa, aproveitando-se os jornaleiros da estrada em construção, perdeu a Câmara de Castelo de Vide o magnifico ensejo de enriquecer o concelho com um museu municipal, e perdeu a Historia da Península documentos porventura de grandissimo merito”. E rematava assim “não fazemos censuras a ninguém, que isto de desmazelo e incuria é sestro essencialmente nacional”<sup>4</sup>.

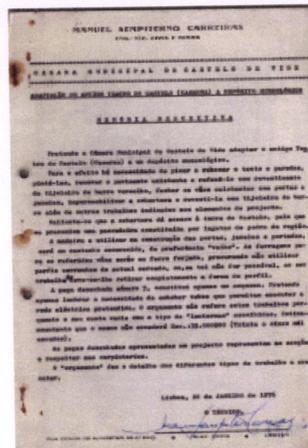
<sup>4</sup> O Distrito de Portalegre nº  
405 de 23 de Dezembro de 1891,  
8º ano.

Em meados dos anos setenta do século XX houve uma tentativa, liderada pelo Mestre Ventura Porfírio, de transformar o “Antigo Teatro do Castelo (Caserna)” localizado do lado esquerdo de quem entra actualmente no castelo, junto à Torre de Menagem. Foram, entretanto, adjudicadas as obras de transformação do Antigo Teatro em Depósito Museológico, a Manuel Sempiterno Carreiras, que fez ainda algumas obras de “picar e rebocar o tecto e paredes, pintá-las, remover o pavimento substituí-lo”<sup>5</sup> e de arranjo de portas e janelas... mas estas pararam...

Em 1984, aquando da apresentação do estudo prévio do Plano de Urbanização de Castelo de Vide, o arquitecto Nuno Teotónio Pereira, apresentou um conjunto de ideias para o desenvolvimento de toda a zona do castelo e burgo medieval, nomeadamente a recriação do passeio da ronda, e o aproveitamento e revitalização de alguns espaços.

Em 1985, Jorge de Oliveira inicia as primeiras escavações com carácter científico na chamada Praça de Armas, coordenadas por si com o objectivo de que “brevemente será alvo de restauro com o fim de se proceder à montagem do Museu Monográfico de Castelo de Vide”<sup>6</sup>. Mais tarde, em 1988, o mesmo arqueólogo defende no jornal ABC<sup>7</sup> a recuperação do castelo para albergar um espaço cultural polivalente, que incluiria auditório, núcleos museológicos e sede da Secção de Arqueologia.

Em 1986, o então Presidente da Câmara, Carolino Tapadejo, solicitou à Oficina de Artes Plásticas Ouriço a possibilidade de se estudar uma proposta de viabilidade de instalação de um Museu no Antigo Teatro do Castelo. Projecto esse que foi liderado por Vasco da Câmara Pestana e Carlos Abafa, mas que não passou de intenções por parte da Edilidade.



<sup>5</sup> Memória descritiva do caderno de encargos do Engº Civil e Minas, Manuel Sempiterno Carreiras, para “Adaptação do Antigo Teatro do Castelo (Caserna)” a Depósito Museológico. Janeiro, 1976. [p.1.]. Ver anexo 1



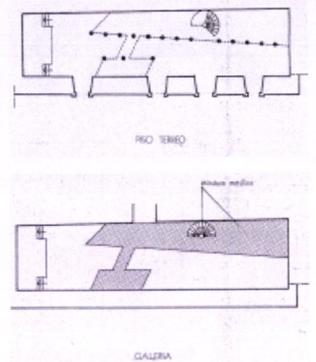
Praça de Armas de Castelo de Vide

<sup>6</sup> Jorge de OLIVEIRA, *Praça de Armas de Castelo de Vide*, Relatório de 1985. [p. 3].

<sup>7</sup> *A Praça de Armas de Castelo de Vide*, Jornal ABC de Agosto de 1988. pp.18-19. Ver anexo 2.

Foi feita uma proposta que, “sem pôr em causa a qualidade primitiva do espaço, pretende sim explorar e revitalizar as potencialidades e a originalidade contida na forma global dessa grande nave”. Justifica-se que “contrapôs-se à rigidez das longas paredes de pedra uma estrutura metálica necessariamente leve que nos remete através da sua precaridade e da sua invenção plástica a uma demarcação entre dois tempos: por um lado conserva-se e consolida-se o volume interior e a forma exterior que nos leva ao passado, por outro lado reflecte-se o programa proposto numa perspectiva contemporânea...”<sup>8</sup>

Assim era introduzido um elemento de forte impacto visual, plástico e funcional com uma estrutura metálica criando um piso superior, aliado a uma zona de palco que tinha como objectivo criar “um impacto ambiental que revele e incentive uma prática cultural viva e actuante”<sup>9</sup>. Ficaram unicamente as intenções...



Ante-projecto para o Antigo Teatro do Castelo. Depósito Museológico do Núcleo Histórico do castelo — Castelo de Vide”.

<sup>8</sup> Vasco da Câmara PESTANA E Carlo ABAFA, Memória descritiva do “Depósito Museológico ou Centro Dinamizador do Núcleo Histórico do Castelo” — Castelo de Vide, 1986. [p.1].

<sup>9</sup> Ibidem, 1986. [p.2]. Ver Anexo 2.



I parte — Castelo de Vide

# Castelo de Vide

## 1. Enquadramento geográfico

A Vila de Castelo de Vide situa-se nos contrafortes da Serra de S. Mamede<sup>1</sup>, que se desenvolve no sentido sudeste-noroeste, no Alto Alentejo, numa zona de transição para a Beira. Ao longe, em dias de boa visibilidade, vê-se, na direcção norte, dominada por alguns cabeços, a Serra da Estrela com o maciço branco da neve e suas terras beirãs. A Este, avista-se a linha de fronteira com terras de Espanha, percorrida, em parte, pelo Sever que irá desaguar no Tejo, vendo-se ao longe a Serra de S Pedro, em Espanha. A Oeste, as terras de planície que se estendem por todo o Alentejo e, a Sul, a Serra de S Paulo que constitui os contrafortes da Serra de S Mamede.

<sup>1</sup> Ver anexo 3

A Serra de S Mamede é caracterizada por relevos acentuados que quebram a monotonia da planície meridional. A formação rochosa é granítica, ocupando os xistos curto-ordovícios e rochas metamórficas pequenas áreas, correspondendo a superfícies aplanadas de que sobressaem as cristas quartzíticas ordovícias, que se desenvolvem no sentido noroeste-sudeste, numa sequência de montanha/vale, que se prolonga até terras de Espanha, interrompida na falha geológica de onde nascem belíssimas águas naturais. A água mineral é um dos elementos vitais na região, tendo características diversificadas e inúmeras qualidades específicas. A região tem uma pluviosidade média anual elevada, 876.7 mm, e uma temperatura média anual baixa, 12,7º C, o que em termos regionais, faz de Castelo de Vide uma excepção, devido à constituição geológica dos relevos, altitude e predominância dos ventos atlânticos, soprando do Norte, em especial de Noroeste.<sup>2</sup>



Vista parcial da Vila.

<sup>2</sup> Nuno Teotónio PEREIRA, Luis Sá PEREIRA, *Plano Geral de Urbanização-Análise*, Vol. I, Castelo de Vide, 1983. pp. 20-22. Susana Maria de Quintanilha e Mendonça Mendes BICHO, *A Judiaria de Castelo de Vide, Contributos para o seu Estudo na Óptica do Património Urbano*, Dissertação de mestrado em Património Arquitectónico e Paisagístico da Universidade de Évora, 1999. p. 24. [Policopiado].

As características geo-morfológicas determinam as condicionantes no surgimento do revestimento natural. Castelo de Vide insere-se no extremo nordeste de um vasto território compreendido entre o rio Tejo e o Guadiana,

correspondendo à antiga Lusitânia, e inclui-se nas chamadas 'zonas semi-húmidas das Bacias do Tejo e do Sado'. Essas condições determinantes de semi-humidade, conjugadas com a abundância de nascentes de água, originaram uma paisagem verdejante e um clima mais temperado do que no resto da província alentejana, pelo que criaram condições propícias à exploração do montado de sobre e azinho, espécies autóctones, como também da oliveira, noqueira, e castanheiro e à criação de gado lanígero e, conseqüentemente, à implantação de indústrias, sobretudo nas áreas dos lanifícios, cortiça, queijos, salsicharia e moagem. Esta multiplicidade de actividades ultrapassa largamente a dicotomia cereais/gado a que sempre se associou o território alentejano, eminentemente agrícola.<sup>3</sup>

## 2. Um olhar sobre a Vila

Se quisermos ter uma ideia volumétrica e de maior compreensão do espaço ocupado pela Vila de Castelo de Vide<sup>4</sup>, basta subir à Senhora da Penha e de lá observar, de uma forma nítida, o conjunto arquitectónico desenvolvido ao longo de séculos. A Vila assume uma posição altiva, numa cintura amuralhada com fortes índices de destruição, oferecendo-nos uma leitura das diferentes morfologias urbanas, que a geografia dos terrenos e as vontades ou vicissitudes dos homens e da sua história foram construindo ao longo dos tempos. É, ainda hoje, nitidamente observável a modelação tipificada do edificado, correspondendo ao evoluir da ocupação humana do território.<sup>5</sup>

Assim, o castelo prefigura uma construção medieval a 600 metros de altitude, com múltiplas alterações posteriores que lhe alteraram as lógicas iniciais de funcionamento, adaptando-o sistematicamente a novas realidades.

Aquilo que se designa por castelo constituía, já nos princípios do século XVI, uma zona fortificada, segundo o desenho de Duarte de Armas. Apresentava

<sup>3</sup> Ana Cardoso de MATOS, "A indústria dos lanifícios no Alentejo (finais do século XVIII a finais do século XIX)", *Ler História*, Nº 40/2001. pp. 95-125. Helder Adegar FONSECA, "As elites económicas, 1850-1870: anatomia social e empresarial", *Análise Social* nº 136-137, UL – Instituto das Ciências Sociais. pp. 711-744. H. LAUTENSACH, "Publicações recentes acerca da Península Ibérica (quarta notícia)", *Finisterra* Vol. VI, nº 12, Lisboa, 1971. pp. 255-277. Jorge Fortes de OLIVEIRA, *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*. Tese de Doutoramento na Universidade de Évora, Edição Especial da Revista *Ibn Maruán*, Tomo I, Marvão, 1997. Diamantino TRINDADE, *Castelo de Vide. Subsídios para estudo da Arqueologia Medieval*, Assembleia Distrital de Portalegre, 1979. Susana Maria de Quintanilha e Mendonça Mendes BICHO, *Ob. cit.*, 1999. José Augusto da Cunha Freitas de OLIVEIRA, *Castelo de Vide nos séculos XIII-XV*. [pp.119], [Policopiado].

<sup>4</sup> Ver Anexos 5 e 48

<sup>5</sup> Ver anexo 4

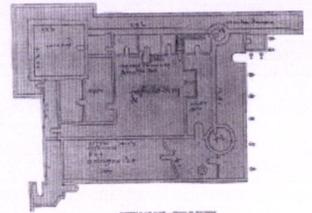


Castelo de Vide, vista da Senhora da Penha.

um registo, numa cintura amuralhada de planta rectangular, variável devido ao acidentado do terreno, com as torres redonda e a de menagem, uma outra torre quadrada, colocada à direita da porta principal, com janelas e cobertura piramidal muito aguçada e que ligava ao Arrabalde do lado nordeste, pela Rua da Fonte, com início numa casa com arco, já não existente.<sup>6</sup>

No interior do castelo pode ver-se a igreja da Senhora da Alegria e as ruínas do convento de Santa Catarina, dos princípios do século XVIII, que nunca chegou a ser concluído, em virtude de, em 1755, o governador militar desaconselhar a continuação da obra, por haver próximo um paiol de pólvora. Foi reconsiderada a sua utilização como estrutura para alojar tropas, havendo um projecto nesse sentido que também não foi viabilizado.<sup>7</sup> Hoje, apresenta fortes indícios de desmoronamento, devido à fragilidade da estrutura. Qualquer intervenção é de extrema complexidade operacional e risco.

O *canto da Aldeia*, conjunto de casas que se desenvolve pela encosta sudoeste fora do Castelo, seria para António Repenicado<sup>8</sup> o núcleo original do povoado primitivo, embora Alexandre Herculano negue a existência de qualquer povoado nesta zona antes da reconquista, seguido por outros autores na mesma premissa. O aglomerado, pelo facto do declive não ser demasiado intenso, desenvolve-se aproveitando as linhas de nível e, a partir daí, por duas ruas principais, a da Costa e de S Pedro, cortadas transversalmente por ruas de inclinação muito acentuada, dando acesso directo ao castelo. A Rua da Costa e a Rua de S. Pedro dirigem-se para a zona central da Vila, onde outrora se implantou a Ermida de Santa Maria da Devesa, dando lugar, no século XVIII, à Igreja Matriz de Santa Maria da Devesa, terminada em 1873. A *Aldeia*, virada a sul, beneficia da proximidade do castelo e da Ribeira de S João, que corre no vale, contribuindo para várzeas muito férteis, pela abundância da água.



Desenho de Duarte de Armas, planta do castelo.

<sup>6</sup> João ALMEIDA, Reprodução anotada do 'Livro das Fortalezas de Duarte de Armas', Lisboa, 1943. pp. 166-168. Ver anexo 6.



Desenho de Duarte de Armas, vista Oeste.



Igreja de Nª Sª da Alegria

<sup>7</sup> Projecto de remodelação para alojamento de tropas, referência 3642/1, da Direcção dos Serviços de Engenharia Militar, Armário 3, Prateleira 36, Pasta 49. Ver anexo 7

<sup>8</sup> António Vicente Raposo REPENICADO, "Da notável Vila de Castelo de Vide, Apontamentos," Separata do Jornal *TERRA ALTA*, Castelo de Vide, 1969.



Rua da Costa.

Da porta do castelo sai a Rua de Santa Maria que se dirige ao centro da Vila, onde se situa a Ermida de Santa Maria. Neste rossio desenvolveram-se as actividades de comércio e sociais, assim como as do poder civil e religioso. Este curioso redondel alongado é formado pelas Carreiras de Cima e de Baixo, com aberturas que permitem a circulação e uma perspectiva da serra de S Paulo, de um lado, e, do outro, das ruas íngremes, que atravessam o tecido urbano, de malha perpendicular, até à muralha e Corredoura, zona de crista que liga a S Roque.



Corredoura

<sup>9</sup> Ver anexo 8.

<sup>10</sup> Separata das "Memórias", Classe da *Academia das Ciências de Lisboa*, Tomo VI, pp. 69-70, mencionada por Diamantino TRINDADE, *Ob. cit.*, 1979. p. 82.

<sup>11</sup> Ver anexo 49.

<sup>12</sup> Manoel de Azevedo Fortes cavaleiro professo da Ordem de Cristo, coronel de Infantaria do partido da corte e governador da praça de Castelo de Vide, em 1705, após reconquista de Castelo de Vide aos espanhóis, durante a Guerra da Sucessão de Espanha. Nasceu em Lisboa, em 1660, estudou em França e Itália, com notável êxito Matemáticas e Filosofia. Ao regressar a Portugal ingressa no exército e em 1719 ocupa o lugar de engenheiro-mor do Reino. Em 1728-29, saíram os dois volumes da obra *O Engenheiro Português*, de intenções didácticas. Desenvolve os conhecimentos considerados indispensáveis para o desempenho da profissão de engenheiro militar ou civil. Em 1744, publica a *Lógica Racional, Aritmética e Geométrica*, considerada obra de referência do iluminismo português. Publica ainda outras obras, merecendo referência o *Tratado [...] de Fazer Cartas Geográficas*, editado em 1722. Luis ALBUQUERQUE, "Manuel Fortes", *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, José Costa PEREIRA (coordenador), Vol. I, Publicações Alfa, Lisboa, 1985. p. 267.

O arrabalde da zona sueste, onde se situa a Judiaria, é um aglomerado de estrutura radiante que se desenvolve à volta da Fonte da Vila<sup>9</sup>, como centro da vida e do seu bem indispensável, e de onde irradiam cinco ruas: Rua da Fonte, do Mestre Jorge, do Arçário, dos Serralheiros e dos Espinosas (nome que Laranjo Coelho sugere ser de uma ilustre família castelo-vidense, à qual pertenceria Barnach Spinoso)<sup>10</sup>. Marcam, assim, o esqueleto urbano de uma das zona mais antiga da Vila, a atestar pela existência de uma grande variedade de portas ogivais<sup>11</sup>.

A zona este da Vila sobe à Torrinha e desenvolve-se em ruas perpendiculares, numa urbanização característica do século XVIII, até ao forte de S. Roque, praça mandada reedificar pelo Governador Manoel Azevedo Fortes<sup>12</sup>, substituindo a que tinha sido destruída. Simultaneamente, alargaram-se as muralhas da Vila, de modo a incluir o novo forte, bem como a população que, entretanto, se instalara extra-muros. Foi incluída no conjunto das obras uma nova porta – Arco de Aramenha<sup>13</sup> – na zona de S Francisco, estabelecendo a ligação a Marvão, porta essa destruída no século XIX.

A partir do Forte de S Roque, as manchas habitacionais do século XX são nitidamente referenciadas a Sul pelo Bairro da Muralha e o Bairro da Eira e a Este pelo Bairro da Boavista, já fora do perímetro das muralhas.

<sup>13</sup> Ver desenho da planta de Castelo de Vide, em 1818, por Pedro Folque, Arquivos da Direcção dos Serviços de Engenharia Militar Ref. 3635, Armário 3, Prateleira 36, Pasta 49. Anexo 52.

### 3. As terras da Vide e o termo de Marvão

Apesar de não se terem encontrado vestígios de clara ocupação do Neolítico ou do Calcolítico no espaço do castelo, as características geo-morfológicas e estratégicas tornam provável que esta zona privilegiada tenha sido ocupada por populações muito antigas<sup>14</sup>. Toda a zona do Nordeste alentejano e Estremadura espanhola foi maciçamente ocupada pelo homem da Pré-História, devendo esta humanização da paisagem ter-se reflectido de uma forma global e em toda a região, obviamente, sem os limites das fronteiras actuais. Desde o Paleolítico existem vestígios arqueológicos, por exemplo, nos terraços do rio Sever, prolongando-se essa ocupação por toda a sua bacia, nos tempos pré e proto-históricos, de acordo com os vestígios profusamente encontrados.<sup>15</sup>

Castelo de Vide é, sem dúvida, uma zona de grande concentração de Dólmens ou Antas e de Menires, comprovando a permanência do homem desde longa data, conforme se verifica nos levantamentos feitos por: Pereira da Costa<sup>16</sup>, primeiro investigador que, em 1865, escavou cientificamente as antas deste concelho, mediu e fotografou os monumentos megalíticos; Leite de Vasconcelos<sup>17</sup>, que estudou e recolheu parte do espólio para o Museu de Etnológico Português em Belém; Maria da Conceição M Rodrigues, que fez o levantamento do espólio existente, publicando uma Carta Arqueológica do Concelho<sup>18</sup>; e Jorge de Oliveira que, ao abordar a Bacia Hidrográfica do Rio Sever, estudou o *Megalitismo*<sup>19</sup> na região das margens fronteiriças, entre outros contributos.

É no período da chamada cultura megalítica que Joaquim Carvalho<sup>20</sup> situa os vestígios com balizas cronológicas entre o 5º e 6º milénio a.C. até ao 2º milénio. Estão portanto, profusamente estudados neste concelho, como anteriormente se referiu, tendo no Neolítico final surgido monumentos megalíticos de um modelo social evoluído, como a Anta da Tapada de Matos, em Póvoa e Meadas.

<sup>14</sup> Ver anexo 9

<sup>15</sup> Maria da Conceição

RODRIGUES, *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide*, Lisboa, 1975. Jorge Fortes de OLIVEIRA, *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*, Tese de Doutoramento na Universidade de Évora, Edição Especial da Revista *Ibn Maruán*, Tomo I, Marvão, 1997. A Penador FERNANDES, J Correia PERDIGÃO, H Figueiredo de CARVALHO e A Martins PERES, *In Carta geológica de Portugal*, escala 1/50 000, Notas explicativas da Folha 28D Castelo de Vide, Lisboa, 1973.

<sup>16</sup> Pereira da COSTA, *Monumentos Prehistóricos Descrição de Alguns Dolmens ou Antas de Portugal*, Lisboa, 1868.

<sup>17</sup> Leite de VASCONCELOS, *História do Museu Etnográfico Português*, Lisboa

<sup>18</sup> Maria da Conceição M RODRIGUES, *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide*, Lisboa, 1975.

<sup>19</sup> Jorge Forte de OLIVEIRA, *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*, Tese de Doutoramento na Universidade de Évora, Edição Especial da Revista *Ibn Maruán*, Tomo I, Marvão, 1997

<sup>20</sup> Joaquim CARVALHO, "Ocupação Humana no Concelho de Castelo de Vide desde a Pré-história até à Alta Idade Média", Revista *Ibn Maruán*, nº 8, Marvão, 1998. pp. 183-191.

É provável ter havido, neste período, contacto com culturas mediterrânicas, adoptando, durante o terceiro milénio, novas tecnologias de fabrico de artefactos, utilizando o cobre, continuando este metal associado aos artefactos líticos e cerâmicos de tradição neolítica.

A metalurgia do cobre abre novas perspectivas de progresso, acentuando uma divisão social do trabalho, que se traduz na repartição de tarefas. Esta actividade de ofícios desliga-se da produção exclusiva de bens alimentares, da criação de gado, e contribui para a acumulação de riqueza, para o incentivo das trocas comerciais, na gestação de uma nova economia. Na passagem do Calcolítico para a Idade do Bronze não houve ruptura, mas uma continuidade e aperfeiçoamento do progresso das técnicas e diversidade de instrumentos fabricados. Surge, por isso, uma sociedade mais organizada e hierárquica baseada nos benefícios económicos acumulados e numa caracterização individualista do poder consanguíneo, em grupos mais restritos da sociedade. A representação do motivo anconiforme nas estelas funerárias, como a da Tapada da Moita<sup>21</sup>, que se encontra nas instalações do Centro Cultural de Castelo de Vide, é interpretado como um símbolo de autoridade. Desconhecem-se os sistemas de povoamento, possivelmente com estruturas frágeis, ou pequenas fortificações naturais de defesa.

Seguir-se-á a Idade do Ferro — convencionalmente descrita desde o século VIII a.C. até ao início da nova era — que se caracteriza pelo desenvolvimento da siderurgia, por uma arte decorativa geométrica, pela expansão de ritos funerários de incineração e pela construção e progressiva consolidação de estruturas sociais, baseadas na família e nos laços consanguíneos de elites.

Os achados de períodos mais remotos que se encontraram no castelo, nas várias campanhas arqueológicas, foram duas facas em sílex<sup>22</sup> misturadas com materiais do século XVII, machado em anfíbolite polida, aos 3,62 m de



Estela da Tapada da Moita, na Centro de Cultura de Castelo de Vide.

<sup>21</sup> Ver anexo 11

<sup>22</sup> Jorge OLIVEIRA, "Trabalhos Arqueológicos na Praça d' Armas de Castelo de Vide/ Campanhas de 1985, 1986 e 1987-A". *Actas do 1º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre*, 1987. p.150. A existência destas facas de sílex "levam a pensar numa utilização como 'pedrneiras' nas armas de fogo dos últimos anos da Idade Moderna.

profundidade, bem como fragmentos de cerâmica extremamente rolados.<sup>23</sup> Embora não possibilitassem a sua datação, podem, no entanto, indiciar ocupação neolítica ou calcolítica naquele local.

A ocupação romana é referida nesta parcela do território, sensivelmente por volta da segunda metade do século II a. C. Têm sido poucas as referências deste período nas Terras de Vide; no entanto, os estudos que estão a ser gerados a partir da cidade da Ammaia, têm contribuído para um maior conhecimento da presença romana nestas paragens<sup>24</sup>.

Não existem dentro da Vila indícios fortes da ocupação romana. Talvez tenham sido destruídos ou utilizados na construção de novas casas. O vizinho concelho de Marvão tem fortes testemunhos da ocupação romana, especialmente a cidade da Ammaia,<sup>25</sup> da qual se deslocou, no século XVIII, para a entrada de Castelo de Vide, o Arco da Aramanha<sup>26</sup>, posteriormente destruído. No entanto, em estudos recentes, surgem referências a alguns elementos romanos, como é o caso da base da Torre de Menagem, da Igreja da Senhora da Vitória e da inscrição reaproveitada numa casa do século XV-XVI<sup>27</sup>. Na Rua de S Pedro foi descoberta uma inscrição romana, num patamar de uma casa do séc. XV-XVI, por Diamantino Trindade<sup>28</sup> e, ao que parece, por informação dos donos, as restantes pedras do patamar também continham inscrições, que estavam no lado oposto ao piso. Na Quinta da Água Formosa, em Castelo de Vide, são visíveis vestígios de povoado, podendo ter sido local de controlo do vale fértil do prado, que se estende para além da Escusa até à Aramanha. Este local poderá ser anterior à romanização, pelo menos anterior a Ammaia.<sup>29</sup>

A Lusitânia foi ocupada pelos *bárbaros* no século V<sup>30</sup>. Da ocupação deste território, no período visigótico, poucos são os vestígios, mas existe referência na obra de Maria da Conceição aos achados das necrópoles deste período, escavadas na rocha.<sup>31</sup> Sabe-se, porém, que este tipo de sepulturas é frequente ao longo da Idade Média.

<sup>23</sup> Jorge OLIVEIRA, "Trabalhos Arqueológicos na Praça d' Armas de Castelo de Vide", *Relatório da Escavação*, Castelo de Vide 1988. [p. 5], [Policopiado].



Igreja da Senhora da Vitória

<sup>24</sup> Veja o conjunto de artigos que foram publicados sobre o tema "Ammaia" na Revista *Ibn Maruán*, nº 12. Marvão, 2002. pp. 11-167.

<sup>25</sup> Adel SIDARIUS, "Ammaia de Ibn Maruán: Marvão", Revista *Ibn Maruán*, nº 1, 1991. pp. 13-26; Possidónio COELHO, "Terras de Odiana", Revista *Ibn Maruán*, nº 11, Marvão, 2001. pp. 11-48. 2002; Jorge OLIVEIRA, Revista *Ibn Maruán*, nº 12, Marvão, 2002. pp. 69-83.

<sup>26</sup> Possidónio M Laranjo COELHO, "Terras de Odiana", Revista *Ibn Maruán*, nº 11, Marvão, 2001. pp. 34-36.

<sup>27</sup> José Augusto da Cunha Freitas de OLIVEIRA, *Castelo de Vide nos séculos XIII-XV*. [p.5], [Policopiado].

<sup>28</sup> Diamantino TRINDADE, *Ob. cit.*, 1979. p. 17.

<sup>29</sup> Joaquim CARVALHO, "Ammaia e a sua rede viária, algumas propostas de trabalho", Revista *Ibn Maruán*, nº 12, Marvão, 2002. pp. 69-83.

<sup>30</sup> Possidónio M Laranjo COELHO. "Terras de Odiana". Revista *Ibn Maruán*, nº 11, Marvão, 2001. p. 40.

<sup>31</sup> Maria da Conceição RODRIGUES, *Carta arqueológica do Concelho de Castelo de Vide*, Castelo de Vide 1975. pp.194-210.

Em 711, o chefe berbere Tarique, depois de vencer os godos na batalha de Barbate ou Guadalete, desloca os seus exércitos para norte, pela via romana de Sevilha, arrastando civis que vieram estabelecer-se nas terras conquistadas. Coube, porém, aos Árabes, comandados por Musa e seu filho Aba Al-Aziz, a conquista das Terras da Lusitânia. Ocuparam as terras de Odiana e dominaram a escassa população existente, sem, no entanto, a molestar, pois necessitavam dela para o cultivo das terras incultas que eram em grande percentagem.

Segundo Pinho Leal, durante a ocupação muçulmana, em 770, o senhor de Coimbra [Maruán Ibnzorah], atribuiu seu nome, a Marvão<sup>32</sup>. Porém Adel Sidarius contesta esta informação que, segundo ele, não tem base documental ou historiográfica<sup>33</sup>, afirmando que *Ibn Maruán* é Abderramão, filho de Marvão, filho de Lúnece – Isto é Johannes, João – o Galego, nobre de estripe emeritense, que se celebrizou no último quartel do século IX como rebelde e caudilho “muladi”<sup>34</sup>.

A expansão muçulmana propagou-se rapidamente na Península Ibérica. A existência de uma fortificação em Castelo de Vide foi mencionada por Ibn Hawqal, que, no século X, faz referência a um *Hisp*<sup>35</sup>. Referência que poderá confirmar a existência de um povoado muçulmano no lugar do castelo da vila, antes da Reconquista. Este período dura até que as hostes de Afonso VI de Leão empreendem, contra os árabes, as lutas da reconquista. Testemunham igualmente a presença árabe as moedas encontradas em poder de Miguel dos Santos Soares, amanuense da Câmara de Castelo de Vide, assim como as da Tapada Pé de Ferro, nove numismas de prata que foram depositadas no Museu Etnológico de Lisboa.<sup>36</sup>

A influência árabe propaga-se no território ocupado, não só em monumentos, mas sobretudo na toponímia geográfica da região, nos usos e costumes, nas

<sup>32</sup> Augusto Pinho LEAL, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. V, Lisboa, 1875. p. 115a. Possidónio M Laranjo COELHO, “As Terras de Odiana”, *Revista Ibn Maruán*, nº 11, Marvão, 2001. p. 42.

<sup>33</sup> Adel SIDARIUS. “Amaia de Ibn Maruán: Marvão”, *Revista Ibn Maruán*, nº 1, Marvão, 1991. p. 17.

<sup>34</sup> Adel SIDARIUS cita um trecho do cronista cordovês Isa Ibn Áhmad ar-Rázi, do século X: “... o Monte de Amaia, conhecido hoje por Amaia Ibn Maruán: é um monte alto e inexpugnável, a leste da cidade de Amaia-das-Ruínas, (sita) sobre o Rio Sever”. Trecho compilado na cronográfica *al-Múqtabas* do historiador Ibn Hayyán. p. 13.

<sup>35</sup> “Trata-se de um castelo isolado, um pouco afastado das povoações, com cisterna e habitações no interior, sobrelevados em relação a uma zona de povoamento, ou associados à aldeias com muralhas”. Joaquim CARVALHO, “Ocupação humana no concelho de Castelo de Vide desde a Pré-história à Alta Idade Média”, *Revista Ibn Maruán*, nº 8, 1998. p.191.

<sup>36</sup> Possidónio COELHO, “Terras de Odiana”, *Revista Ibn Maruán*, nº 11, Marvão, 2001. p. 43.

antigas cavalhadas, nos pandeiros mouriscos usados nos bailes dos terreiros das aldeias e casais, nas canções dolentes e nas monótonas e compassadas melopeias, suaves e cheias de emoção, na arte de improvisação. Os Árabes deixaram na Península Ibérica um património referenciado nos palácios, nas fontes e jardins e, também, na enternecedora e suave poesia das suas lendas e encantamentos.

Em 1180, terá sido concedido foral a Pedro Annes, sendo esta a primeira carta de foral que se evoca. No entanto, a data é contestada pela falta de rigor nos registos dos tempos da Reconquista. Sabe-se que D Afonso Henriques, em 1169, cede à Ordem do Templo parte das conquistas a sul do Tejo, assim como estende o domínio das terras desde Abrantes até ao termo de Marvão. Mas, em 1194, numa concessão a favor da Ordem do Hospital feita por D Sancho I, aparece a referência de *Vitem*, com indicação à cumeada de *mellizza*, marco físico de Castelo de Vide do lado Oeste.<sup>37</sup> Por volta de 1245<sup>38</sup>, o primeiro documento a referenciar o castelo da Vide foi, segundo Leontina Ventura<sup>39</sup>, o que menciona o nome de Martim Peres — parente próximo do senhor de Albuquerque —, como alferes régio e ‘tenente’ dos castelos da Vide e Arronches.

Mais recentemente na monografia sobre Castelo de Vide de Pedro Cid, dá-se notícia de que, numa recente investigação nos fundos da Torre do Tombo, foi identificada uma carta de foro de 1233, conferida à população de Tonhe, que no preâmbulo menciona o nome de “castello da vide”, indiciando que existia um núcleo populacional de tipo fortificado em Castelo de Vide, detendo foral próprio.<sup>40</sup>

Em 1281, surge pela primeira vez a designação Castelo ligada ao povoado de Castelo de Vide<sup>41</sup>, mas ainda hoje persiste a dúvida se o vocábulo se referia ao sítio do castelo ou se a designação era a que hoje é usada.

<sup>37</sup> Pedro CID, *As Fortificações Medievais de Castelo de Vide*, Lisboa, 2004. [Policopiado]

<sup>38</sup> Ver anexo 12

<sup>39</sup> Leontina VENTURA, *A nobreza na corte de D Afonso III*, vol. II, Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992. p. 728. Dados corroborados por Maria Alegria F MARQUES, com excepção de indicar Aroche e não Arronches “*O Papado e Portugal no tempo de Afonso III (1245-1279)*” pp. 464-466 -, é simultaneamente, a mais antiga notícia do acastelamento do lugar: uma bula concedida a “Martim Petri”, senhor de Vide e alferes régio, que lhe assegurava a protecção apostólica, extensível aos próprios bens, especificando-se os castelos de Vide e Aroche.

<sup>40</sup> Pedro CID, *As Fortificações Medievais de Castelo de Vide*, Lisboa, 2004. [pp.12-13], [Policopiado], cita Aida Fernanda DIAS, IAN/TT, Fragmentos, caixa 21, nº 20 (cópia do século XIV). Ver Aida Fernanda DIAS, et al., *Fragmentos de textos medievais portugueses da Torre do Tombo*, Lisboa, IAN/TT, 2002

<sup>41</sup> Ch. D Fernando, 1.3, fl 7.

As origens do termo Castelo de Vide são polémicas e, entre autores que se têm dedicado ao seu estudo, continuam a existir dúvidas a esse respeito. Uns relacionam a origem do termo da Vila com a designação *daVide*, fundada com a Reconquista<sup>42</sup>, onde a vinha era abundante, resultando o vocábulo *DaVid* (Rivera Davide – Espanha, na fronteira com Portugal — na zona de Valência de Alcantara); outros argumentam pela designação *Divide*, pelo facto da proximidade da fronteira e sua elevação, pela qual se descobrem horizontes amplos, que o olhar abrange nos dois reinos vizinhos. Para Martins Barata mais fidedigna será a hipótese argumentada pelo major Ismael Spínola<sup>43</sup> que se baseia nas características topográficas. Compara as dezassete localidades *Vide*, e conclui que todas elas “ocupam posições elevadas, de plató ou de encosta, mas entre outros cabeços mais altos que a circundam e abrigam, terem terrenos próprios para a agricultura, com abundância de água e clima ameno”<sup>44</sup>. Outros ainda, contam a lenda de um capitão Bide, que terá fortificado Castelo de Vide.<sup>45</sup>

Segundo Martins Barata, o nome do castelo de *Abit*<sup>46</sup> cuja referência poderá ser devida à proximidade da ribeira de *Avit*, evoluiu para castelo *d’Avid*, Castelo *daVide*, até à actual designação, argumentando que “a ciência alquimista do Oriente podia ter penetrado na nossa Zona de Aquém e Além-Sever vinda pela porta Sul, por onde entraram os invasores muçulmanos, e entre eles praticantes alquimistas que marcariam topograficamente com a palavra *ABIT* a região mineira do carbonato de chumbo, situada entre as nascentes das duas ribeiras a que hermeticamente puseram aquele nome”<sup>47</sup>. Na *História Natural*, Plínio refere-se aos habitantes desta região como chumbeiros (*plumbari*) que, com a invasão romana, se refugiaram nos Montes Hermínios. De facto, existe uma Ribeira de *Avit*, no lado espanhol, que nasce na Serra Fria, contorna Valência de Alcantara e lança as águas no Rio Alburrel que, por sua vez, desagua no Rio Sever. Do lado português, existe uma Ribeira de Vide que nasce entre as serras de Castelo de Vide e Marvão, a poucos

<sup>42</sup> António Vicente REPENICADO, “Da Notável Vila de Castelo de Vide, Apontamentos”, Separata do Jornal *Terra Alta*, Castelo de Vide, 1969. p.19, citando César Videira.

<sup>43</sup> Major Ismael SPÍNOLA, foi vice-presidente do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, e funcionário do Instituto Geográfico e Cadastral, onde apresentou estudo sobre esta matéria.

<sup>44</sup> José Pedro Martins BARATA, “Castelo de Vide – Castell DaVide – Castelo d’Avid?” Separata da *Revista de Portugal – Série A: Língua Portuguesa* – Vol. XXXIII, Lisboa, 1968. p. 263.

<sup>45</sup> Jorge OLIVEIRA, “Castelo de Vide e Marvão num manuscrito anónimo do século XVIII”, *Revista Ibn Maruán*, nº 7, 1997, Cod.CIV/1-4 d.afl. 278 da Biblioteca Pública de Évora.

<sup>46</sup> Referência mencionada no documento de doação da Herdade da Açafa ou Azafa, aos Templários por D. Afonso Henriques e confirmada por D. Sancho.

<sup>47</sup> José Pedro Martins BARATA, “Castelo de Vide – Castell DaVide – Castelo d’Avid?” Separata da *Revista de Portugal – Série A: Língua Portuguesa* – Vol. XXXIII, Lisboa, 1968. p. 263.

quilómetros da ribeira de *Avit* e desagua no Rio Sever, que corre no curso superior entre as duas serras portuguesas. Estas terras<sup>48</sup> formam um leque de Sul para Norte. Só por volta do último quartel do século XVII, é que regularmente aparece a designação de Castelo associado às terras de Vide, ou seja a nomenclatura actual da Vila.

<sup>48</sup> Constituem a Zona de Além e Aquém-Sever, delimitado pelas duas ribeiras de Avit e Ribeira de Vide, a totalidade dos concelhos de Marvão, Castelo de Vide e parte dos concelhos de Nisa, Crato e Portalegre, do lado português e a parte Oeste da Província de Cáceres, a que encosta ao Rio Sever.

O altaneiro castelo dos fins do século XII e princípios do século XIII, de cuja história se sabe pouco, foi em tempos, um "...*lugar mais chão que forte*"<sup>49</sup> no dizer de Rui Pina. Sabe-se que as terras da Vide foram doadas por D Afonso III a seu filho, o Infante D Afonso, e que nas lutas com D Dinis, este recusou sempre ao Infante a fortificação da Vila, obrigando-o até a demolir as obras que fizera<sup>50</sup>. Mais tarde, após a passagem das terras da Vide para a posse do reino, depois da morte do Infante D Afonso, D. Dinis fortifica-a com muros e quatro portas, mandando povoá-la, em 1310<sup>51</sup>. A intervenção inclui-se nas operações de melhoramento das fortificações ao longo da fronteira – Monforte, Portalegre, Alegrete, Arronches, Marvão, Borba e Vila Viçosa – para protecção das populações e da linha de fronteira.

<sup>49</sup> Rui de PINA, "*Crónica de D Dinis*", segundo códice inédito nº 891 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Livraria Civilização, Porto, 1945. p. 32, citado por Diamantino TRINDADE, 1999. *Ob. cit.*, p. 59.

<sup>50</sup> "derribar desde o dia de Páscoa até ao de Pentecostes primeiro que vem, 'tudo aquilo que de novo foi feito na torre da Vide e no muro desse lugar': em testemunho da qual cousa dou a vós esta minha carta aberta e selada. Dada em Arronches a 8 de Fevereiro de 1282". António Vicente Raposo REPENICADO, "Da Notável Vila de Castelo de Vide, Apontamentos", Separata do *Jornal Terra Alta*, Castelo de Vide, 1969. p. 22.

<sup>51</sup> Diamantino TRINDADE, 1999, *Ob. cit.*, p. 22

A Vila foi cenário de múltiplas guerras durante largos períodos. No entanto, nunca desempenhou um papel muito importante nas contendas desenvolvidas, por um lado pela sua dependência do termo de Marvão, por outro pela importância administrativo-militar de Portalegre. A doação das terras da Vide ao Infante D Afonso e as contendas entre D Dinis e este seu irmão, foram motivos de uma maior visibilidade histórica do povoado que até aí a não tinha.<sup>52</sup>

<sup>52</sup> Possidónio M Laranjo COELHO, "Terras de Odiana", *Revista Ibn Maruán* nº 11, Marvão, 2001. p. 92.

O território de Castelo de Vide, até à constituição do foral em 1276, esteve incluído no termo de Marvão, sendo nessa altura conhecido o lugar por terras *da Vide*, cujo senhorio tinha, além destas terras, também as vilas de Portalegre, Marvão e Arronches. Embora de duração efémera (1271-1299), tratou-se da

primeira área regional<sup>53</sup> da zona de Portalegre e um autêntico potentado senhorial de fronteira, o mais poderoso da raia portuguesa, uma zona com especificidades próprias para travar os apetites das políticas de Castela/Leão na conturbada divisão de fronteiras em terras indissoluvelmente ligadas entre si.

Nos finais do século XII já Marvão era pertença da Coroa Portuguesa, tendo D. Sancho II concedido, em 1226, a respectiva carta de foral a um dos maiores municípios das terras de Odiana<sup>54</sup>. Carta foral esta que é do tipo de foral de Ávila, ou de Évora, e em que existe a mesma formulação de direitos concedidos. A característica fundamental é de que o *alcaide* ou *pretor* tinha também uma nomeação régia, mas em vez de ser um nobre (*nobilis homo*), era um burguês, classe a que pertenciam igualmente os magistrados do concelho (chamados *juizes*) que eram escolhidos por eleição.

Não será fácil a demarcação exacta do concelho de Marvão, nem de qualquer concelho primitivo do reino, pois as mudanças sistemáticas de organização e de atribuição de direitos a lugares que, por vezes, eram demarcados em zonas inhóspitas e inacessíveis, dificultavam a sua limitação exacta e rigorosa. No dizer de Gama Barros, citado por Laranjo Coelho, o país era, nesse tempo, “um deserto, sendo por isso muito inferior o número dos concelhos, que limitavam com lugares povoados”.<sup>55</sup>

Na carta especial de demarcação do termo de Marvão, dada por D Sancho II, pode identificar-se um território que: “...se dilatava por uma extensa área que pode marcar-se por uma linha que seguia pelo Rio Tejo até à foz da ribeira de Ocreza, afluente da margem direita deste rio, e no qual se lança perto da antiga vila da Amieira. Seguia-se daqui pelas planuras de Arez até à ribeira de Sôr, ribeira que, engrossada por outras, vai formar o Sorraia, um pouco abaixo de Montargil. Continuava a linha pela ribeira de Seda, que corre ao sul da cidade de Portalegre, passando pela Vila de

<sup>53</sup> “Em 11 de Outubro desse ano [1271], o rei D Afonso III fazia passar carta de doação, ao seu segundo filho, o infante D Afonso, dos castelos e vilas de Marvão, Portalegre e Arronches, dando assim origem ao mais poderoso senhorio da fronteira de Portugal. Em 25 de Maio de 1273, e a pedido do infante, o rei acrescentaria ao senhorio a vila de Vide. Tanto como sabemos, e apesar da sua duração efémera (1271-1299), tratou-se da primeira definição de uma área regional na zona de Portalegre”. Bernardo de SÁ-NOGUEIRA, “A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches, em 1271, Antecedentes regionais e significado político”, Revista cultural de Portalegre a Cidade, Nº 6 (nova Série). Portalegre, 1991. p.19. Ana Calado INÁCIO, “Nordeste alentejano: Povoamento e defesa (1378-1405)”, Revista Cultural de Portalegre, a Cidade 1993. pp. 173-188.

<sup>54</sup> Possidónio M Laranjo  
COELHO, *Ob. cit.*, 2001. pp. 45-57.

<sup>55</sup> Possidónio M Laranjo  
COELHO, *Ob. cit.*, 2001. p. 57.



Assumar, em direcção leste até Campo Maior, e daí à foz do Ouguela. Este largo circuito começava a fechar-se seguindo dali a linha limítrofe em direcção à vila de Arronches e ribeira de Alegrete, para entrar no rio Sever até à confluência com o Tejo<sup>56</sup>

Este território dispunha de um conjunto de rede viária romana<sup>57</sup> de quatro eixos de ligação da cidade da Ammaia e desta com outros destinos<sup>58</sup> — o 1º eixo segue a direcção de Porto Espada, S Julião, La Codosera, Albuquerque; o 2º eixo ligaria a *Aritium Vetus*, seguindo Castelo de Vide, Alpalhão; 3º eixo segue direcção de *Norba Caesarina* (Cáceres) e, finalmente, o 4º eixo ponte da Madalena, Ribeira de Nisa, Portalegre, Monforte, Estremoz, Évora — o que acentua o desenvolvimento de uma *centurição*<sup>59</sup> dos terrenos agrícolas junto ao aglomerado urbano, como acentua Joaquim Carvalho, assim como os recursos pecuários, a criação de gado, nomeadamente cavalos. Os jazidas minerais de ouro, chumbo argentífero e prata foram também factores que determinam estes eixos de escoamento e movimentação da Ammaia no Império Romano.

As terras da Vide estavam incluídas neste termo, cujo território sofreu alterações não só pelas mudanças de ordenamento, mas também por actividades político-militares de definição de fronteiras entre os reinos de Castela e Portugal e da reconquista do território. É a partir de um título de doação datado de Lisboa, “aos sete dias das kalendas de junho da era de 1311”<sup>60</sup> que o Rei D. Afonso III doa a seu filho o Infante D. Afonso, as vilas de Portalegre, Arronches, Marvão e as *terras da Vide*, existentes no termo de Marvão.

A tendência para o desdobramento dos termos insere-se na política da pós-conquista e foi determinada pela premência da ocupação das terras e pela necessidade dos monarcas trazerem rendimentos aos cofres do estado. Resultando daí um polvilhar de pretensões de aldeias e lugares na conquista

<sup>56</sup> Possidónio M Laranjo COELHO, *Ob. cit.*, 2001. p. 58.

<sup>57</sup> Possidónio Mateus Laranjo COELHO, “*Terras de Odiana*”... refere a existência de uma via romana a passar na ponte da Portagem, mas tal não se confirma. p.18. Mário de SAA, *As Grandes Vias da Lusitânia, O Itinerário de Antonino Pio*. Vol. Lisboa, 1956. Afonso PAÇO, “Carta arqueológica do Concelho de Castelo de Marvão”, separata do *XIII Congresso das Ciências*. Jorge de ALARCÃO, *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins. 2002. p. 127. Vasco MANTAS, *A rede viária romana do território Português*. Dir. de João Medina, Vol III. Lisboa, 1993. pp. 213-230. Joaquim CARVALHO, “Ammaia e a sua rede viária, algumas propostas de trabalho”, *Revista Ibr Marúan*, nº 12, Marvão, 2003. pp. 69-83

<sup>58</sup> Ver anexo 13

<sup>59</sup> Divisão da propriedade romana em parcelas.

<sup>60</sup> Possidónio M Laranjo COELHO, *Ob. cit.*, 2001. pp. 60-61. Anexo 14

de autonomia, houve necessidade de pôr cobro a essas contendidas e começaram a ser negociados pactos, irmandades ou compromissos, entre os concelhos vizinhos, de modo a evitar conflitos de jurisdição entre as autoridades concelhias. No caso em estudo, Marvão, Castelo de Vide e a vila espanhola de Valência de Alcantara estabeleceram entre si várias concordatas validadas pelos respectivos monarcas sobre demarcação das suas áreas, passagem e pasto dos gados, impostos de portagem, coimas e penas. Nas Cortes de 1477, o procurador de Marvão queixa-se dos excessos de Vasco Martins, alcaide de Castelo de Vide, concelho este que, por sua vez, em diferentes ocasiões, se queixou dos magistrados do concelho vizinho.<sup>61</sup>

<sup>61</sup> Possidónio M Laranjo  
COELHO, *Ob. cit.*, 2001. p. 59.

## 4. O concelho de Castelo de Vide

### 4.1 Evolução administrativa

Como vimos anteriormente, o primeiro foral de Castelo de Vide foi doado a Pedro Annes, em 1180. Pedro Annes foi alferes-mor e depois mordomo-mor na corte de D Afonso II. Em 1276, D Dinis atribui a categoria de concelho a Castelo de Vide, desanexando-o do termo de Marvão, e ter-lhe-á provavelmente concedido foral. É também de lembrar que foi em Castelo de Vide que D Dinis, a 24 de Abril de 1281, assinou o diploma *propter nuptias*, em que se acorda o seu casamento com D. Isabel de Aragão<sup>62</sup>, sendo que o monarca, neste período, percorre com frequência estas paragens, de acordo com as cartas régias e com os diplomas que assinalam esta zona do Alto Alentejo.<sup>63</sup> Em 1299, confirma forais anteriores e inicia a restauração e ampliação do castelo, no âmbito do reforço da linha de fronteira, conjuntamente com outras fortificações raianas. Em 1372, D Fernando doou a vila e o castelo à Ordem de Cristo<sup>64</sup> e seis anos mais tarde, é construída a Igreja de S Amaro, nas imediações da Judiaria. Em Lisboa, a 1 de Junho de 1512, D Manuel I deu foral novo a Castelo de Vide, do tipo de Ávila ou de Évora, o qual serve também para Alcoçulo, Fonte do Martinho e Prado.<sup>65</sup>



Casa da Família de Matos, onde D Dinis assinou o contrato, *propter nuptias*.

<sup>62</sup> *Chancelaria de D Denis, liv. I, fi. 41*, Conde de Sabugosa O Paço de Sintra. p. 4.

<sup>63</sup> Possidónio M Laranjo  
COELHO, "O Brasão de Armas, o Sêlo e a Bandeira do Município de Castelo de Vide", Separata de *O Castelovidense*, M. CM. XLIV. p. 15.

<sup>64</sup> Segundo Diamantino Trindade, citando Luis Keil, *Ob. cit.*, 1999. p. 22.

<sup>65</sup> *História de Portugal* dirigida por Damião Peres. Vol. II. p.189.

As *casas camarárias* localizaram-se, pelo menos até 1569, no burgo castelão. Por insuficiência e modéstia das instalações, à volta desta data, construíram-se, no início da Rua de Santa Maria, na chamada zona do Barrocal, as novas 'casas camarárias'. Aí existiu o primeiro pelourinho conhecido, tipo gaiola, caindo com o tempo em completa ruína. Este viria a ser substituído por uma coluna sobre degraus com capitel cúbico com as armas municipais, noutra das faces o escudo nacional com indicação da data de 1512. O edifício camarário sofre, em 1651, um incêndio, mas só em 1684 se inicia a construção dos actuais Paços do Concelho, tendo as obras terminado em 1692. Nesta altura inaugura-se igualmente o novo pelourinho situado entre o Lageado e o Arco da Câmara, na Carreira de Cima. Depois de uma primeira tentativa dos "administradores locais"<sup>66</sup> de apagar esses símbolos iconográficos, numa fúria iconoclasta do "bota-a-baixo", acaba por ser demolido cerca de 1900. A reconstrução do pelourinho deve-se a Francisco Beliz, que lançou uma subscrição sem êxito, em 1915, acabando o seu desenho e estudo por ser executado, na década de cinquenta, pela Comissão Administrativa do Município, liderada pelo engenheiro Alexandre Cordeiro. Ao edifício dos Paços do Concelho contrapõe-se, a partir de 1789, a igreja de S Maria da Devesa, continuando assim este centro da vila a assumir-se como lugar de poder civil e religioso, circulando à sua volta toda a actividade comercial.

Em 1640 o povo de Castelo de Vide levanta-se contra o domínio espanhol, fazendo prisioneira a sua guarnição, e no ano seguinte D Nuno de Mascarenhas manda reparar o castelo dos prejuízos havidos, consolidando-o e preparando-o para posteriores ataques, que se tornaram efectivos ainda nessa década. Em 1705, a Torre de Menagem<sup>67</sup> ruiu, em consequência de um ataque dos espanhóis à Vila. Começa, então, a ser construído o Forte de S Roque, pelo Governador da Praça de Castelo de Vide, Manuel Fortes. A paz com os espanhóis só no ano de 1715 se faz, transitoriamente. Mais tarde, na sequência da Guerra das Laranjas, em 1801, Castelo de Vide vê-se cercada



As 'casas camarárias' localizaram-se, pelo menos, até 1569, no burgo castelão...

<sup>66</sup> António Vicente Raposo REPENICADO, refere-se aos administradores do município, que os classifica como "servidores inconscientes do bota-a-baixo". "Da notável Vila de Castelo de Vide, Apontamentos", Separata do Jornal *TERRA ALTA*, Castelo de Vide, 1969. p. 63.



Torre de Menagem, numa das fases de recuperação

<sup>67</sup> Ver anexo 16

durante cinco meses de novo pelos espanhóis. Viria a deixar de ser praça forte a partir de 1823, com a partida do Regimento de Infantaria 8 para Évora. A Torre e as muralhas vão-se degradando e só em 1933<sup>68</sup> se constitui processo para as reconstruir, pois, devido ao grau de degradação atingido, impediam a circulação na área do castelo e burgo medieval. No entanto, as sucessivas obras de reparação da Torre de Menagem só começaram efectivamente em 1942 e foram terminadas provisoriamente em 1971 com alguns restauros 'criativos'. As obras de reconstrução e consolidação das muralhas e envolventes chegam aos dias de hoje, com a utilização do espaço para nova função, a cultural e museal.

No que diz respeito à heráldica da Vila, foi editado, no ano de 1675, um "precioso códice" das terras de Portugal com brasão de armas, guardado hoje na Torre do Tombo, em que na folha 18ª está registado o brasão da Vila: "de vermelho com um castelo de ouro, acompanhado de dois ramos de vide com sua cor e cachos de púrpura"<sup>69</sup>. É nesta descrição que se baseia o actual brasão da Vila, tendo Possidónio Laranjo Coelho proposto que se lhe juntasse a designação de Notável Vila de Castelo de Vide, título dado por D. Pedro II, ainda regente, na visita que fez a Castelo de Vide a 17 de Setembro de 1674. Este brasão foi assim publicado em *Diário do Governo* de 23 de Junho de 1944, portaria assinada pelo Ministro do Interior, Mário Pais de Sousa.<sup>70</sup>

Para terminar refira-se, por curiosidade, que a primeira reforma administrativa do Estado depois da implantação do regime liberal, foi elaborada por Mouzinho da Silveira, ilustre estadista nascido em Castelo de Vide no ano de 1780<sup>71</sup>. No entanto, a divisão em *províncias* — divisão superior da estrutura administrativa gerida por um perfeito — por ele criada, acabou por ser extinta<sup>72</sup>, sendo estas substituídas por 17 distritos, subdivididos em concelhos<sup>73</sup>, estrutura essa que se mantém até aos nossos dias.



Forte de S Roque

<sup>68</sup> Processo constituído pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, onde presentemente está a ser informatizado (Abril de 2004), para melhor acesso aos investigadores. Classificado como Monumento Nacional, desde 1910.



Brasão de Castelo de Vide.

<sup>69</sup> *Tombo de armas dos Reys e Titulares e de todas as famílias nobres do Reyno de Portugal, intitulado cõ o nome de Thesouro da Nobreza por Francisco Coelho Rey de Armas India, 1675.*

<sup>70</sup> Possidónio M Laranjo COELHO, relator de "O Brasão de Armas o Sêlo e a Bandeira do Município de Castelo de Vide", *Separata de O Castelovidense*, M. CM. XLIV. pp. 20-21. Ver anexo 17.

<sup>71</sup> Decreto nº 2 de 23 de Maio de 1832.

<sup>72</sup> Lei de 25 de Abril de 1835.

<sup>73</sup> Lei de 18 Julho de 1835. Ver anexo 10

## 4.2 Actividade económica

Toda a zona Sul abaixo do Rio Tejo era uma vasta área quase desértica, onde o terror dos sarracenos e as suas contínuas devastações tornava inútil qualquer tentativa de colonização.<sup>74</sup> Os Templários, primeiros colonos a quem foram doadas as terras que constituíam as novas fronteiras do território conquistado, criaram zonas de cultivo em volta dos lugares amuralhados e não muito longe destes. Os espaços cultivados eram, naturalmente, motivo de actividade guerreira, do roubo e destruição, pelo que o valor estratégico e a necessidade de defesa eram prioritárias a qualquer outra actividade, mesmo a económica. A mão de obra para a actividade agrícola era escassa, dado que os mancebos eram recrutados para a guerra de defesa do território conquistado, daí que os moradores da vila que se ausentassem, com intenção de não voltar, poderiam ver confiscados os seus bens, que eram doados, por sesmaria, aos homiziados, desde que os ausentes não possuíssem filhos e não regressassem no prazo de trinta dias, após essa confiscação ser devidamente divulgado<sup>75</sup>. Também os mendigos válidos eram obrigados a servir na lavoura. Ao longo dos tempos a escassez de população destas paragens foi sempre premente o que levou quase todos os monarcas a concederem favores às populações, no sentido de conseguir a sua maior fixação. Reforçando este quadro de escassez populacional, as pestes foram um factor destruidor de vidas humanas, dizimando milhares de indivíduos e levando à fome e ao depauperamento das populações, as quais se voltaram para a fé, solicitando favores divinos, em especial à Virgem — nas suas variadas formas de aparecimento —, num culto fortemente implantado.

D Dinis, livre das preocupações guerreiras, começa a interessar-se pelo desenvolvimento económico, sobretudo através da colonização agrícola, e procura criar uma linha de defesa ao longo da fronteira, com a reconstrução de vários castelos, como o de Castelo de Vide.

<sup>74</sup> P M Laranjo COELHO, *Ob. Cit.*, 2001. p. 45. Alexandre HERCULANO, *História de Portugal*. Tomo III, p. 95.

<sup>75</sup> Arquivo da Torre do Tombo, Chancelaria de D João III, livro 17 fls 140; livro 52, fl 180.

Mas a estabilidade é frágil nestas regiões fronteiriças, que são palco de sucessivas e constantes movimentações de tropas, o que leva estes concelhos a um esforço constante de contribuir com homens para a guerra e cavalos, ao mesmo tempo que se mantinha a necessidade de ter homens válidos na actividade da lavoura. Batem-se por todos os meios para manterem o privilégio de mancebos das suas terras não serem deslocados para outras paragens, ou engrossarem os terços das guarnições de outros povoados. No entanto, a fome, a peste, a ausência de homens e o excesso de viúvas tornam estas populações cada vez mais pobres, o que as leva a reclamarem, nas cortes, contra o seu pesado contributo financeiro e humano na manutenção da guerra. Porém, o reduzido número de moradores activos, na sustentação dos bens locais, traduziu-se num depauperamento das populações e no fraco desenvolvimento económico dos concelhos.

A história de Castelo de Vide é fundamentalmente marcada pela sua situação geográfica de vila raiana e inicialmente pelo poderio constituído por um agregado populacional sob a protecção de um senhorio, o infante D Afonso. A organização municipal, desde 1362, passou a dispor efectivamente de 3 vereadores, instituídos em 1340 por D Afonso IV. A eles competia, além de administração concelhia, amplas funções de participação nos actos judiciais, fiscalizavam rendeiros, promoviam obras públicas, colaboravam no arrolamento de besteiros, encarregavam-se dos assuntos relativos a mesteirais e ainda da saúde pública, accionando medidas contra a peste.<sup>76</sup>

A actividade agrícola era fundamentalmente um acto comunitário. As terras tinham obrigatoriamente um pousio regular a respeitar, e a produção dependia essencialmente do estrume dos animais e do descanso dos solos. Deste modo, Castelo de Vide, para garantir o indispensável pousio dos solos, dividiu em quatro talhões o termo, pelo que os agricultores trabalhavam a terra



Mapa da Raia, na região de Castelo de Vide, em 1706.

<sup>76</sup> Maria Teresa Campos

RODRIGUES, *Aspectos da administração municipal de Lisboa, no século XV*, p. 42. José Augusto da Cunha Freitas de OLIVEIRA, *Castelo de Vide nos séculos XIII-XV*. [pp. 67-69], [Policopiado].

rotativamente, uma folha em cada ano: a folha da Ameixoeira, do Figueiró, do Melriço e da Sovreira Formosa. Esta era uma prática corrente nos territórios de Póvoa e Meadas, Montalvão, Marvão, Nisa, Crato e em quase todo o interior e sul de Portugal.<sup>77</sup>

Depreende-se, que outra das actividades locais no aproveitamento e enriquecimentos dos solos, foi a pecuária — constituía a riqueza primeira do concelho — além da vinha, com interdição de venda de vinho vindo de fora até que a produção interna se esgotasse. Estas duas actividades geraram algumas contendas devido ao facto do gado danificar as vinhas, de tal maneira que foi necessário D. Dinis, em 1321, instituir coimas, a cobrar aos donos dos gados que danificassem as vinhas. Existia no concelho abundância de gado que pastavam no reguengo do Prado e se deslocava para a vila para a “deveza” — logradouro comum dos gados dos habitantes, mas interdito aos transumantes — procedendo-se assim, de forma equilibrada, à circulação do gado.<sup>78</sup> Em 1467, o concelho conseguiu impedir que os moradores de Manteigas viessem, com o seu gado, utilizar as pastagens do termo, por via de um alvará régio, anulando o rei o privilégio já concedido anteriormente aos Manteigueses<sup>79</sup>. O mesmo não acontecera com os concelhos limítrofes, em que fizeram acordos de modo a evitar contendas, estabelecendo normas de utilização dos pastos, em situação de igualdade para ambas as partes.

Havia posturas régias que puniam com coimas os infractores na devastação das coutadas, mas o mundo rural medievo foi uma “civilização da madeira”<sup>80</sup> pela diversidade e intensidade de usos da madeira e produtos derivados, preciosos às necessidades quotidianas. A actividade económica resultante dos baldios, em que os arvoredos de sobro e carvalho constituíam densas matas, de onde os castelo-videnses se abasteciam: da lenha que servia como combustível na iluminação, aquecimento e confecção de alimentos; da madeira para a construção e reparo das habitações; da cortiça, além da casca das árvores que era utilizada na tinturaria.

<sup>77</sup> Este sistema colectivista agrário foi considerado nos finais do século XVIII como impeditivo do desenvolvimento agrícola. Domingos Nunes de OLIVEIRA, *Discurso jurídico economico-politico em que se mostra a origem dos Pastos que neste Reino se chamão Communs...* Lisboa, 1788.

<sup>78</sup> os rebanhos eram essencialmente de ovinos e manadas de bovinos, que constituíam um apoio importante ao trabalho da terra.

<sup>79</sup> Arquivo Municipal de Castelo de Vide, Tombo do Concelho, t. I, fls 41v-42.

<sup>80</sup> Forais manuelinos conforme exemplar do Arquivo da Torre do Tombo de Lisboa. Entre-Tejo e Odiana. Albert SILBERT, *Le Portugal méditerranéen á fin de l'Ancien Régime*, Lisboa, 1978. Jacques HEERS, *O Ocidente nos séculos XIV e XV*, S. Paulo, 1981.

Na Ribeira de Vide funcionavam quatro azenhas — em 1439 passaram a oito e acrescida outra em 1470 — que normalmente estavam sob a jurisdição do rei e eram aforadas anualmente, com uma renda determinada, por três vidas.<sup>81</sup>

Quanto ao comércio pouco se conhece, mas sabe-se que os criadores de gado levavam o seu gado às feiras da Guarda e Trancoso, especialmente os novilhos de um ano, o que supõe a existência de rotas comerciais. Assim, através da fronteira de Marvão com Castela, estabeleceram-se, ao longo dos tempos, trocas regulares com Valência de Alcantara, Vioças, Rio del Porco e Cáceres. Por ser uma zona de fácil acesso raiano, deram-se trocas comerciais não regulares, mais identificadas com o contrabando. De tal forma, que a preocupação, por parte do governo central, quanto ao desenvolvimento deste tipo de comércio, levou a que, em 1469, D Afonso V autorizasse Pedro Eanes, escudeiro do Doutor João Fernandes da Silveira, a prender “todas aquellas pessoas que achar passando gaados e quaeesquer outras coussas defessas” em todo o Alto Alentejo.<sup>82</sup>

Marvão assume-se, nas transacções com Castela, como um importante Porto Seco, contribuindo para o escoamento de produtos alimentares e matérias-primas. Assim, nos registos, de 1533, aparece a exportação, por João d’Orta, de 5 500 varas de pano de linho e 3 peças de pano da judeia, o que nos mostra o desenvolvimento de alguma indústria artesanal em Castelo de Vide. Nas entradas da fronteira de Galegos registam-se 55,5% e 34,3% das cargas de lã, para Castelo de Vide e Portalegre, respectivamente. Regista-se igualmente uma percentagem relevante dos comerciantes castelo-videnses, na importação de sumagre: 46,6%, das cargas entradas [88 cargas]<sup>83</sup>. Nesta troca de produtos entre os dois lados da fronteira destacam-se o binómio Castelo de Vide/Portalegre e o centro de Cáceres. Cada um, era consequência das especificidades geo-físicas, ao mesmo tempo que se complementavam economicamente.

<sup>81</sup> Os contratos por três vidas abrangiam duas gerações, o eufiteuta, o cônjuge e um descendente, ou não mencionar o cônjuge, pelo que poderia prolongar por três gerações. Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, *Ch. D João I*, 1. 4, fls. 92-92v.

<sup>82</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, *Ch. D Afonso V*, 1. 31, fl. 9, documento transcrito por Luis Miguel DUARTE, *Justiça e criminalidade no Portugal medieval*, Lisboa, 1999.

<sup>83</sup> João dos Santos Ramalho COSME, Maria de Deus Beites MANSO. “O movimento comercial da alfândega de Marvão no ano de 1533”. *Revista Cultural de Portalegre a Cidade*, nº 3 Jan/Jun 1989. p. 81.

Em 1536, D Manuel proíbe a produção das *tintes* junto à Fonte da Mealhada, por prejudicar a qualidade da água. Nas obras de abertura de um furo, identificaram-se estruturas arqueológicas,<sup>84</sup> que vieram a ser sumariamente escavadas, descobrindo-se uma construção de um forno de cerâmica de produção de telhas e tijolos, mas não se explorou toda a área envolvente para esclarecer da existência da fabriqueta de tintos que outrora tinha funcionado em ligação à indústria de lanifícios.

<sup>84</sup> Secção de Arqueologia da Câmara de Castelo de Vide, Diário de Escavação no Forno da Mealhada, 1993.

Em 1756, na sequência do inquérito feito em todo o país pelo Marquês de Pombal sobre as consequências do Terramoto de Novembro do ano anterior, o padre Frei Miguel Viegas Bravo diz que uma das causas da diminuição de habitantes tinha sido os estragos causados pelos castelhanos na Vila [Castelo de Vide], que teriam arruinado edifícios, que não teriam sido recuperados pela extrema pobreza em que esta ficara. A indústria de Lanifícios teve um desenvolvimento acentuado, na região — os castelo-videndenses, eram conhecidos como *cardadores*<sup>85</sup> — até meados do século XVII, altura em que já se encontrava em completa ruína, devido à falta de gado tão necessário à agricultura como à manufactura das lãs. Só no ano de 1758, a partir do fim da guerra com Espanha e com o restabelecimento da paz, a vida recomeça com uma nova dinâmica nos pisões estabelecidos nas margens da ribeira, atraindo novos casais. Em 1756, existiram em Castelo de Vide 50 teares dos 255 existentes nos distritos de Portalegre e Évora.<sup>86</sup>

<sup>85</sup> Maria Paula Marçal LOURENÇO, "Para o estudo da actividade inquisitorial no Alto Alentejo: a visita da Inquisição de Lisboa ao bispado de Portalegre em 1578-1579", Revista Cultural de Portalegre a Cidade, nº 3 (nova Série), 1989. pp. 109. Possidónio Mateus Laranjo COELHO, *Os cardadores de Castelo de Vide: subsídios para a etnografia (industriais) do distrito de Portalegre*, Porto, 1921.

<sup>86</sup> Inquéritos Pombalinos, Ana Maria Cardoso de MATOS, *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista, O caso dos lanifícios do Alentejo*, Lisboa, 1998. p. 307.

Para o desenvolvimento desta indústria na região muito contribuiu a criação da Fábrica Real de Lanifícios em Portalegre, em 1771 por decisão do Marquês de Pombal. Nela se fabrica, em 1772, o primeiro *arrátel*<sup>87</sup> de lã. Em 1780 possui 146 teares, rivalizando com os 53 existentes em Castelo de Vide.

<sup>87</sup> ARRÁTEL, antiga medida de peso correspondente a 459 grs.

## 5. Praça de Armas

Como se viu anteriormente, a Vila nasce nas elevações dos contrafortes da Serra de S Mamede, referida inicialmente como Terras de Vide e anexada ao Termo de Marvão na reconquista. Só no século XIII se inicia a construção da estrutura castelar, sendo anteriormente conhecido por um “lugar mais chã que forte”<sup>88</sup>. Após a morte do Infante D Afonso, filho bastardo de D Afonso III, estas terras passaram para a coroa e foram abrangidas pela política de fortificação da raia seguida por D Dinis. No entanto, a construção do castelo de Castelo de Vide é concluída em 1346, no reinado de D. Afonso IV, o que é comprovado por uma lápide de mármore que está colocada por cima da porta do castelo virada a leste e que ostenta a seguinte inscrição:

EM: NOME : DE : DEUS : AMEM : ERA  
DE : MILCCLXV ANNOS : SE : FEZ : ESTE  
CASTELLO : ERA : SENHOR : O : MUI : NO  
BRE : REI : D : AFFONSO : DE : PORTUGAL  
FILHO : DO MUI : NOBRE : REI : D : DIONIS.<sup>89</sup>

No século XVI, Duarte de Armas, apresenta com rigor as praças do Reino. No entanto, surgem questões sobre evolução desta construção ao longo dos tempos, as quais têm sido levantadas por alguns estudos e pelas pesquisas arqueológicas realizadas.<sup>90</sup> Diamantino Trindade, que estudou as muralhas do Castelo de Castelo de Vide identificou aparelhos diferentes aplicados às mesmas. Na sua maior parte, o castelo era constituído por “pedra de xisto ligada com argamassa de cal e areia”<sup>91</sup> e nas “muralhas voltadas a nascente e na Torre de Menagem aparece o aparelho regular com blocos de pedra com faces rectangulares ou quadrangulares”.<sup>92</sup> Os estudos de João Monteiro<sup>93</sup> demonstraram que, na segunda metade do século XIV, outros acrescentos foram realizados, nomeadamente uma segunda cerca de altura inferior e os arranjos das destruições que as guerras tinham provocado em algumas partes da estrutura da fortificação, como a Torre de Menagem. A obra de

<sup>88</sup> Rui de PINA, “Crónica de D Dinis”, segundo códice inédito nº 891 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1945. p. 32, citado por Diamantino TRINDADE, 1999. *Ob. cit.*, p. 59.



...uma lápide de mármore que está colocada em cima da porta virada a leste...

<sup>89</sup> Diamantino TRINDADE, *Ob. cit.*, 1979. p. 22.

<sup>90</sup> Ana Rita Santos JORGE, *The Old Burgo of Castelo de Vide – Portugal Safeguard and Conservation*, Thesis of 2<sup>nd</sup> year, Center for the Conservation of Historic Towns and Buildings, Katholieke Universitet Leuven, 1991 e Pedro CID, *As Fortificações Medievais de Castelo de Vide*, Monografia para o IPPAR. Julho 2004.

<sup>91</sup> Diamantino TRINDADE, *Ob. Cit.*, 1979. p. 52.

<sup>92</sup> Diamantino TRINDADE, *Ob. Cit.*, 1979. p. 53.

<sup>93</sup> João Gouveia MONTEIRO, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, 1999.

reconstrução desta torre só foi concluída em 1971, com um aparelho próximo do primitivo, mas a estrutura original foi alterada no desenho das janelas e no remate da torre em ameias.<sup>94</sup>

<sup>94</sup> Ver Anexo 16.

O espaço da Praça de Armas é rectangular, e teria estruturas térreas e sobrados, uma delas com alpendre, pelo que se depreende das estruturas encontradas nas escavações levadas a cabo, mas de que pouco ainda se sabe. É necessário fazer mais prospecções planificadas e orientadas cientificamente, de modo a encontrar respostas para as dúvidas que ainda se mantêm. A Torre de Menagem, de planta quadrangular, com uma vista privilegiada sobre a Vila e sua envolvente, é um terreiro de vigia de amplas vistas e estava ligada a uma estrutura rectangular de piso térreo abóbado. Na extremidade do castelo, a nascente, erguia-se um *cubelo*, que Duarte de Armas<sup>95</sup> encimou com uma estrutura cónica, possível elemento construtivo primitivo da fortaleza. No lado este dos muros da alcáçova, Duarte d'Armas assinalou ainda mais dois torreões: um, adossado ao muro, com janelas abertas no topo das quatro paredes, encimado por um elegante telhado em pirâmide alta e estreita, e que terá recebido o relógio manuelino; outro, na ponta nordeste, com vistas a estenderem-se pelo território de Castela. Embora o desenho não a capte, no ângulo noroeste ficava outra torre redonda que permitia vislumbrar os contrafortes da Serra da Estrela. Na muralha sul, observam-se duas torres, ambas quadradas, uma a meio, outra na esquina sudoeste.

<sup>95</sup> Ver Anexo 6

As sucessivas reconstruções de que foram alvo a Praça de Armas e toda a estrutura do castelo ao longo dos tempos, alterou e readaptou funcionalidades do espaço e estruturas. As exigências da própria guerra, das suas estratégias, e a evolução técnica das armas usadas contribuíram para este constante evoluir do espaço. O trabalho da arqueologia, quer na investigação do subsolo, quer no estudo dos elementos estruturais verticais, é fundamental para se entender as sucessivas mudanças e obter um conjunto de informações privilegiadas para o conhecimento deste espaço.

As prisões, por regra, funcionavam dentro dos castelos, onde permaneciam os detidos, acorrentados por cadeias de ferro, o que garantia a sua detenção e vigilância. Mas as sucessivas destruições/reconstruções do castelo, não permitem uma leitura desta situação. Existe uma prisão na Rua Direita, de planta rectangular de dois pisos, que remonta a um período mais recente. O acesso ao piso superior, faz-se por uma escada interior central, sendo o inferior constituído por celas isoladas que só tinham acesso pelo piso superior, através de pequenos alçapões e escadas de madeira que poderiam ser removidas facilmente. Uma delas, situada debaixo da escadaria, era completamente isolada, recebendo alguma luz pela cela situada no lado norte. No piso superior, uma cela mais digna e um espaço reservado para o carcereiro. Neste piso existe também acesso a um quintal, que era delimitado pelas ameias do castelo.



Cadeia Municipal de Castelo de Vide, situado no burgo medieval.

No século XIV, a atribuição, pelas Ordenações Afonsinas, de 20 besteiros a Castelo de Vide demonstra a importância da Praça, sobretudo se se comparar com os 30 besteiros atribuídos a Portalegre e Avis, ou com os 25 de Marvão. Do mesmo modo, o número de vizinhos, que em 1527-32 era de 887, elevou-se para 1400 em 1572, o que confirma essa importância.<sup>96</sup> O crescimento da população é travado pela Guerra da Restauração.

<sup>96</sup> António Raposo REPENICADO, *Ob. cit.*, 1969. p. 44.

No início do século XVIII, com a Guerra da Sucessão de Espanha, a Vila é tomada pelos espanhóis sendo reconquistada por Manuel Azevedo Fortes, em 1704. No ano seguinte, já como Governador, Manuel Fortes completa a cintura amuralhada da Vila com o Forte de S Roque e o Arco da Aramenha.<sup>97</sup>

<sup>97</sup> Ver anexo 22 e 23.



Arco da Aramenha, em Castelo de Vide.

O governador, nas obras de reconstrução da muralhas de Castelo de Vide, querendo rematar a entrada do lado de Marvão, acabou por conseguir sem custos o Arco da Aramenha: *"me vali de um portado de cantaria grossa e fortíssima, que ficou inteiro entre as ruínas da antiga cidade de Medobriga aonde chamam Aramenha, uma légua d'esta villa"*<sup>98</sup>. Este estava servindo de pórtico a uma quinta

<sup>98</sup> Possidónio M Laranjo COELHO, "Terras de Odiana", *Ibn Maruán nº 11*, Marvão, 2001. pp. 35-36.

de Luiz Freire da Fonseca Coutinho que, sabendo das intenções de Manuel de Azevedo, que o pretendia comprar, o “ofereceu gratuitamente para o serviço de Sua Magestade”<sup>99</sup>. Mas, em 1890, o então Ministro da Guerra autorizou a sua destruição e ofereceu os seus materiais para a construção do Asilo de infância desvalida, que foi construído devido a uma avultada e “generosa dávida”, deixada em testamento pelo benemérito José de Almeida Sarzedas e sua esposa. A Câmara Municipal e os jornais da época<sup>100</sup> fizeram múltiplos esforços para evitar tal desastre, mas nada conseguiram.

<sup>99</sup> Possidónio M Laranjo COELHO, “Terras de Odiana”, *Ibn Maruán* nº 11, Marvão, 2001. pp. 35-36.

<sup>100</sup> Jornal O Distrito de Portalegre, nº 405, ano 8º.

Comentava assim o periódico, *Distrito de Portalegre*:[...] “vasos, sepulturas, inscrições, amphoras, do trabalhador ignorante, pasmado diante dos vestígios da enorme civilização que foi a romana.

N’um paiz mais dado a estudos historicos e artisticos sem duvida que aquella apparição de objectos de tal valor suscitaria immediatamente a particulares e auctoridades a ideia plausivel de proceder a escavações cuidadosas e de remover para os muzeus todo o que se encontrasse com merecimento artistico ou archeologico.”[...] Acrescentava ainda “pouco se fez n’este sentido da parte de alguns curiosos de Castelo de Vide, e as auctoridades nada fizeram, nem sequer avisaram o governo, e aquellas *fontes historicas* com que se poderia reconstruir a historia de uma cidade que foi, umas foram despedaçadas pelo vandalismo estúpido, outras jazem, felizmente, à espera de melhores tempos.

Não fazemos censuras a ninguem, que isto de desmazelo e incuria é sestro essencialmente nacional.

Ora entre as antiguidades que attestam o estabelecimento de *Medrobiga* no sitio ainda hoje chamado *Aramenha* um ha que não sendo, como realmente não é, um monumento de alto valor artistico, pela beleza architectural, é todavia de elevado merecimento historico, pela antiguidade que representa e pela civilização que attesta”.<sup>101</sup>

<sup>101</sup>Jornal O Distrito de Portalegre, nº 405, de 23 de Dezembro de 1891, ano 8º.

O castelo, apesar dos momentos trágicos da guerra em que era necessário o rápido arranjo da fortificação, vai sofrendo outro tipo de alterações. Assim, em 1719, uma forte explosão demográfica levou o então Governador da Praça, Manuel Azevedo Fortes, a empreender obras de construção de uma nova cintura amuralhada para proteger a população sediada fora das antigas muralhas. Actualmente, a muralha apresenta uma forma poligonal alongada que se estende no sentido este-oeste<sup>102</sup>.

<sup>102</sup> Ver Anexo 4

A partir de 1933, com as muralhas e a Torre de Menagem meia destruída, abre-se um processo de obras de recuperação que só se iniciam em 1947 e se prolongam por quase todo o século XX, terminando na década de 70. Neste momento, não é possível conhecer toda a panóplia de obras de recuperação levadas a cabo pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em virtude do referido processo estar a ser organizado e informatizado.<sup>103</sup>

<sup>103</sup> Ver Anexo 16

O Regimento de Infantaria 8, um dos dezassete regimentos militares, permaneceu em Castelo de Vide — tendo um projecto de realojamento no chamado convento de St<sup>a</sup> Catarina, da autoria do Major do Real Corpo de Engenheiros Francisco António Raposo, mas nunca executado<sup>104</sup> — participou em múltiplas guerras e feitos militares ao longo do século XVIII e início do XIX. A sua acção terminou a partir da Lei de 27 de Setembro de 1805<sup>105</sup> que retira a Castelo de Vide a classificação de Praça de Guerra. Esta decisão deve-se sobretudo ao facto das novas armas de artilharia passaram a ter um alcance maior e que tornavam Castelo de Vide, pelo seu posicionamento em relação à Serra de S Paulo (cerca de 1000 m), uma presa fácil para qualquer exército com um meio canhão<sup>106</sup> ou falconete<sup>107</sup>. Daí que, em 1823, o Regimento de Infantaria 8 fosse transferido para Évora.

<sup>104</sup> ver anexo 7.

<sup>105</sup> César VIDEIRA, *Memória Histórica da Muito Notável Villa de Castello de Vide*, Lisboa, 1908. p. 61.

<sup>106</sup> Peça de artilharia cuja eficácia de alcance das suas balas era de 3510 metros.

<sup>107</sup> Peça de artilharia cuja eficácia de tiro era de 1950 metros.

No entanto em 1919 o capitão de Infantaria apresenta um mapa de distribuição de estacionamento de tropas em Castelo de Vide.<sup>108</sup>

<sup>108</sup> Ver Anexo 47.

## 6. Os Judeus e as movimentações na raia os notáveis: Garcia da Orta, Mestre Jorge e Spinosa

A história de Castelo de Vide está intimamente ligada à problemática dos judeus e ainda hoje permanecem vivas, no quotidiano da Vila, muitas das marcas desta cultura. Também julgo ser importante relembrar a memória de alguns homens ilustres, que no seu viver errante, passaram, nasceram, viveram, fugiram ou morreram nestas paragens devido à intolerância dos homens.

Os Judeus já existiam na Península Ibérica, mesmo antes da formação de Portugal e aqui continuaram até à sua expulsão em 1496, restando-lhes a possibilidade de permanecerem, não como corpo individualizado, mas no seio da maioria cristã, convertidos.

Em consequência do Concílio de Latrão de 1215, com a separação entre cristãos e judeus por estes serem considerados deicidas<sup>109</sup>, foram sendo assumidas pelos reinos católicos políticas de condicionamento e de segregação dos crentes judeus, tidos como aliados das forças do mal. Assim, com a criação da Santa Inquisição nos reinos de Castela e Aragão e na euforia do rescaldo da reconquista de Granada aos Mouros, os reis católicos de Castela expulsam os judeus do seu Reino, vindo parte destes a fixar-se temporariamente em Portugal, especialmente ao longo da raia e nomeadamente em Castelo de Vide, Portalegre e Arronches, onde já existiam comunas judaicas e alguns mouros.

A raia portuguesa sempre explorou a proliferação de comunidades judaicas, por desenvolver um duplo pólo de atracção, quer ao nível do comércio,



Sabado da Aleluia, negócio das peles do cordeiro.

<sup>109</sup> Carmen BALLESTEROS e Jorge de OLIVEIRA, "Muros religiosos de Castelo de Vide", *Ibn Maruán*, nº 5, Marvão, 1995. pp. 99.

normalmente clandestino, quer por proporcionar um lugar de refúgio aos judeus e conversos castelhanos, em fuga da Inquisição espanhola que inicialmente se desenvolveu na Andaluzia e Estremadura.<sup>110</sup>

<sup>110</sup> Maria José Pimenta Ferro TAVARES, "Judeus e cristãos novos no distrito de Portalegre", *Revista Cultural de Portalegre, a Cidade*. Nº 3 (Nova Série). pp. 37-53.

A maioria dos judeus que viviam em Portugal possuía cultura, importantes bens patrimoniais, negócios — pequeno comércio, estabelecimento em loja ou ambulante — e desempenhava também as profissões mesteirais de maior prestígio junto da Corte — experientes e hábeis artistas, dedicando-se às artes bélicas e metalúrgicas, ao fabrico e confecção de panos como tecelões, sirgueiros, tintureiros, alfaiates, gibeteiros,... —. Por outro lado, tinha privilégios e isenções que o clero e nobres não aceitavam de bom grado, dada a aparente contradição entre os preceitos canónicos e civis. No ano de 1496 havia mais de cem comunas — mais de 10 judeus já constituíam uma comuna — espalhadas pelo país, datando algumas do século XIV, como as de Portalegre e Elvas. Em 1441/42, existiam em Castelo de Vide pelo menos dez judeus, como parece comprovar a existência de uma comuna, embora não se tenham dados concretos sobre o número de indivíduos residentes.

Os Judeus foram expulsos de Castela em 1492, por ordem dos Reis Católicos, D. Fernando e D Isabel que, entusiasmados com a conquista do último reduto muçulmano na Península, Granada, procuraram unificar o país sob o mesmo credo. Muitos deles atravessaram a fronteira em Marvão, na zona da Portagem, e estabeleceram-se na Judiaria de Castelo de Vide, pois D João II mostrou-se receptivo à sua estada, por um período de transição para outras paragens, mediante o pagamento de portagem. Lançou ao mesmo tempo uma campanha de conversão, com a concessão de privilégios.

Em 1495, D Manuel delibera a liberdade dos judeus, mas, no ano seguinte, devido ao facto de pretender desposar a infanta D Isabel, filha dos reis católicos de Castela, acaba por aceitar a determinação destes, de que o país deveria estar livre de judeus e mouros. Por outro lado, interessava a Castela ver a

Corte de Portugal sem a nata das famílias judaicas. Estamos em pleno desenvolvimento da expansão portuguesa. Estes judeus, cultos e empreendedores, traziam às actividades das descobertas e comércio marítimo uma mais-valia concorrencial em relação à Corte de Castela.

Até à sua expulsão, os judeus habitavam nas ruas comercialmente concorridas ou nas suas imediações. Em Portugal, os Judeus não conheceram a pressão física e psíquica que nos reinos vizinhos conduziu à sua conversão forçada ou a massacres. No entanto, à medida que as circunstâncias conjunturais e estruturais europeias envolviam, cresceu a cisão entre cristãos e judeus. Estes foram coagidos legalmente a viver em bairros próprios, ao *recolher obrigatório* desde as Trindades até ao nascer do sol, entre outras privações<sup>111</sup>. Estas coacções tiveram início no século XIV, no entanto nunca se verificou, em Portugal, grande rigor prático na sua aplicabilidade.

Ainda hoje, em Castelo de Vide, por altura das Trindades, toca o sino da Edilidade a lembrar esse facto. Nesta Vila, permaneceram vivas muitas das marcas desta cultura, para além dos vestígios no património arquitectónico como é o caso das incisões simbólicas nas cantarias das portas dos *cristãos-novos*.

As delimitações das judiarias são pouco conhecidas, mas, apesar de alguma incerteza pontual, a judiaria da Vila de Castelo de Vide<sup>112</sup> tem contornos mais ou menos perceptíveis, com a sinagoga e outras estruturas comunais que, mais tarde, foram reocupadas como habitação.<sup>113</sup> Inicialmente, devido aos condicionalismos impostos, os judeus construíram as suas habitações nos limites exteriores das muralhas, nas vias importantes ou nos centros da actividade comercial. Com o tempo e o crescimento do núcleo urbano, estes bairros judeus acabaram por ser integrados no espaço intra-muros, pois a partir do séc. XIV erguem-se novas muralhas à volta das vilas, como foi o



Judiaria. R do Mestre Jorge.

<sup>111</sup> Augusto da Silva CARVALHO, *Garcia D'Orta*, Coimbra, 1934. p. 16, refere "a ultima badalada das Avé-Marias, era o sinal para marcar o recolher dos judeus às judiarias, que se designava pelo *sino d'oraçom*. Meia hora depois começava a tanger o *sino de colher*, impondo o encerrar das portas das tabernas e outros estabelecimentos e quando as badaladas se tornavam mais frequentes, era o *sino de corer* que impunha o apagar das luzes e o cessar de toda a actividade nos lugares públicos". Possidónio M Laranjo COELHO, "Terras de Odiana", Revista *Ibn Maruán*, nº 11, Marvão, 2001. p. 373.

<sup>112</sup> Ver anexo 18

<sup>113</sup> Maria José Pimenta Ferro TAVARES, *Ob. cit.*, p. 39.

caso de Castelo de Vide. Entretanto, constroem-se igrejas junto aos bairros judeus, para dar visibilidade à conversão, assinalando com autênticos monumentos o seu envolvimento na religião, como por exemplo a Igreja de Santo Amaro, nos limites do bairro judaico.<sup>114</sup>

<sup>114</sup> Ver anexo 15

A vida familiar desses cristãos-novos era constituída por dois núcleos de tarefas. Um coordenado pela mãe, com a ajuda das filhas, dizia respeito à vida doméstica, ao arranjo da casa, aos cuidados do tecer e vestir, ao cozinhar das refeições e aos mimos para as festas, como as doçarias. Aos homens da casa era-lhes destinado o mester, os negócios e igualmente o desenvolvimento dos aspectos litúrgicos e teológicos da lei. Do porco e seus derivados pouco ou nada entrava na alimentação destas famílias, só por receio de denúncia comiam em público, quando não o podiam evitar de todo. Do mesmo modo, a recusa em utilizar o sangue dos animais e a lavagem da carne, eram reconhecidas como práticas judaicas. O pão ásimo, as mudas de roupa e o 'ciclo da semana' à sexta-feira, em honra do sábadado, são reminiscências ainda presentes, embora diluídas, nos tempos de hoje.



Igreja de São Amaro

Ao contrário do que aconteceu na Europa, e sobretudo em Espanha, judeus e cristãos mantiveram uma relação amistosa na raia, pelo que gozaram de alguns privilégios régios. Privilégios esses que derivavam de os soberanos usarem essas famílias no povoamento do território conquistado, permitindo-lhes a aquisição de bens de raiz, casas e terras. Igualmente o facto de estarem próximo do poder real e serem considerados bons mesterais, destacados médicos e cirurgiões, dava-lhes prestígio, e encontramos-os ligados a senhores da corte, da alta finança e do grande comércio.



Sinagoga de Valência de Alcántara, Espanha.

“A minoria viveu em Portugal como um corpo dentro de outro corpo. A autonomia revelava-se nas suas tradições, na sua lei, no seu culto, nas suas comunidades e magistrados próprios, independentes do concelho, embora obedecessem ao mesmo

soberano e estivessem submetidos às ordenações gerais do Reino. Cedo se distinguiram pelas actividades mercantis e artesanais e pela prática da usura, alguns tornaram-se célebres pela sua cultura e pela sua riqueza, como foi o caso dos Negros ou dos Abravanel. O seu poder económico e cultural tornava-os indivíduos poderosos, a que se aliava o facto de serem cortesãos do rei. Ao longo do século XV, a rivalidade económica despertou nos cristãos uma animosidade de tipo religioso que iria conduzir, juntamente com outros factores conjunturais, à sua expulsão do Reino, em 1497<sup>115</sup>

Todo o equilíbrio entre judeus e cristãos se deteriorou em Portugal a partir desta altura, determinando uma complexa destabilização. Todos os Judeus que não conseguiram sair do país até Outubro de 1497, foram obrigados a receber o baptismo, tornando-se *cristãos-novos*.

Esta conjuntura abalou a sociedade portuguesa. Devido à implantação da Inquisição em Castela, muitos conversos andaluzes tinham procurado refúgio em Portugal, pagando coimas, por cabeça, pela sua integração.

Um levantamento populacional de judeus no século XV dá 31 indivíduos, que eventualmente poderão representar 17 famílias. Mas a judiaria de Castelo de Vide teve um aumento populacional acentuado da colónia primitiva e consequentemente, maior importância social com a entrada pelo porto seco de Marvão, antiga portagem, de judeus de procedência castelhana, quando da sua expulsão do Reino de Castela.<sup>116</sup>

No ano de 1527, reinando D João III, quando foram expedidas cartas régias aos corregedores para procederem ao arrolamento dos respectivos moradores, a vila de Castelo de Vide e arrabaldes tinha oitocentos e oitenta cinco fogos incluindo duzentas e cinco viúvas e 22 clérigos de missa. A Vila possuía mais de 5000 pessoas, por conseguinte, um significativo desenvolvimento se denotava nestas paragens raianas.



Porta com inscrições dum cristão-novo, MAROCO.

<sup>115</sup> Maria José Ferro TAVARES, "Os Judeus em Portugal", in *História de Portugal* de José Hermano SARAIVA, Publicações Alfa, Vol. 4, 1983. p. 259.

<sup>116</sup> Maria José Ferro TAVARES, "Judeus e cristãos novos no distrito de Portalegre", *Revista a Cidade*, nº 3 (nova Série), 1989. pp. 37-53. Maria Paula Marçal LOURENÇO, "Para o estudo da actividade inquisitorial no Alto Alentejo: a visita da Inquisição de Lisboa ao bispado de Portalegre em 1578-1579", *Revista a Cidade*, nº 3 (nova Série), 1989. pp. 109-138. Possidónio Laranjo COELHO, "As terras de Odiana", *Revista Ibn Maruán*, nº 11, Marvão, 2003. p. 295.

Em Portugal, a Inquisição toma uma nova força ao ser um braço do regime régio, e apesar da integração pacífica dos judeus na sociedade portuguesa, esta Instituição perseguiu-os, martirizou-os e violentou-os. O estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, imposto pela bula *Cum ad nihil magis*, de 23 de Maio de 1536, reveste-se de particular relevância na nova segregação e numa assumida política de repressão e de controlo da sinceridade da fé.

É a partir de Dezembro de 1578, prolongando-se até Março do ano seguinte, que decorre, no quadro organizativo do Santo Ofício de vigilância e intervenção regional, a *visitação* ao bispado de Portalegre, para provocar *confissões* e *denúncias*, angariar informações da vivência religiosa e punir os 'excessos', permitindo um controlo social, no uso dos processos delatórios referidos. Desta visitaçao de nove dias, resultaram em Castelo de Vide, 29 processos de denúncia, e de quatro confidentes, sendo que um deles apareceu fora dos dias concedidos do termo da graça. Os denunciados são na maioria indivíduos que se dedicam às actividades artesanais e agrícolas, pois que nesta altura a população do Alto Alentejo se dedicava às artes mecânicas, sobretudo à indústria de lanifícios.

Entre os Judeus ilustres de Castelo de Vide, têm especial relevo os *físicos* Garcia da Orta e Mestre Jorge, e ainda o filósofo Espinosa ou Spinosa sobre o qual Possidónio Laranjo Coelho diz: "Supomos também com bons fundamentos que a família do célebre filósofo Barnach Spinosa, devoto admirador dos escritos de Descartes, nascido em Amestardam, a 24 de Novembro de 1632, e falecido em Haia em 1677, era oriunda da Judiaria de Castelo de Vide, ou pelo menos pertencente e com afinidades com o ramo dos Spinosas daquela Vila"<sup>117</sup>.

<sup>117</sup> citado por António Vicente Raposo REPENICADO, *Da Notável Vila de Castelo de Vide, Apontamentos, Separata do Jornal Terra Alta*, Castelo de Vide, 1969. pp. 96-97.

Garcia da Orta, notável pelos *Colóquios dos Simples e Drogas e Coisas Medicinais da Índia*, foi um dos quatro filhos de Fernão da Orta e Leonor

Gomes, originários das vizinhas terras de Espanha, Valência de Alcantara e Alburquerque, nascido em Castelo de Vide em 1490<sup>118</sup>. O casal viera instalar-se na judiaria da Vila de Castelo de Vide, após a expulsão pelos reis católicos de Castela, dedicando-se ao comércio entre as duas vilas raianas de Castelo de Vide e Valência de Alcantara.

<sup>118</sup> “pouco provável, mas possivelmente em 1500”, segundo Augusto da Silva CARVALHO, *Ob. cit.*, pp. 13-14.

Fez estudos na Universidade de Salamanca e Acalá e desde muito cedo se interessou pela botânica, aliás acabou por ter a alcunha *o Ervas*, pela sua dedicação a essa matéria. Voltou a Castelo de Vide em 1523, solicitando, a 5 de Abril desse ano, autorização para usar mula ou *faca* — nesse tempo era proibido andar de mula em virtude de cavalos e muares serem necessários ao exercício exclusivo da guerra — e licença para exercer a actividade de físico, o que obteve em 10 de Abril 1526, em Lisboa, com o exame perante o físico-mor do reino.

Em 1532, dirige a cadeira de *Summulas* na Universidade de Lisboa, pois a carreira de médico de aldeia era pouco estimulante, e assim, pôde pôr em acção os seus conhecimentos científicos, assumindo a regência desta cadeira após a ter ganho como opositor o concurso para a mesma. Rege igualmente as cadeiras de *Filosofia Natural* e *Filosofia Moral*.

Torna-se físico de D João III, entre 1530 e 1534, mas os receios de ser incomodado pelas suas origens judaicas, o seu desejo de aventura e a fascinação do Oriente, que atraía a sua curiosidade científica, levam-no a aceitar o convite do seu protector, o comandante da armada Martim Afonso de Sousa, que ia desempenhar o alto cargo de capitão-mor do mar da Índia<sup>119</sup>, para o acompanhar. Assim, parte a 12 de Março de 1534 para a Índia como médico pessoal do referido militar.

<sup>119</sup> Torre do Tombo, *Chancelaria de D João III*, L 20 fls. 45v.

Em 1538, Martim Afonso de Sousa desagradado com o vice-rei da Índia D Garcia de Noronha, regressa a Portugal, mas Garcia d’Orta permanece em

Goa, onde desejava fazer fortuna com a descoberta da cura da Sífilis com pau santo do Brasil<sup>120</sup> e, por outro lado, desenvolver estudos de história natural. Estes estudos que darão origem, em 1563, aos *Colloquios dos Simples*, escritos em português, apesar do latim ser na altura uma língua muito usada nos trabalhos científicos. Outra possível e forte razão para não voltar ao reino foi a notícia de que o Papa Paulo III, após prolongadas negociações, publicara a bula *Cum ad nihil magis* de 23 de Maio de 1536.

<sup>120</sup> Augusto da Silva CARVALHO, *Ob.cit.*, p. 65. Negoceia 5 quintais deste pau santo, trazido do Brasil, rendendo alguns réis que lhe dá para organizar a sua vida na Índia. Mas o seu interesse após ter chegado á Índia era saber das drogas medicinais, como coloca na boca de Ruano: “nam sois tão filósofo, como mostrais, que também quereis ter pérolas e pedras”.

Em 1541, Garcia d’Orta casa na Índia com Brianda de Solis, que pertencia ao ramo português de Alter do Chão da família luso-espanhola Solis. O seu casamento foi conflituoso, devido ao mau feitio de Brianda. As brigas constantes entre o casal e as discussões em que Brianda se envolvia com suas cunhadas, acabaram por provocar a separação. Garcia da Orta passou a viver com a sua mãe, após esta ter chegado de Lisboa acompanhando a sua filha Isabel. Esta, após ter sido penitenciada pelo Santo Ofício, e sentindo-se com vergonha de viver em Lisboa, decidiu, em 1548, partir para a Índia com o marido Francisco Vaz, a irmã Catarina de Orta e sua mãe, que resolveu também acompanhá-los, embarcando na nau *S Filipe*, cujo capitão era Duarte Tristão, tendo chegado a 5 de Setembro à Índia. Foram viver para a rua dos Namorados, em Goa. A irmã Catarina, acaba por ser apanhada nessa cidade pela Inquisição e queimada na fogueira por *judia impenitente*<sup>121</sup>, a 25 de Outubro de 1569.

<sup>121</sup> Augusto da Silva CARVALHO, *Ob. cit.*, p. 76.

Garcia da Orta era figura de prestígio na Índia pelo resultado do seu trabalho e da sua clínica, para além de ter considerável fortuna, não contando com a de sua mulher, sendo médico de luxo de reis e magnates da região. Os primeiros religiosos<sup>122</sup> a estabelecerem-se na Índia foram os franciscanos, em 1517, com quem Garcia de Orta mantinha as melhores relações e deles “recebia cestos de roseiras da sua cerca”<sup>123</sup>. Seguiram-se os jesuítas, em 1542, íntimos de Martim Afonso de Sousa. Encontramo-los em casa deste nos dias solenes, onde Garcia d’Orta admirava, entre outros, os padres Francisco Xavier e Inácio

<sup>122</sup> Georg SCHURAMMER, “Desenhos orientais do tempo de S Francisco Xavier”, *Separata de Garcia da’Horta, Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar*, Número especial 1956. pp. 247-255. “Códice 1889 da Biblioteca Casanatense de Roma, a antiga Biblioteca dos Padres Dominicanos”. Ver anexo 19.

<sup>123</sup> Augusto da Silva CARVALHO, *Ob. cit.*, p. 55.

de Loyolla. Muitos foram também os portugueses que estiveram em contacto com Garcia d’Orta na Índia, entre os quais membros de famílias nobres e prestigiadas, como António de Matos, Afonso Albuquerque, Gaspar de Matos, João Rodrigues Mousinho e Pedro Fernandes Barba.

António de Matos era capitão da nau de S Cristóvão da armada de Afonso de Albuquerque. Outro membro destacado desta família, Gaspar de Matos, casado com sua prima Brites de Matos, de quem não teve filhos a quem deixar fortuna, mandara edificar em Castelo de Vide o Convento onde funcionou o Asilo dos Cegos, hoje Fundação de N<sup>ª</sup> Senhora da Esperança. A primeira pedra foi lançada a 20 de Maio de 1585, com a presença do licenciado Frei António de Santa Maria, da Ordem de S. Francisco da Província do Algarve.

Em Castelo de Vide, na casa de família de António de Matos, antiga na heráldica portuguesa, “na padieira ou verga do portal de uma casa na rua Direita no recinto do castelo, antigo e primitivo burgo medieval, pode ver-se esculpido, no granito desse portal, o escudo de armas dessa família que bracejou em Castelo de Vide e se ligou a outras famílias de primeira governança da terra”. Na parte posterior desta casa ou numa contígua, para o lado norte, poder-se-ia ver, desvanecida pelo tempo e enquadrando uma janela à altura de um piso de 1<sup>º</sup> andar, “um delicado e bem esculpido ornato, no qual figuram duas cabeças uma de homem e outra de mulher, e um cavaleiro rompante de lança em riste”.<sup>124</sup>

O poeta Luís de Camões, quando da sua passagem pela Índia, foi comensal em casa de Garcia d’Orta dedicando a Ode VIII, ao elogio da ciência e do naturalista que escreveu os *Collóquios dos simples* e dirigindo-a, em carta, ao Conde do Redondo<sup>125</sup>, a solicitar protecção para a publicação dos mesmos.

A morte de Garcia d’Orta que alguns autores referem em 1568 ou 1570, permanece envolta em algum mistério, devido à ausência de notícias ou a

<sup>124</sup> Possidónio Mateus Laranjo COELHO, *Três médicos cientistas naturais de Castelo de Vide*, Academia das Ciências de Lisboa, 1953. A pedido de Laranjo Coelho, Adolfo Bugalho, desenhou este mesmo ornato. Diamantino TRINDADE, *Ob. cit.*, Lisboa, 1999. p. 146.

<sup>125</sup> ver Ode VIII, em anexo 20.

alguma contradição das mesmas. Augusto Silva Carvalho refere, que após a morte, foi levado para outra casa, estendido na alcatifa e acompanhado pela viúva, a filha Beatriz, Catarina Orta, sua irmã Isabel Orta e Isabel Martins, cristã velha, e foi amortalhado. Outra das fontes é o inquérito inquisitorial<sup>126</sup> de sua irmã, que refere alguns acontecimentos após a morte de seu irmão, que se encontrava na cama, com doença prolongada, sabendo-se que “se sujava muito” o que poderia supor ter sido atacado de desinteria ou eventualmente “estupor ou insulto cerebral” que, entre outros sintomas, lhe determinasse incontinência de urinas e fezes. Outros, nomeadamente através da notícia de um seu sobrinho neto, Diogo de Orta, que ficou nestas paragens da Índia, referem que, Garcia d’Orta foi julgado em vida pela Inquisição na cidade de Goa, em 1596. Outros ainda, referem que após a sua morte se constituiu processo contra Garcia d’Orta tendo sido profanada a sua campa, desenterrado os ossos e transportados numa caixa, passando de novo pelas ruas do seu funeral. Ao lado do esquife um homem levava a sua efígie, conduzidos ao auto da fé do Tribunal da Inquisição, onde foi lido a sentença “Garcia d’Orta doutor xpão nouo portugues morador que foi nesta cidade por judeu entregue seus ossos a justiça secular. Relaxado<sup>127</sup> e queimado na fogueira, junto ao rio.

<sup>126</sup> Arquivo da Torre do Tombo, cópias dos processos movidos em Goa nº 1282 e 1283 da Inquisição de Lisboa.

<sup>127</sup> Reportório Geral de 3800 processos despachados pelo Santo Ofício de Goa, p. 515 ou fls 360 v., feito pelo licenciado João Delgado Figueyra. Augusto da Silva CARVALHO, *Ob. cit.*, p. 78.  
<sup>128</sup> Ver anexo 21

O seu livro *Colóquio dos Simples*<sup>128</sup> desapareceu da Índia e de Portugal durante alguns séculos ou, simplesmente, foi resguardado e dissimulado com receio que a Inquisição pudesse incomodar quem o possuísse. Foi um longo período de “conspiração do silêncio” como refere Augusto Carvalho na sua obra sobre Garcia de Orta.

Investigadores ingleses andaram à procura da primeira edição, em vão, encontrando unicamente vagas referências do Conde de Ficalho sobre Garcia d’Orta. Tendo sido a obra encontrada por Augusto Carvalho preenchendo essa lacuna, aparecendo a partir daí, nas múltiplas edições de várias línguas, o *fac-simile* da primeira edição<sup>129</sup>.

<sup>129</sup> Em Elvas, na biblioteca de Antonio José Torrês de Carvalho, foi encontrado um exemplar dos *Collóquios* com encadernação muito antiga tendo na lombada escrito “GARCIA/ DORTA/ OERVAS. Augusto da Silva CARVALHO, *Ob. cit.*, p. 17.

Em 1934, o jornal *O Castelovidense* dedica a sua publicação de 18 de Março<sup>130</sup> a várias homenagens levadas a cabo por altura dos quatrocentos anos [12 de Março de 1534] da partida de Garcia d'Orta a bordo da nau Rainha da armada portuguesa que o levara à Índia. Em 12 de Maio de 1934, foi inaugurado o Jardim Garcia d'Orta no centro da Vila, onde ainda hoje existe, com a presença do Presidente da República, António Carmona.<sup>131</sup> Na altura houve uma homenagem, promovida pela Sociedade de Ciências Médicas, dedicada a Garcia d'Orta. O discurso comemorativo foi feito por Augusto da Silva Carvalho. Este sublinhou as opiniões de Sir Clements Markham, benemérito tradutor dos *Collóquios*, "que poucos homens foram mais completamente instruídos na sua especialidade do que êle, que soube corrigir os tratados da sua época e complementá-los e que tendo havido tantos botânicos eminentes que estudaram a flora índica, como Van Reed, Rosebrugh, Wellich Wight, Hooker, em primeiro lugar há-de ficar para sempre *primus inter pares*, o nome do ilustre médico Garcia d'Orta".<sup>132</sup> Também Louis V. Rodis, ilustre médico norte-americano, referiu entusiasmado, o dever de todo o mundo científico comemorar o 12 de Março de 1534.

<sup>130</sup> Jornal *O Castelovidense*, nº 42, 18 de Março de 1934. Ano 2. Ver Anexo 61.

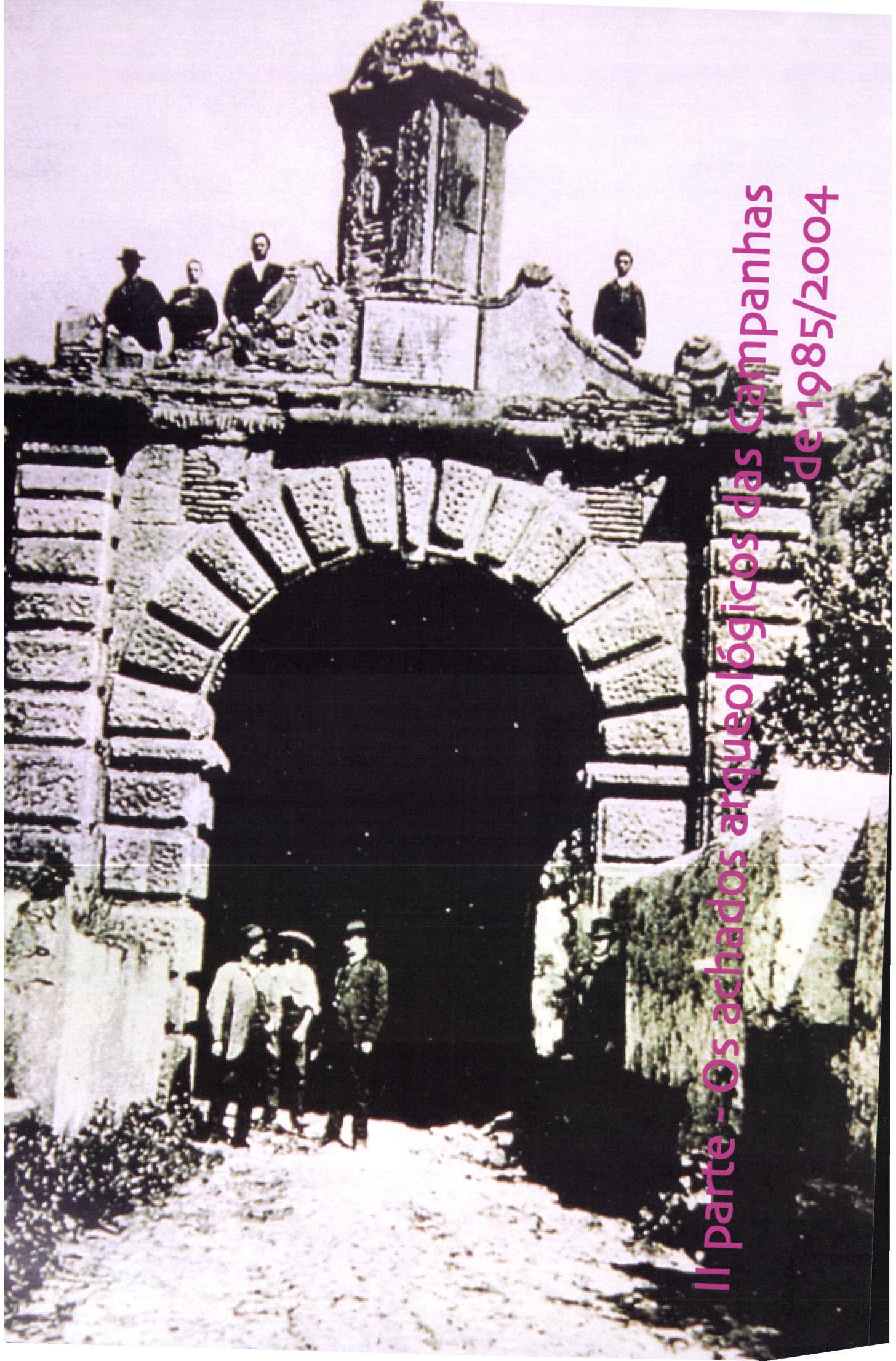
<sup>131</sup> Inaugurado a 10 de Maio de 1934, refere o jornal *O Castelovidense*, nº 42, Ano 2, mas talvez seja 'gralha' de datas, na publicação.

<sup>132</sup> Jornal *Castelovidense*, nº 42, 18 de Março de 1934, Ano 2.

Garcia d'Orta foi o primeiro a descrever as doenças dos climas tropicais e não Bontins como se tem dito, sendo a "figura mais importante na História Médica e Farmacológica desde o tempo de Dioscorides, que viveu no primeiro século da era Cristo, até ao seu tempo"<sup>133</sup>, segundo afirma Louis Rodis. Igualmente o rei D Manuel II, no catálogo da sua livraria, anotava que o médico de Goa, pelo seu saber e pela sua obra "fez parte do grupo de grandes homens que naquela época admirável, levantaram tão alto o nome de Portugal...", acrescentando ainda, "...foi um notável obreiro do monumento da fama Portuguesa no século XVI..."<sup>134</sup>.

<sup>133</sup> Jornal *Castelovidense*, nº 42, 18 de Março de 1934, Ano 2.

<sup>134</sup> Jornal *Castelovidense*, nº 42, 18 de Março de 1934, Ano 2.



II parte - Os achados arqueológicos das Campanhas de 1985/2004

# Os achados arqueológicos das Campanhas de 1985 a 2004:

## 1. Considerações prévias

Para melhor se compreender a História de Castelo de Vide houve necessidade, a partir da 2ª metade do século XX, de desenvolver escavações arqueológicas com carácter mais científico do que até aí. Nos anos 70, o Arqueólogo Diamantino Trindade iniciou um estudo sobre o período medieval de Castelo de Vide e as origens da Vila, sem chegar a conclusões verdadeiramente satisfatórias, afirmando que “só uma escavação no interior do castelo poderia solucionar este enigma”<sup>1</sup>.



Praça d'Armas do castelo. Foto de Arquivo da Secção de Arqueologia de Castelo de Vide.

É com base nos estudos e resultados das escavações feitas nestas duas últimas décadas [1985-2004] que introduzo esta matéria, só sendo possível pelo facto do vice-presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide ter posto à minha disposição toda a informação e os serviços da Secção de Arqueologia desta Câmara. Assim como os arqueólogos Jorge de Oliveira, Carmen Ballesteros, Joaquim Carvalho e Nelson Almeida terem disponibilizado informações e a consulta dos relatórios das escavações.

<sup>1</sup> Diamantino TRINDADE, *Castelo de Vide, Subsídios para estudo da Arqueologia Medieval*, Assembleia Distrital de Portalegre, 1979. p. 8.

Em 1985, iniciou-se uma actividade sistemática de escavações no *castelo* de Castelo de Vide e na área denominada Praça de Armas<sup>2</sup>, que o Arquitecto Pedro Cid considera ser um espaço de horta e Domingos Bucho um pátio. Esta actividade, desenvolvida pelo arqueólogo Jorge de Oliveira, tinha por objectivo o estudo e a compreensão da zona do castelo e a preparação de condições para a implementação de um futuro espaço museológico. As campanhas desenrolaram-se a partir de 1985, com a participação activa do Grupo de Arqueologia — que mais tarde passa a Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide — e decorreram até ao ano de 1990, aproveitando quer o bom tempo, quer os períodos de férias de modo, a incluir jovens estudantes nestas actividades.

<sup>2</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 1, 2, 3, 7 e 9. Ver anexo 27, 28 e 29

No ano de 2003 retoma-se a escavação da zona das cavaliariças<sup>3</sup>, sob a responsabilidade da arqueóloga Sandra Santos, em virtude de ser necessário, antes das obras de instalação de uma Loja e Cafetaria, conhecer as estruturas aí existentes.<sup>4</sup>

Com a implementação que teve, nos finais dos anos setenta e oitenta, a temática judaica em Castelo de Vide, com várias iniciativas locais, deu-se grande importância à necessidade de conhecer e desmitificar alguns mitos sobre a *Sinagoga*. Esta tem vindo a ser escavada, sistematicamente, desde 1987<sup>5</sup>, sob a responsabilidade do arqueólogo Jorge de Oliveira e de 1999 até ao presente pela arqueóloga Carmen Ballesteros.

As escavações nos restantes locais foram efectuadas sobretudo por necessidade de intervenção rápida e no sentido de dar resposta adequada a solicitações de empreiteiros, proprietários ou da própria Câmara Municipal. Ao desenvolverem obras de remodelação, ampliação e recuperação, estas entidades punham a descoberto estruturas que era preciso analisar, registar e estudar num mínimo tempo possível. A maioria das estruturas encontradas na Vila foram fundamentalmente silos escavados na rocha, alguns forrados com cortiça para evitar as humidades e a deterioração dos alimentos. Individuais uns, que eventualmente pertenciam à habitação ou foram integrados nesta e mais tarde substituído por potes, de carácter comunitário outros, como o da Rua do Postigo, na estrutura amuralhada do burgo medieval, ou o da Praça de D Pedro V. Todos eles mostram, segundo Helena Catarino, “uma prática corrente e um meio pouco dispendioso para a conservação, mesmo prolongada, de cereais”<sup>6</sup>, tendo em atenção que nesses tempos idos, as reservas alimentares eram conjugadas com as necessidades de consumos das populações, e guardadas em condições precárias, ligadas a práticas ancestrais, em “recipientes de cerâmica”, em recantos da casa ou no subsolo.

<sup>3</sup> Sandra Célia SANTOS, *Castelo de Vide. Escavações no edifício das cavaliariças do castelo de Castelo de Vide*, Relatório dos trabalhos arqueológicos, ERA, 2004. [Policopiado].

<sup>4</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 30.



Sinagoga de Castelo de Vide.

<sup>5</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 4, 6, 8, 11 e 17. Ver anexo 39.



Aspecto dos trabalhos desenvolvidos na Praça D Pedro V.



Aspecto dos silos na Rua do

<sup>6</sup> Helena CATARINO, *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica, Povoamento rural e recintos fortificados*, Al-Uliã, nº 6. 3 vols, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, 1997/98. p. 735.

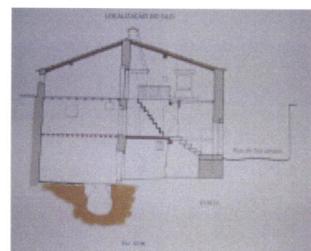
Os silos, pelo que se pode verificar por toda a Vila, são estruturas escavadas na rocha, criando uma bolsa no subsolo, normalmente revestida por cortiça com o fim de guardar cereais ou alimentos, podendo por vezes tratar-se de talhas enterradas no solo. Estes silos, espalhados pela Vila, demonstram a sua importância na organização da economia local e são fundamentais para a compreensão do período medieval, sobretudo no que diz respeito à conservação de alimentos básicos para o consumo da população.

Alguns não pertencem às estruturas a que estão associados, fazendo prever serem anteriores à Baixa Idade Média. No entanto, poucas conclusões se poderão retirar, pois as escavações têm sido esporádicas e não obedecem a um plano sistemático, mas respondem unicamente a solicitação de obras. Alguns silos escavados na rocha são, por vezes, reutilizados com introdução de talhas, sendo o caso mais curioso o da Rua de Santo Amaro<sup>7</sup> em que o silo pré-existente deu lugar à introdução de duas talhas, tendo sido necessário entulhar o fundo e alargar mais a sua boca.

Os silos, após sua função original, que no Alentejo persistiu até ao século XVI<sup>8</sup>, são entulhados com restos de cozinha e objectos vários que selavam estes espaços de lixeira.

No sentido de tornar mais explícita a apresentação das escavações, agrupá-las-ei do seguinte modo: *castelo, arrabaldes, extra-muros, sinagoga, inumações e outras intervenções*.

Assim, no *castelo* agrupei as escavações da Praça de Armas, cavaliárias, e as escavações da Rua Direita<sup>9</sup> e Postigo<sup>10</sup>, onde surgem silos que são parte da casa situada na confluência destas duas ruas, e outros que são estruturas comunitárias, nitidamente anteriores à ocupação medieval, como é o caso dos sete silos da Rua do Postigo, no burgo medieval.



Silo da Rua de Santo Amaro.

<sup>7</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 14, 19 e 24. Ver Anexo 25.

<sup>8</sup> Helena CATARINO, "Cerâmicas Tardo-Medievais/ Modernas do Alto Alentejo: a escavação de um silo na vila do Crato", *Actas das 1ª jornadas Cerâmicas Medievais e Pós Medieval* métodos e resultados para o seu estudo, Tondela, Outubro de 1992. p 129.

<sup>9</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 18 e 25.

<sup>10</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 26.

Nos *arrabaldes*, agrupei os silos da zona da judiaria<sup>11</sup>, Praça de D. Pedro V<sup>12</sup> e outros dispersos pela Vila, incluindo a cisterna da Arrochela<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 12, 13, 15.

<sup>12</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 27.

<sup>13</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 22.

<sup>14</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 16.

<sup>15</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 23.

As escavações *extra-muros* incluem as da Mealhada<sup>14</sup>, onde a existência de um forno nos remete para algumas interrogações, assim como as do Olival da Fundação de Nossa Senhora da Esperança<sup>15</sup>.

A *Sinagoga* e o espaço envolvente, pela sua importância mítica, é tratada isoladamente. A sua importância tem a ver não só com a problemática do espaço, mas também com o facto inquestionável de ser um local de muita visitação turístico-cultural.

As *inumações* ocorridas no Largo Salgueiro Maia<sup>16</sup> e Largo da Igreja de S. João<sup>17</sup> são testemunhos que nos remetem para os modos de procedimento com os mortos ou para acontecimentos vários. Estes materiais estão ainda a ser estudados por especialistas, o que permanece inédito.

<sup>16</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 28.

<sup>17</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 29.

Por fim, *Outras intervenções* realizadas neste período, mas para as quais a informa o   escassa ou permanece em estudo, por conseguinte mant m os seus dados inéditos.

## 2. Castelo

### 2.1 Praça de Armas: terreiro

A memória popular, com alguma simbologia lendária, liga erradamente a chamada Torre Redonda ou Funerária com o apelidado poço de Aloaca, referindo a existência de portas falsas e túneis misteriosos que ligavam a fortifica o ao exterior, o que alimentava o imaginário popular e contribuía para sistemáticas viola es, comprometendo o estudo e a pesquisa contextualizada no âmbito dos desenvolvimentos históricos de que foi palco este espaço singular.



...o apelidado poço de Aloaca... na Praça d'Armas.

A Praça de Armas teve uma primeira sondagem com Diamantino Trindade, no canto Nordeste, na zona das cavaliças. Este arqueólogo tinha a pretensão de fazer um levantamento de toda a Idade Medieval de Castelo de Vide<sup>18</sup>. Publicou o resultado das suas investigações, alargando o estudo a uma descrição dos monumentos e documentos da época, com base na pesquisa de materiais visíveis desse período, ficando no entanto aquém das suas próprias pretensões.

<sup>18</sup> Diamantino TRINDADE, *Castelo de Vide, Subsídios para o estudo da Arqueologia Medieval*, Assembleia Distrital, 1979.

Em 1985, Jorge Oliveira desenvolveu trabalhos de escavação que se destinavam a sondar a área “que brevemente será alvo de restauro com o fim de se proceder à montagem do Museu Monográfico de Castelo de Vide”<sup>19</sup>, o que entretanto não se concretizou. Os trabalhos incidiram sobretudo nas ‘cavaliças’ e Torre Redonda<sup>20</sup>. As cavaliças foram objecto de um desentulhamento, na sequência de uma violação popular, tendo a Secção de Arqueologia, orientada por esse arqueólogo, aí recolhido algum material posterior ao século XV e localizado os contornos de uma calçada na leitura estratigráfica vertical, quando do acerto dos quadrados 0/17 e 0/18 que continham a referida violação<sup>21</sup>.

<sup>19</sup> Jorge OLIVEIRA, *Praça d’Armas do castelo de Castelo de Vide*, Relatório de 1985. [p.3]. [Policopiado].

<sup>20</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 1.

As cavaliças não têm cobertura, embora apresentem indícios dos arranques da abobada. O alçado da frente virada para a praça de Armas tem três portas, sendo a do meio ogival, e duas janelas rebaixadas. Na camada de terra vegetal que cobria a calçada, com uma espessura média de 0,20 m, foi recolhido variadíssimo espólio descontextualizado e fragmentado, como granadas, balas de canhão e fragmentos de cerâmica de épocas diferentes, não anteriores ao século XVIII. Foi detectado um muro que parte da porta sul, mas não foi possível estudar convenientemente<sup>22</sup>. Foram recolhidos “fragmentos de lâminas de sílex localizadas entre os derrubes da violação bem como fragmentos de cerâmica califal com vidrados tardios”<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> Com a participação de Carmen Ballesteros e Joaquim M Serigado, Secção de Arqueologia e participantes de uma Secção de actividades culturais para jovens estrangeiros, da “Turicoop” Jorge OLIVEIRA, desenvolve de 15 a 30 de Agosto, trabalhos de escavação com a apoio da Câmara Municipal de Castelo de Vide. Relatório de 1985. [p. 3]. [Policopiado].

<sup>22</sup> Jorge OLIVEIRA, *Praça de Armas do castelo de Castelo de Vide*, Relatório de 1985. [p. 5]. [Policopiado].

<sup>23</sup> *Ibidem*, 1985. [p. 6]. [Policopiado].

A Torre Redonda, de 11, 8 m de altura, 5,65 m de largura e parede de 0,60 m de espessura, tem um único compartimento na parte superior e apresenta sinais de cobertura de uma água, o que contraria o desenho de Duarte de Armas em que é apresentada uma Torre Redonda com cobertura cónica.



Torre Redonda, de 11, 8 m de altura...

Nas conclusões do relatório, assinala-se como fundamental a continuidade do estudo e escavação desta área, sendo que ela se reveste “da maior importância, pois pelos materiais já recolhido, poderemos estabelecer com certa facilidade a evolução total da Vila”. Verificando-se também, que a estrutura básica da praça de artilharia pouco corresponde à estrutura medieval.<sup>24</sup>

<sup>24</sup> Ibidem, 1985. [p. 7].  
[Policopiado]. Ver anexo 27.

Em 1986, de novo Jorge Oliveira com Carmen Ballesteros, o Grupo de Arqueologia e jovens estudantes portugueses e de outras nacionalidades, retomam as escavações na Praça de Armas<sup>25</sup>, de 1 a 31 de Agosto. Pretendia-se com esta escavação “preservar as estruturas medievais do Castelo e ao mesmo tempo recolher materiais que nos elucidassem da forma de ocupação humana e possível origem desta Vila”<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 2.

<sup>26</sup> Jorge OLIVEIRA, *Praça de Armas do castelo de Castelo de Vide*, Relatório de 1986. [p. 4]. [Policopiado].

Com base no levantamento topográfico, a cargo do Gabinete de Apoio Técnico (GAT), foi quadriculada toda a área com quadrados de 4 metros, separados por banquetas de 1 metro de largura, tendo como coordenadas ortogonais os muros Este e Norte, da Praça<sup>27</sup>. Foram abertos 4 quadrados na diagonal -D/3, E/4, F/5, G/6.

<sup>27</sup> Ver anexo 28.

Das conclusões finais do Relatório, destacamos que foi detectado um muro no G/6, importando compreender o espaço de ocupação medieval antes de 1500, o Castelejo e a capacidade do mesmo. Para além do muro detectado em G/6 “importa definir o suporte do aterro de acesso à torre de menagem, que tudo indica ter sido obtido recentemente com o depósito de entulhos, bem

como desaterrar a cisterna, cheia com entulhos que os Monumentos Nacionais ali depositaram quando recuperaram a Torre de Menagem”<sup>28</sup>.

<sup>28</sup> Ibidem, 1986. [p.9]. [Policopiado].

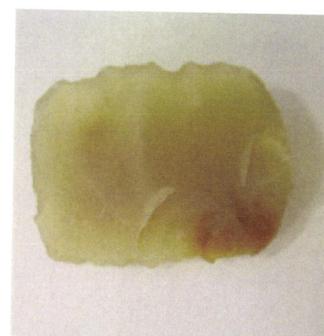
Na campanha de 1987, Jorge de Oliveira efectua a terceira intervenção<sup>29</sup>, continuando os trabalhos anteriores e alargando a pesquisa a um maior número de quadrados, facto que se veio a revelar útil por terem sido encontradas estruturas, entre os 20 e os 40cm de profundidade, cuja compreensão será importante para “lançar luz sobre épocas e formas de ocupação e uso da Praça de Armas”<sup>30</sup>.

<sup>29</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 3.

<sup>30</sup> Jorge OLIVEIRA, *Praça de Armas do castelo de Castelo de Vide*, Relatório de 1987. [p.14]. [Policopiado]. Ver anexo 29.

No quadrado F5 foi encontrado um depósito de polvoreiras em couro com boca de bronze, datável do século XVII. No E6, a 22cm de profundidade, encontraram-se afloramentos de rocha com restos de argamassa, entre outros vestígios do percurso da referida estrutura. Detectou-se a existência de uma oficina de forja, pela identificação de resíduos de fumos na parede, fachada oeste do sector A. Localizada em frente à porta ogival das referidas cavaliças, foi detectada uma pequena calçada em rampa.

No nível 1 do sector A, correspondendo à terra vegetal, foram recolhidos fragmentos de granadas, algumas balas de mosquete, um anel, um botão de metal e uma malha de jogo de cerâmica. No segundo nível, correspondendo à calçada que Jorge Oliveira atribui aos séculos XVIII/XIX, apenas foi recolhida uma moeda não identificável. No terceiro nível foi exumado um fragmento de lâmina em sílex, provavelmente reaproveitada como pederneira de arma de fogo, um dado em marfim e diversos fragmentos de cerâmica comum dos séculos XVII e XVIII.



...fragmentos de lâminas em sílex.

Foram ainda encontrados nesta escavação, entre outros objectos, uma cruz de bronze com esmalte, vários alfinetes de bronze, uma fivela, conta de colar e fragmentos de tigelas em cerâmica vidrada do século XVII.

A propósito dos artefactos em sílex, Jorge de Oliveira afirma que “atendendo às características morfológicas da paisagem, onde factores altimétricos e hidrográficos são fundamentais, podemos afirmar sem grande margem para erros que o local onde hoje se implanta o Castelo e burgo medieval, apresentaria todas as condições para as populações, desde as primeiras fases de sedentarização, aqui se fixarem”<sup>31</sup>. Mas nenhum objecto incontroverso apareceu para testemunhar tal permanência. Os únicos elementos pré-históricos recolhidos na Praça de Armas limitam-se a dois fragmentos de facas em sílex, que foram identificados em níveis arqueológicos atribuídos ao século XVII e estavam “associados a materiais bélicos desta época, levando-nos a pensar numa utilização como “pederneiras” nas armas de fogo nos últimos anos da Idade Moderna”<sup>32</sup>, pelo que não ajudam a teorizar sobre a presença do homem do neolítico neste espaço.

<sup>31</sup> Jorge OLIVEIRA, Trabalhos Arqueológicos na Praça de Armas de Castelo de Vide/ campanhas de 1985, 1986 e 1987-A. [Policopiado]. *Actas do 1º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre*, Portalegre, 24 a 27 Setembro 1987. p. 150.

<sup>32</sup> *Ibidem*, 1987. *Ibidem*. p. 150.

Supostamente, a campanha de 1988 encerraria os trabalhos na Praça de Armas, mas quer a detecção de novas estruturas, quer a necessidade de sondar novas áreas a afectar pelas obras de beneficiação previstas, fez com que ficasse em aberto a possibilidade de continuar as escavações no futuro. Entretanto, concluíram-se as sondagens e tapou-se com terra crivada as já concluídas, procedendo-se também a pequenas sondagens em locais considerados estratégicos para o estudo do espaço fortificado, e “para facilidade de um melhor enquadramento arquitectónico na fase de recuperação”<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> Jorge OLIVEIRA, “Trabalhos Arqueológicos na Praça de Armas de Castelo de Vide, 1988”, Relatório de 1988. [p. 3]. [Policopiado].

Nas cavaliças, o espaço em estudo foi alargado, para os quadrados P19, Q19 e P19 e Q18, aprofundando-se os quadrados O17, O18 e O19, tendo indiciado a existência de dois pisos. Esta operação tinha também o objectivo de aliviar a pressão interna exercida pelos entulhos modernos sobre um muro exterior, que mostra uma acentuada inclinação.

O quadrado F5 foi destinado a uma sondagem em profundidade. Ao escavar até à rocha (3,50 e 3,87m de profundidade), encontrou-se um nível (aos 2, 60 e os 3, 25m) com terra muito escura e com presença de cerâmicas atribuíveis aos séculos XII a XV, e os numismas encontrados em pequena quantidade corroboram nas datações observadas nas cerâmicas. Recolheram-se várias malhas de jogo em pedra e cerâmica e ainda alfinetes de bronze.

Abaixo deste nível, foi encontrado a 3, 62 m de profundidade, entre pequenos blocos de pedra em terras mais claras, "um fragmento de machado em anfibolite polida, bem como alguns fragmentos de cerâmica extremamente rolados que não possibilitaram a datação"<sup>34</sup>.

Junto ao salão contíguo às cavaleriças foi igualmente removido o entulho depositado pelas obras levadas a cabo pelos Monumentos Nacionais na reconstrução da Torre de Menagem, tendo sido encontrada uma antiga calçada que acompanha toda a frontaria desse salão até à coberta da Porta de Armas. A prospecção no quintal da antiga cadeia municipal, que fica ao lado, identificou "uma construção de forma quadrangular com 2,90m de lado externo e vazada no interior"<sup>35</sup>, atingindo uma profundidade de 0,1m. Esta construção aparece referenciada no desenho de Duarte de Armas, mas não referenciada em qualquer outro documento posterior.

Em 1990<sup>36</sup> continuou-se a extracção controlada dos entulhos do sector A, conhecido por 'cavaleriças'. Espaço esse que foi depósito de entulhos desde o século XIII, tendo desde o século XVII sido cavaleriça e no século XX, já sem cobertura, utilizado para hortas.

Foi desenvolvido trabalho nos quadrados P-Q 16 e iniciou-se a decapagem em Q 17 e O 18, sem se atingir a base dos muros. Nada de novo quanto a objectos e estratigrafia veio alterar o conhecimento tido anteriormente.



...fragmento de machado em anfibolite polida.

<sup>34</sup> Jorge OLIVEIRA, "Trabalhos Arqueológicos na Praça de Armas de Castelo de Vide, 1988", Relatório de 1988. [p. 5]. [Policopiado].



prato em faiança, reconstituído.

<sup>35</sup> Ibidem, 1988. [p. 6]. [Policopiado].

<sup>36</sup> Jorge OLIVEIRA, "Praça de Armas do castelo de Castelo de Vide, Campanha de 1990", Relatório de Escavação. [p 1]. [Policopiado]. Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 9.



...tendo sido encontrada uma antiga calçada que acompanha toda a frontaria desse salão.

Ficou em aberto a possibilidade de continuação desta pesquisa. Mas uma vez que o arqueólogo Jorge Oliveira, foi afastado da Câmara Municipal, onde tinha uma avença, essa pesquisa não teve continuidade. Foi retomada em 2003, como veremos no ponto seguinte, pela arqueóloga Sandra Santos, em consequência da necessidade de alojar nas antigas cavaleriças uma loja e cafetaria integradas num projecto tutelado pelo IPPAR.

## 2.2 Cavaleriças

O castelo de Castelo de Vide é uma das fortificações integradas no Programa de Recuperação dos Castelos e Fortalezas, no âmbito do III Quadro Comunitário Operacional, que pela primeira vez se conjuga com o Programa Operacional para a Cultura (POC)<sup>37</sup>.

Prevê parcerias estratégicas em empreendimentos multi-faseados com a participação activa das autarquias e comissões de coordenação, que lhe emprestam uma dinâmica mais eficiente, assegurando uma realidade sustentada. Assim, qualquer intervenção neste espaço terá de ser obrigatoriamente acompanhada por arqueólogos e investigadores especializados nas questões militares.

Estão previstas obras conducentes a transformar o antigo espaço das “cavaleriças” do castelo, numa loja, cafetaria, sanitários, e espaço de armazenamento de materiais comerciais, ficando este conjunto anexo ao futuro espaço museológico. Este projecto, da responsabilidade do IPPAR e da edilidade de Castelo de Vide, tem como objectivo implementar um circuito museológico, em que esse espaço e os serviços de apoio servirão de base a percursos por outros sítios musealizados ou a musealizar.

<sup>37</sup> Programa de Recuperação dos Castelos. Ministério da Cultura, IPPAR.



Aspecto exterior das cavaleriças.

Como vimos anteriormente, as 'cavalariças' já tinham sido objecto de intervenção entre 1985 e 1989<sup>38</sup>, pelo arqueólogo Jorge de Oliveira. Em Outubro de 2003 reiniciaram-se escavações nesta zona<sup>39</sup>, agora sob a responsabilidade da arqueóloga Sandra Santos, da empresa ERA, estando ainda as mesmas a decorrer em 2004. Até ao momento actual tem sido encontrado um variado espólio de cerâmica comum, alguma porcelana chinesa dos séculos XVI e XVII, faiança portuguesa do mesmo período, loiça policromada, alguns selos e ferragens de livros, adornos, moedas... Este espólio está a ser objecto de tratamento no laboratório da Secção da Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide, procedendo-se a limpeza, identificação, catalogação, restauro e estudo o que levará alguns anos a completar.<sup>40</sup>

<sup>38</sup>Anexo 24. Mapa cronológico das escavações.

<sup>39</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 30.

<sup>40</sup> Sandra Célia SANTOS, *Ob. cit.*, 2004.

<sup>41</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 18.

<sup>42</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 25.

### 2.3 Escavação na Rua Direita

Realizada em 1993, de 23 de Novembro a 2 de Dezembro, pelo arqueólogo Jorge de Oliveira e com co-direcção do técnico de arqueologia Carlos Grande. Foram identificados os silos do nº 28-30 da Rua Direita do Castelo<sup>41</sup>.

Em 2001, de 7 a 14 de Março, no edifício 13 da Rua Direita<sup>42</sup>, outra intervenção num silo, cujas escavações foram da responsabilidade do arqueólogo Joaquim Carvalho.

### 2.4 Escavação na Rua do Postigo

Em 2001, de 27 de Setembro a 7 de Novembro, realizaram-se, em duas fases, escavações na Rua do Postigo, nº 1-5<sup>43</sup>, sob a responsabilidade do arqueólogo Joaquim Carvalho.

Esta habitação corresponde a uma "deturpação da matriz fundiária de raiz medieval existindo no burgo castelão, devido ao emparcelamento de dois



Garfo. RD 45

<sup>43</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 26. Anexo 30.



Pintadeira. Rua do Postigo. Ficha 129. Edf1-5

lotes<sup>44</sup>, segundo afirma o arquitecto Alberto Cruz. Neste espaço abaluartado do século XVII e XVIII, as habitações existentes mantêm algumas das características tipológicas da habitação medieval.

<sup>44</sup> Alberto CRUZ, "Memória Descrita" da Remodelação e ampliação de habitação, Rua do Postigo, 1, 3, 5 – Castelo de Vide. [p.1].

O referido arquitecto salienta como características a estrutura bipartida com uma parede de travamento sensivelmente a meio do lote, o desdobramento do programa em 3 pisos, a existência de uma porta larga que dá acesso à 'loja' e outra estreita que dá acesso aos pisos superiores, onde funcionava a habitação propriamente dita, e uma escada de tiro desdobrada em vários lances.

Foram encontrados 7 silos neste espaço, de que resultou a recolha de algum material para estudo. De uma forma indicativa dos materiais que foram encontrados nos diferentes silos, temos as moedas de D Dinis, D Pedro I, D João I, D Duarte, D. Afonso V, Ceitel de D João III, D Sebastião, D João V; identificados como metais amarelos, brincos, alfinetes, fecho de livro, fivela, dedal, aplique em metal, tacha, cravo, pintadeira, guizo; materiais líticos, sílex e quartzo; fragmentos de vidro; objectos de ferro, bala de mosquete, espora, prego, escoria, fragmento de gonzo, fivela, fundo de bainha, cavilhas, punhal, chaves, candeia, arpão, ramo de tesoura; objectos de outros materiais, contas, botão de osso, fornalha de cachimbo, malhas de jogo, cabo de osso, entre outros.



Material exumado.

### 3. Extra-muros

#### 3.1 Escavação do Forno da Mealhada

Em 1993, ao proceder-se à abertura de uma vala de 4x1m, com uma retro-escavadora, no olival municipal situado na Mealhada, com vista a uma captação de água para abastecimento da rede pública, foi detectado um buraco, com um arco em tijolo<sup>45</sup>.

<sup>45</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 16. Ver anexo 31.

Procedeu-se a uma escavação arqueológica, pois havia a notícia da existência no local de uma das tinturarias, construída no reinado de D Manuel I e mandada encerrar pelo facto da sua actividade poder contaminar as águas da Fonte da Mealhada.

Os trabalhos desenvolveram-se de 14 de Junho a 11 Agosto sob a responsabilidade do arqueólogo Jorge de Oliveira e da Secção de Arqueologia da Câmara. No 4.º dia de escavação confirmou-se que se tratava de um forno, com uma fornalha constituída por quatro arcos de volta perfeita, de que um se encontrava destruído<sup>46</sup>. A superfície superior aplanada através de tijolos maciços com intervalos entre si, é uma caixa próxima do quadrangular, com cerca de um metro de altura, alisada com uma argamassa de barro.

<sup>46</sup> Ver anexo 31.

Foram exumados materiais como fragmentos de cerâmica, ossos, vidro, alfinetes, moedas, botões. Tendo a Câmara Municipal mandado parar as operações quando a escavação estava a meio, não foi possível concluir os trabalhos, sendo tapadas as estruturas registadas para memória colectiva, ficando em aberto a necessidade de voltar a escavar para melhor conhecer o restante das estruturas.

## 4. Arrabaldes

### 4.1 Escavação na Rua da Costa

Em 1995, de 8 a 10 de Novembro, realizou-se uma campanha pelo Arqueólogo Joaquim Carvalho com co-direcção de Carlos Grande, técnico de arqueologia, no edifício nº 47/49 da Rua da Costa<sup>47</sup>, pertença de José Alberto Tapadinhas, devido ao facto de, ao serem efectuadas obras de ampliação e remodelação nesse prédio de habitação, os trabalhadores terem encontrado dois abatimentos no solo da cave, e, naturalmente, pelo conhecimento de que

<sup>47</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 20 e 21. Anexo 32.

havia silos espalhados pela Vila, informaram a Câmara do sucedido. Dada a urgência das obras e da situação, foram iniciados trabalhos de imediato pela Secção de Arqueologia da Câmara<sup>48</sup>.

<sup>48</sup> Diário da Escavação [10.11.95], da Rua da Costa. [p. 4].

Ao 3º dia de escavação os trabalhos foram interrompidos pois, devido ao facto de a terra retirada estar completamente molhada e à chuva que encharcou os silos nos dias seguintes, não havia condições operacionais para o desenvolvimento dos trabalhos.

Por outro lado, o proprietário manifestou a intenção de continuar as obras. Este referiu que iria entulhar um dos silos para proceder à construção de um patim das escadas para dar acesso à cave e ao rés-do-chão da habitação. A colocação da placa, que não assentou sobre os silos, preservou-os e resguardou-os da chuva. Mas o retorno às escavações só passado um ano se concretizou, ou seja, em 1996, de 28 de Outubro a 4 de Novembro, nova campanha no mesmo local e com os mesmos responsáveis, aparecendo mais um terceiro silo.



Nos 3 silos encontrados, foram recolhidos, entre outros, os seguintes objectos: fragmentos do pote, calhaus rolados, várias candeias em ferro, uma delas contendo alguns carvões, uma fornalha de cachimbo, fragmentos de tigela vidrada e brasonada, fragmentos de mosaico, um pedaço de couro, um fragmento de xisto, fragmentos de cerâmica, vidro e ferro, uma faca, uma espada, um chocalho, um martelo, um fragmento pertencente a uma rolha de garrafa, um passador em 'T', uma bala de canhão, um brinco, um fragmento de colher em chumbo, uma fivela, anéis, conchas, botões, alfinetes, ossos, um numisma romano, várias tampas líticas, um dedal, um fusilhão e ainda diversas moedas datadas desde D. João I até ao reinado de D Sebastião, destacando-se uma moeda de Alfonso XII (1877 – diez centimos) a cerca de 51 cm de profundidade. Foram ainda exumados uma armação de veado,



Material exumado.

fragmentos de cal e pigmento ocre (na profundidade de um metro), malhas de jogo, quantidade de fragmentos de cerâmica, fragmento de prato cerâmico vidrado a azul e branco, agulhas. Num dos silos devido à grande humidade das terras não foi possível fazer uma escavação completa, no primeiro ano. Na segunda campanha este silo acabou por ser coberto pela remodelação em curso na casa, ficando debaixo do patim da escada.

Estes silos teriam sido fechados aquando da sua inactividade, com terra escura e pedras misturadas com alguma faiança de 'aranhões' datada do século XVII, e moedas que correspondem aos séculos XIV a XVI.

#### **4.2 Escavação na Rua Almeida Sarzedas**

Em 1990, a 30 de Junho, foi efectuada a escavação, no edifício nº 34 da Rua Almeida Sarzedas<sup>49</sup>, tendo sido responsável científico o Arqueólogo Jorge Oliveira, com o apoio do Secção de Arqueologia da Câmara.

<sup>49</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 10. Ver anexo 33.

Ao proceder a obras de levantamento de um piso térreo, Miguel Garção, rendeiro do prédio, encontrou a boca de uma talha, a cerca de 26 cm de profundidade em relação ao piso, tendo destruído o bordo e localizado uma pedra que deveria servir como tampa.

Este facto levou à intervenção da Secção de Arqueologia da Câmara Municipal e à realização da escavação arqueológica. À medida que se escavava aparecia água, que se infiltrava no interior da talha através de fissuras localizadas no seu bojo, dificultando naturalmente os trabalhos de escavação.

A talha tinha de profundidade 1,18m, de largura máxima 0,90m, sendo os diâmetros da boca e do fundo de 0,42 e 0,18m respectivamente.

### 4.3 Escavação da Rua do Mercado

Em 1992, em 23, 24 e 27 de Novembro, foi realizada, no nº 14 da Rua do Mercado<sup>50</sup> uma escavação pelo Arqueólogo Jorge de Oliveira com co-direcção de Hernani Sarnadas, Técnico de Arqueologia e a Secção de Arqueologia da Câmara, num silo existente nesta habitação. O prédio foi adquirido pela Câmara Municipal de Castelo de Vide no sentido de a recuperar como habitação no âmbito da malha urbana desta zona sensível.

<sup>50</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 13 e 15. Ver anexo 34.

A boca do silo encontrava-se a 55 cm da superfície. No seu interior as primeiras camadas dão indício de ter sido violado, encontrando-se a 1,30m de profundidade um pacote de batata frita “Pala Pala”, o que não permite fazer uma leitura correcta dos vários estratos. Surgem moedas de 1917 (1 centavo) e de D Luís I e outra de D Carlos de XX reis.

Segundo parece, este silo foi identificado por volta de 1985, quando das obras de remodelação, tendo sido ‘limpo’ de materiais, porque aparece terra espalhada por toda a área junto à boca, assim como alguns metais, e encontrava-se cheio com entulhos da obra.

Nova intervenção em 1993, a 13 de Abril, na Rua do Mercado, no edifício nº 34/36. Nas obras de melhoramento deste espaço da Câmara Municipal de Castelo de Vide, foi localizado um abatimento no piso da sala de entrada, mais precisamente no vão de escada.

A intervenção foi feita pelos técnicos de arqueologia Nuno Félix, Hernâni Sarnadas e Francisco Penhasco do Grupo de Arqueologia, coordenada pelo Arqueólogo Jorge de Oliveira. Na escavação notou-se ter havido trabalhos de implantação de uma sapata de um pilar de suporte à estrutura do prédio, destruindo um pote ou talha que estava enterrada, aparecendo fragmentos

da talha com fracturas recentes misturadas com terra solta e com entulhos recentes e antigos, o que prova a violação do espaço, do qual se retirou pouca informação. A 0,25m de profundidade encontrou-se um grande fragmento do pote, que aparentemente estaria *in situ*.

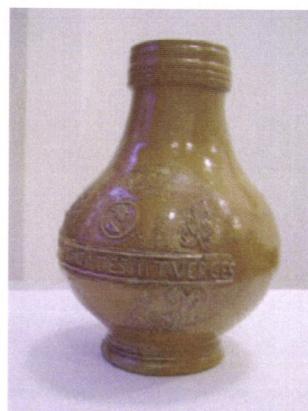
#### 4.4 Escavação no edifício nº 1 da Rua da Judiaria

O edifício 1 da Rua da Judiaria<sup>51</sup>, pertença da Câmara Municipal de Castelo de Vide, estando em avançado estado de ruína, foi demolido de modo a ser reconstruído. Aproveitaram-se os trabalhos para proceder a uma escavação e confirmar a notícia da existência de um silo neste espaço. Realizou-se a escavação, em 1992 a 23, 24 e 27 de Novembro, sob a responsabilidade do Arqueólogo Jorge de Oliveira e Carlos Grande, Técnico de Arqueologia.

A cerca de um metro de profundidade foi encontrada a boca do silo, numa camada de barro vermelho. Encontraram-se junto às paredes do silo fragmentos de cortiça, o que pressupõe a hipótese de este ter sido forrado com esta matéria-prima isolante, abundante na região.

Encontraram-se algumas cerâmicas, vidros, ferros, cinzas e alguns carvões. De referir a presença de objectos como pedra de afiar, tampa de pedra, malha de jogo, tigela de cerâmica, alfinetes, agulha, dedal, bilha e um fundo de pote de grande dimensões além de moedas.

Ao terceiro dia, os operários, ao levantaram o chão, deram com três abatimentos que se confirmaram ser mais 3 silos, continuando a aparecer cerâmica, ossos e metais. De referir o aparecimento de uma bilha com sementes e de fragmentos de cortiça com cerca de 1 centímetro de espessura, junto às paredes dos silos. E ainda uma agulha de metal, pregos, alfinetes botões e fivelas, fragmentos de sílex, brocha ou percevejo, balas de mosquete, anel, dedal, espelho de fechadura, fundo de baihna, fragmentos de cachimbos,



Jarro "Bellarmino", ver anexo 45.

<sup>51</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 12. Ver anexo 35.



Moeda espanhola exumada.

um terço, cabo de faca, prato de cerâmica de vidrado azul, selo (carimbo), ponta de lança, chave, moedas, escória de ferro, carvões, vidros e ossos.

Dias mais tarde, quando os operários procediam à abertura de caboucos para os alicerces do edifício, apareceram, no lado norte, mais dois silos, igualmente com vestígios de terem sido forrados com cortiça e com espólio muito semelhante aos anteriores.

#### 4.5 Escavações na Rua de Santo Amaro

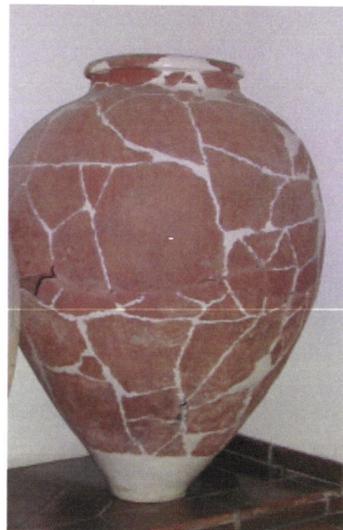
Em 1993, de 5 a 8 de Março, foi realizada uma intervenção no edifício nº 21 da Rua de Santo Amaro<sup>52</sup>, pertencente a Manuel Morais, pela Secção de Arqueologia da Câmara, coordenada pelo Arqueólogo Jorge de Oliveira. Aquando da remodelação do piso 1 desta habitação com vista a adaptação a bar, ao rebaixar o piso a 80 cm de profundidade, encontrou-se a boca de um silo. Esta boca situava-se ao nível de uma calçada, estando o silo parcialmente destruído no bojo e colo, devido a um desabamento da zona.

Trata-se de um silo que aquando da sua inactividade foi entulhado com terra e pedras, misturadas com alguns materiais da época - fragmentos de cerâmica, muitos deles de barro comum avermelhado, contas de colar e vários objectos de metal.

Em 1994, a 24 de Fevereiro e de 3 a 5 de Maio, outra intervenção agora no edifício nº 25/27 da Rua de Santo Amaro, num silo desta habitação, pela Secção de Arqueologia da Câmara, com a coordenação do Arqueólogo Jorge de Oliveira e Carlos Grande, Técnico de Arqueologia, em co-direcção.

Com o abatimento do piso da obra que aí decorria, para adaptação a Núcleo de Interpretação do Parque Natural da Serra de S Mamede, esta entidade

<sup>52</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 14, 19 e 24.



Um dos potes da Rua de Santo Amaro.

solicitou à Secção de Arqueologia a sua intervenção para verificar do interesse do silo ali encontrado.

Este apresentava-se muito deteriorado e, a partir da profundidade de 1,93m, só apareceu barro proveniente do derrube das paredes e muita água. Concluiu-se pelo pouco interesse deste silo, tendo sido encontrada apenas uma moeda em mau estado de conservação a 1,50m de profundidade.

A 1,23m o aparecimento de um espesso fragmento de cortiça, muito deteriorado, indicou a hipótese do silo ter sido forrado com este material.

Por fim, em 2000, de 21 a 23 de Agosto, no edifício nº 37 da mesma Rua no gaveto com a Rua do Saco, nova intervenção num silo localizado nesta habitação em muito mau estado de conservação e de habitabilidade, sob a responsabilidade do Arqueólogo Joaquim Carvalho e a Secção de Arqueologia.

O seu proprietário, António Alberto Pereira Mouta, ao descobrir o achado iniciou a escavação para perceber o que se passaria ali, mas após uma primeira leitura do silo, solicitou a intervenção rápida da Secção de Arqueologia, que procedeu ao referido estudo e registo<sup>53</sup>.

<sup>53</sup> Ver anexo 25.

Pretendia-se uma intervenção na habitação, preservando os valores intrínsecos da construção, readaptando os espaços para uma maior funcionalidade à vida moderna.

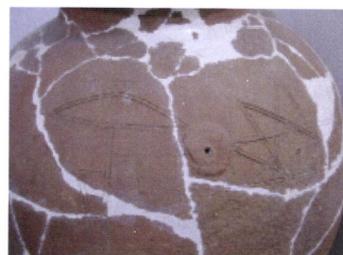
Nas primeiras decapagens, junto à boca do silo, encontrou-se parte do *solão*, o que ainda restava desse pote. Foram encontrados porções de cerâmica diversa, objectos metálicos, porções de vidro, bala de mosquete, numismas, porção de azulejo, dedal, conta, fornalha de cacimbo, porção de sílex, taça de cerâmica com vidrado branco, tampa lítica, tacha, bainha de fundo, alfinete seixo oval, sola de sapato.



sola de sapato.

O silo, aberto originalmente na rocha, em determinada altura foi substituído por duas talhas<sup>54</sup>, a julgar pelos dois potes que a Secção de Arqueologia recuperou. Após restauro, podemos ver que um tem decoração linear encordoada no bojo, e apenas um *embigo* inferior, enquanto o outro, com dois *embigos*, apresenta, ladeando o superior, uma estrela de 10 pontas com o centro geométrico assinalado, e o desenho de uma adraga. Como pode observar-se na planta do projecto museológico, estes dois potes ficarão expostos no piso térreo<sup>55</sup>.

<sup>54</sup> Ver anexo 25.



...um promenor do pote, com insições.

<sup>55</sup> Ver planta, anexo 43.

#### 4.6 Escavação na Rua Miguel Ferreira

Em 1988, de 8 a 9 de Março, no edifício nº 41 da Rua Miguel Ferreira<sup>56</sup>, propriedade da Câmara Municipal de Castelo de Vide, realizou-se sob a responsabilidade do Arqueólogo Jorge de Oliveira e da Secção de Arqueologia, uma intervenção nos silos desta habitação.

<sup>56</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 5. Anexo 36.

Sendo comunicado pelo pedreiro da obra que havia 3 silos no referido edifício, foi verificada a situação, encontrando-se as bocas dos silos a 30 cm de profundidade, alinhadas e paralelas à parede. O silo nº 1 encontrava-se partido devido à implantação de um pilar. Todos estavam entulhados com terra, argamassa, pedras e fragmentos de cerâmica. A destacar, alguns fragmentos de cerâmica vidrada com decoração, a alguns centímetros de profundidade no terceiro silo. Moedas no silo 2 e 3, fragmentos de cerâmica (silos 1, 2 e 3) e um bordo de vidro (silo 1). Os silos têm profundidades diferentes de 2, 50m 1, 50m e 1, 65m respectivamente.



Escudela com o escudo das armas da Família Silva, ver anexo 45.



Fragmento de Faiança.

<sup>57</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 27. Anexo 37.

#### 4.7 Escavação na Praça D Pedro V

Nas obras de requalificação da Praça de D Pedro V<sup>57</sup> realizadas em 2001, para adaptação a zona pedonal e implantação de um posto turístico, foram

encontrados em linha, ao longo do edifício camarário, 6 silos a céu aberto, no topo Este da praça. Por isso, a 27 de Setembro a 15 de Outubro desse ano, o Arqueólogo Joaquim Carvalho e a Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide, foram chamados a intervir nas obras ali realizadas, por se ter encontrado algumas estruturas, que era necessário conhecer

Nestes silos foram recolhidos objectos de numisma, D Sancho II, Afonso V, Ceitil de D Manuel I, D João III, D D Sebastião, uma moeda Espanhola e algumas não identificadas; objectos de ferro, pregos, escórias, faca, bala de mosquete; fragmentos de vidro; objecto de metal amarelo, pendente, alfinetes, agulhas, anilhas, fusilhão, dedal, cravo, aplique de cinturão, fivela, brinco, dobradiça; objectos não metálicos, conta de marfim, fragmentos de fornalhas de cachimbo, fragmentos de sílex, objecto figurando uma figa, dado, tampa de silo, malha de cerâmica, anel.



material exumado.

#### 4.8 Escavação na Travessa da Arrochela

Uma das casas senhoriais da Vila<sup>58</sup> foi remodelada, em 1937, pelo arquitecto Korrodi.<sup>59</sup> Esta casa, antes da remodelação de Korrodi, apresentava, na fachada virada para a Rua de Olivença, duas portas e uma janela ao nível do rés do chão. No primeiro piso três janelas uma delas com uma sacada, ao nível do segundo piso três janelões grandes em arco de ogiva com uma sacada corrida por toda a fachada e finalmente umas águas furtadas ou sótão com uma janela. A entrada do lado da Rua da Arrochela, tem idênticas características à fachada da Rua de Olivença. Propriedade do Dr. Adolfo Bugalho, antigo médico local. A casa, habitada depois da morte deste pela esposa e filha, sofreu de novo remodelações em 1998.

<sup>58</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 22.

<sup>59</sup> Arquitecto do final do século XIX princípio do século XX [1889-1944]. Ver Lucília Verdelho da COSTA, *Ernesto Korrodi, arquitectura, ensino e restauro do património*, Lisboa, 1997.

Em Abril de 1998, no desenvolvimento dessas obras descobre-se um buraco ao nível do piso térreo numa das empenas da casa uma cisterna<sup>60</sup>. Após as devidas autorizações, procedeu-se a uma investigação, verificando-se que esta tem a forma de uma garrafa gigantesca. Interessante verificar que esta cisterna se situa a escassos 23 metros da muralhas sul da Vila. Foram responsáveis pela escavação o Arqueólogo Joaquim Carvalho e a Secção de Arqueologia da Câmara.

<sup>60</sup> Anexo 39

## 5. Sinagoga

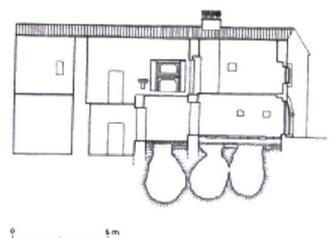
Em 1987, nos meses de Novembro/Dezembro iniciaram-se os trabalhos de escavação na Sinagoga de Castelo de Vide<sup>61</sup>, tendo sido responsável o arqueólogo Jorge de Oliveira, com o apoio do Grupo de Arqueologia e da Câmara Municipal de Castelo de Vide. As obras de consolidação levaram a que previamente se estudasse o edifício considerado como Sinagoga<sup>62</sup>.

<sup>61</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 4, 6, 8, 11 e 17.

<sup>62</sup> Anexo 39.

A referida Sinagoga é um edifício de dois pisos, em que o primeiro, com entrada pela Rua da Fonte, dado o desnível, se pode considerar cave, com 5 divisões. O segundo piso, com entrada pela Rua da Judiaria, é composto por 4 divisões. A Norte junta-se, sem comunicação com este, o edifício da Escola. Nessa escavação foi usada a designação numérica das divisões, atribuída por Diamantino Trindade.

Descobriu-se, na divisão 4, um silo, atulhado por argamassa e pedra, que na memória popular deveria ser um poço. Como o piso era usado como estrebaria de lajedo, diz-se que um luar, ao destruir uma parede lateral, fez aparecer um buraco, que os populares diziam ser um poço. O silo, em forma de saco, dá indicações de ter sido forrado com uma película fina de cortiça, que ainda é visível em parte do revestimento. Tem como dimensões 3,20 m de



Corte da Sinagoga, com a indicação dos silos.

profundidade máxima, um diâmetro máximo de bojo na ordem dos 2,20m e o diâmetro actual de abertura é de 1.10m.

Na divisão 5, encontraram-se mais dois silos, mais pequenos (profundidade 2,85 e 2,57m e respectivos diâmetros 2 e 1,85m), com alguns problemas de conservação devido a humidade excessiva, o que determinou a paragem da intervenção arqueológica<sup>63</sup>.

Abaixo dos 0,40m, num terreno escuro, encontraram-se diversos testemunhos, como fragmentos de cerâmica de cozinha e de mesa, datáveis do século XV ao XVIII.

Os silos apresentam um grau de humidade considerável, tendo o seu uso sido abandonado muito cedo, nos finais do século XV, o que se depreende da análise do entulhamento.

É retomada a escavação em 1988, de 31 de Maio a 12 de Julho, tendo como responsável Jorge de Oliveira e o Grupo de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide.

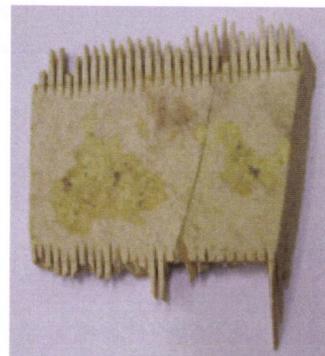
Em 1989, de 3 de Maio a 2 de Julho, na nova campanha, iniciam-se as escavações no quintal que serviu de horta e posteriormente de lixeira dos moradores próximos. Nessa área aplicou-se uma quadrícula com seis espaços, 2 regulares e 4 irregulares. Foi possível encontrar, datáveis da segunda metade do século XVI, inúmeros fragmentos de cerâmica de vidrado verde, misturados com algum material numismático do reinado de D Sebastião, a mistura com algumas espécies cunhadas na época de D João III, cerâmica rolada e uma talha do século XV.

<sup>63</sup> Jorge OLIVEIRA, Relatório de escavações de 1989 na Sinagoga de Castelo de Vide. [Policopiado]. Carmen BALESTEROS e Jorge OLIVEIRA, "A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide", Revista *Ibn Maruán*, nº 3, Marvão, 1993.



Um pote, uma escudela e um terço (?), espólio exumado da Sinagoga

Não foram encontradas no piso inferior 'estruturas secretas', como os banhos purificadores ou *mikvá* judaico, como frequentemente se afirmava existirem, mas sim os silos para guardar cereais iguais a todos os que se encontraram dentro ou fora da judiaria. Neste edifício, através de informações dadas por Diamantino Trindade, houve muitas transformações no século XVIII<sup>64</sup>, sendo adaptada a habitação, o que se confirma pela inclusão da chaminé.



Um pente fino.

<sup>64</sup>Diamantino TRINDADE, *Ob. cit.*, p. 136. 1979.

A existência, de um espaço de grandes dimensões, contíguo à Sinagoga, tendo em conta a maioria dos imóveis na área da judiaria, remete, no imaginário popular, para a ideia de casa-escola da comunidade judaica. No entanto, nada foi encontrado que justifique, material ou documentalmente, tal hipótese, apenas algumas coincidências ténues.

Vários autores colocam em causa a autenticidade deste espaço como eventual lugar religioso, apesar de não haver testemunhos materiais que o confirmem ou neguem. Por outro lado, aparecem várias medalhas de origem cristã e um Cristo crucificado, em âmbar, mutilado, ou ainda um machado de pedra polida, recolhido num dos silos do piso inferior do edifício. Já os romanos davam um significado especial a estas pedras, chamadas 'de raio'. Teriam algum significado especial na prática judaica?!



Vaso de quartzo.

Diamantino Trindade ao desmontar/montar uma simbologia religiosa ligada à estrutura do pressuposto *tabernáculo* e dos espaços da Sinagoga, não hesita em dizer-nos qual a função cada um deles<sup>65</sup>. Contudo certos autores colocam algumas interrogações acerca da estrutura, questionando "sem querermos afirmar peremptoriamente nada, porque a História também se faz de dúvidas, não estaremos antes perante o resultado palpável de uma fértil imaginação, o que procurou concretizar, ainda que erradamente, o espaço de uma Sinagoga? Ou de uma leitura pouco cautelosa e aventureira de uma simples pilheira tão vulgar quanto útil numa casa quatrocentista onde os móveis não abundariam?"<sup>66</sup>

<sup>65</sup> Diamantino TRINDADE, *Ob. cit.*, 1979. pp. 134-140.

<sup>66</sup> Carmen BALLESTEROS e Jorge de OLIVEIRA, "A Judiaria e a Sinagoga", *Revista Ibn Maruán*, nº 3, Marvão, 1993. pp. 138-139.

A porta da Rua da Judiaria apresenta, do lado direito de quem entra, uma ranhura, onde poderia estar, como em qualquer ombreira de casa judaica, a oração *Shemá* que se encontra no Livro do Deuteronomio, ou do Êxodo, e que tem o seguinte texto:

*"Escuta ó Israel! O Senhor Nosso Deus é o único Senhor! Amarás ao Senhor, teu Deus, como todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as forças. Estes mandamentos que hoje te imponho serão gravados no teu coração. Ensiná-los-às aos teus filhos e meditá-los-às quer em tua casa, quer em viagem, quer ao deitar-te ou levantar-te. Atá-los-às como símbolo no teu braço e usá-los-às como filactérias entre os teus olhos. escrevê-los-às sobre os pilares da tua casa e sobre as tuas portas".* (Missionários Capuchinhos, 1982: 233)<sup>67</sup>.

As marcas nas portas, em situação de clandestinidade, poderão assinalar um acto de saudação religiosa. Nas múltiplas portas de ogiva espalhadas pela Vila surgem muitas destas marcas. Levanta-se igualmente a hipótese destas marcas poderem ser feitas, segundo as vozes do povo, por sapateiros que tentavam afiar as suas *sovelas*. Mas o elevado número de portas com marcas faz duvidar das razões do povo, pois tantas portas com estes sinais fazem duvidar da existência de um número tão elevado desses profissionais, muito superior às necessidades correntes. Estes sinais existem em todas as localidades onde há memória da existência de Judeus, nas comunas de um e de outro lado da raia. Aparecem associadas, nas localidades portuguesas e espanholas, onde os judeus permaneceram e passaram a cristãos-novos, cruces gravadas nas ombreiras da porta, como a justificarem a sua conversão ao cristianismo, ou ainda em algumas situações a inscrição, associada ou não à cruz, das letras A. M. referente a abreviatura de Avé Maria<sup>68</sup>.

A finalizar, transcrevo as notas finais destes autores, Jorge Oliveira e Carmen Balesteros: "Encontramo-nos portanto em presença de um bairro judeu que poderá,

<sup>67</sup> Dt. 6, 4-9 da Bíblia de Jerusalém, citado por Carmen BALLESTEROS e Jorge de OLIVEIRA, "A Judiaria e a Sinagoga", *Revista Ibn Maruán*, nº 3, Marvão, 1993. p. 141.



...marcas poderem ser feitas, segundo as vozes do povo, por sapateiros

<sup>68</sup> Carmen BALESTEROS, "Marcas de simbologia religiosa Judaica e Cristã - para um levantamento prévio em povoações da Raia Portuguesa e Espanhola (I)", *Revista Ibn Maruan*, Nº 6, Marvão, 1996. pp. 139-152.

paralelamente com a Costa do Castelo, marcar a primeira fase da expansão da vila de Castelo de Vide para fora das apertadas muralhas começadas a construir ao tempo de D. Dinis e concluídas no reinado de D. Afonso<sup>69</sup>. Sabemos, também, que no reinado de D. Pedro I, por documento datado de 1366, já existiam Judeus em Castelo de Vide<sup>70</sup>. Se estes Judeus do século XIV viviam dentro ou fora das muralhas, não o sabemos. Do século XV, serão datadas a maior parte das casas que formam a Judiaria. Nesta Judiaria, na rua do mesmo nome, ergue-se uma casa que, por vários aspectos atrás analisados, se destaca das restantes. A sua volumetria, a interessante e não menos problemática estrutura que no piso superior se abre, a ausência de chaminé original, a cavidade para a colocação de um rolo com as palavras do Shemá, a problemática fresta ou frestas que se abrem na parede que separa dois compartimentos, a abundância de portas para o exterior num edifício de dimensões relativamente reduzidas, o problemático espólio recolhido no piso inferior, o edifício da Escola e sobretudo a tradição popular, que parece não ser muito antiga, mas que todos, indígenas e forasteiros, hoje afincadamente defendem, contribuem para que esta dúvida se mantenha: Existiu aqui uma Sinagoga? É provável.”<sup>71</sup>

Outras intervenções na Sinagoga igualmente da responsabilidade do arqueólogo Jorge de Oliveira e da Secção de Arqueologia, efectuaram-se em 1991, de 18 a 27 de Fevereiro e 19 de Abril. E finalmente em 1993, de 7 de Setembro a 28 de Outubro.

## 6. Inumações

### 6.1 Adro de S. João

A Imunação no Largo Capitão Salgueiro Maia<sup>70</sup> foi escavada em 2001, de 2 de Outubro a 19 de Novembro, em duas campanhas, pelo arqueólogo Joaquim Carvalho.

<sup>69</sup> Jorge OLIVEIRA, "Trabalhos Arqueológicos na Praça de Armas de Castelo de Vide/ campanhas de 1985, 1986 e 1987-A".

<sup>70</sup> Possidónio M L COELHO, *O Santo Ofício no Alto Alentejo, Lisboa, 1955.*



Medalha de Santo Inácio de Loyola.

<sup>71</sup> Carmen BALLESTEROS e Jorge de OLIVEIRA, "A Judiaria e a Sinagoga", *Revista Ibn Maruán*, nº 3, Marvão, 1993. pp. 145.

<sup>70</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 28. Anexo 40.

No decorrer dos trabalhos foram identificados 23 sepulturas que fariam parte da necrópole medieval de Castelo de Vide. O levantamento osteológico, cerca de 40 indivíduos, foi depositado no Laboratório de Antropologia Biológica da Universidade de Évora, de modo a se proceder a um estudo paleobiológico, que servirá de base ao relatório das escavações. Segundo o arqueólogo Joaquim Carvalho, este estudo tem como objectivo a reconstituição biológica da população de Castelo de Vide, pela importância de ser uma primeira colecção osteológica medieval da região, justificando-se um maior rigor nos dados a obter.

Neste estudo vão ser identificados os sexos; as idades à morte, sendo possível compreender a dinâmica e saúde pública das populações; a caracterização física dos indivíduos (métrica e não métrica), através da robustez, estatura, dimorfismo sexual; a identificação de parentescos e da sua consanguinidade na comunidade e desta com as populações vizinhas; e finalmente a identificações de patologias registadas nos ossos e da possível assistência médica, como também do estrato social e actividades diárias dos indivíduos. Após estes estudos os resultados serão divulgados não só em revistas científicas da especialidade como também nas revistas regionais ou locais de modo a divulgar para o grande público e sensibilizar a população para a protecção do património histórico-cultural local.

## **7. Outras intervenções**

### **7.1 Escavação do Olival N.S. Esperança**

Escavado em 1998, de 13 de Outubro a 3 de Novembro por Joaquim Carvalho e a Secção de Arqueologia o Olival de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Esperança<sup>71</sup>. Neste momento ainda não foi realizado o Relatório final estando os resultados em estudo, aguardando-se informações relevantes sobre este espólio.

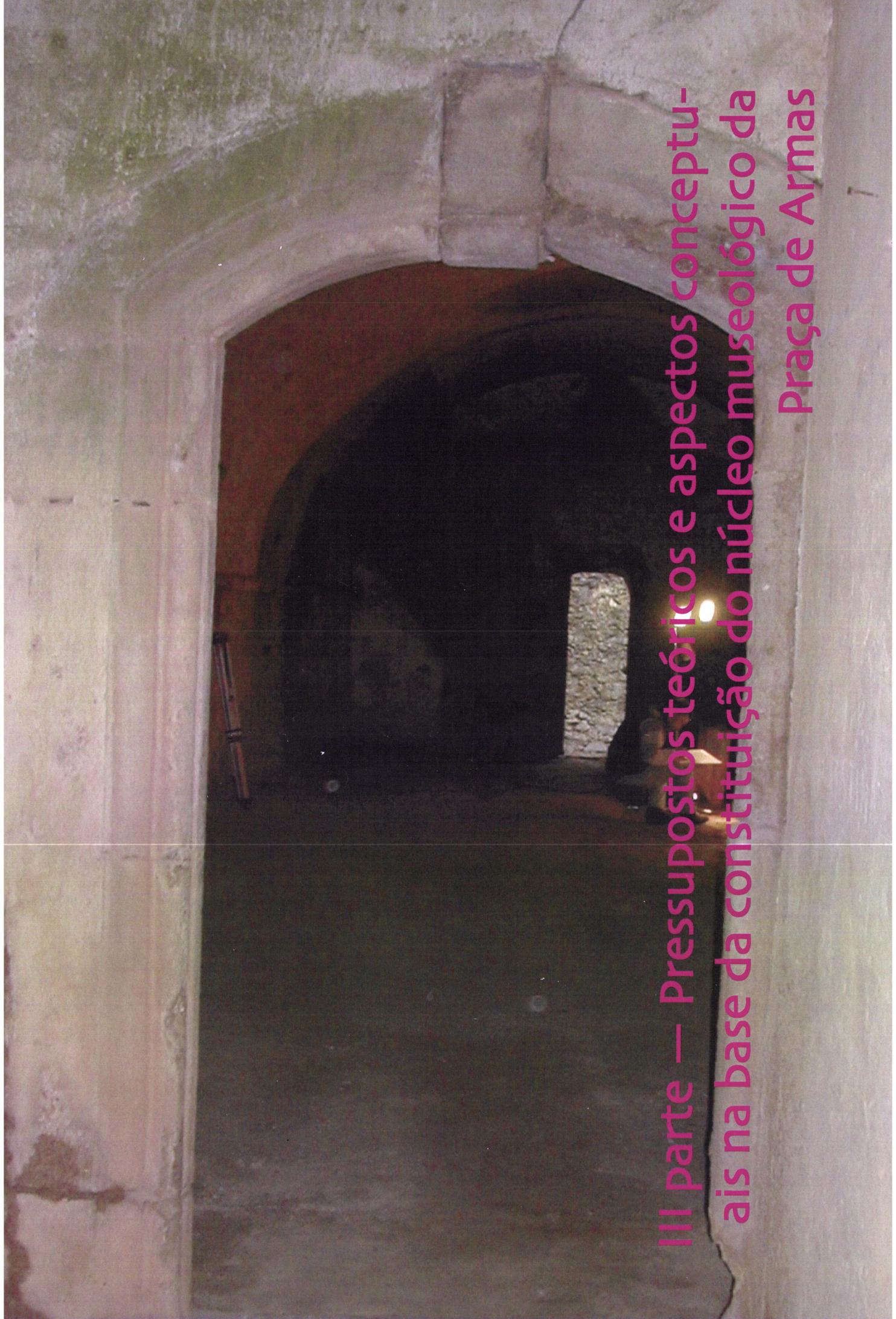
<sup>71</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 23. Anexo 41.

## 7.2 Largo Salgueiro Maia

Em 2003, de 15 de Maio a 03 de Junho, a Inumação no adro da Igreja de S João Baptista<sup>72</sup> foi escavado pelo arqueólogo Nelson Almeida.

<sup>72</sup> Anexo 24. Mapa cronológico das escavações 29.

Ainda não existe relatório desta actividade e consequentemente resultados do trabalho desenvolvido, pelo facto dos dados estarem ainda em estudo.



III parte — Pressupostos teóricos e aspectos conceptuais na base da constituição do núcleo museológico da Praça de Armas

## Pressupostos teóricos e aspectos conceptuais na base da constituição do núcleo museológico da Praça de Armas.

“A Comunicação – entendida na sua acepção mais vasta, como utilização dos *mass media*, como comunicação escrita, falada, cantada, recitada, visual, auditiva ou figurativa – está, sem dúvida, na base de todas as nossas relações intersubjectivas, e constitui o verdadeiro ponto de apoio de toda a nossa actividade pensante”.

Gillo Dorfles, in *Símbolo, comunicación y consumo*, Lumen, Barcelona, 1984. p. 28

Depois do estudo da história de Castelo de Vide e da pesquisa sistematizada sobre as escavação da Vila, tento abordar teoricamente alguns conceitos que pretendo explorar na musealização do Núcleo Museológico do castelo.

A concepção do espaço expositivo e sua materialização deverá ter como finalidade levar o visitante a questionar-se sobre as diferentes situações colocadas e a procurar mais informação. Não deverá ter situações conclusivas, mas antes uma atitude reflexiva. Este espaço expositivo vale por si mesmo, pela simplicidade de um depósito de munições (paiol) ou eventualmente uma hospedaria(?)<sup>1</sup>, potenciando a importância do local no seu conjunto e estabelecendo uma ponte com o resto da estrutura do castelo. Edifício de forte presença na Praça de Armas, e que poderá servir de charneira a um complexo patrimonial a valorizar no burgo medieval e castelo.

<sup>1</sup> Pedro CID, *As Fortificações Medievais de Castelo de Vide*, Monografia para o IPPAR, Lisboa, 2004. p. 51. [Policopiado].

A ligação, ainda em estudo, com a Torre de Menagem levará a uma maior integração no complexo espaço e, futuramente, a uma melhor percepção e interesse turístico, quando o Passeio da Ronda permitir levar as pessoas a

percorrer o castelo e o perímetro do burgo/castelo. Daí a importância de salvaguardar um espaço, um património, para a sua valorização e estudo. A história desse lugar não se confina ao nosso actual conhecimento de espaço construído por D Dinis, sendo necessário procurar outras fontes para consolidar informações sobre a sua ocupação em tempos mais remotos. Devido aos recentes trabalhos de pesquisa sobre a Ammaia, têm vindo ao conhecimento dos investigadores algumas referências sobre a ocupação mulçulmana no território, pelo que se põe a hipótese da cerâmica de barro comum do período medieval surgida nas actuais escavações das "cavaliças" da Praça de Armas, ser resultante dessa ocupação.

Será vital que este espaço histórico degradado e complexo, possa servir duplamente a gozo dos visitantes para uma visita circunstanciada no tempo e espaço, e para promover o apetência de uma investigação mais aprofundada e inovadora do conhecimento local.

## **1. públicos alvo**

Todo o museu terá que ter em conta o público que o visita, quer no que diz respeito ao espaço e à forma de encontro-comunicação, que se faz no percurso, nas directrizes e seu envolvente. Esta deverá constituir numa declaração de princípios básicos, impondo uma flexibilização a situações determinadas pela sua missão museal. Incluirá necessariamente uma revisão periódica, de modo que o plano conceptual, na determinação do plano de actuação, possa ser aferido através de um plano estratégico, resultando numa comunicação sempre actuante e interactiva com o público que se pretende atingir.

O público-alvo a ter em conta será fundamentalmente de dois tipos: um de âmbito local e regional que, já conhecendo o local procura novos entendimentos, outro de âmbito nacional e internacional, que busca conhecer a história dos lugares, numa perspectiva do conhecimento visual, lúdico e sensorial dos ambientes visitados.

Temos consciência que a maior parte do espólio a expor consta de objectos de cerâmica. Pensamos que aí poderá residir um potencial de atracção/ identificação, em relação à população local, que conhece, possui ou ainda usa no seu quotidiano objectos muito próximos dos expostos. Para Isabel Maria Fernandes “talvez o encanto da olaria seja derivado de ser criação de uma população [...], uma exigência colectiva da comunidade que satisfaz e serve, a resposta às suas necessidades básicas. A olaria é património de uma comunidade, não de um homem.”<sup>2</sup>

É fundamental dentro dos públicos locais e regionais procurar atingir os mais jovens e dar-lhes uma perspectiva didáctica ou funcional, contextualizada, da história local, sem fazer deste conhecimento uma ‘história acabada’, mas antes fornecendo elementos estimulantes que possam provocar uma maior motivação na busca do *verdadeiro* significado do conhecimento. Uma procura de inovar e renovar conceitos de motivação de visitação aos locais de exploração e mostra de objectos e ideias.

Pretende-se que o visitante encontre uma renovada comunicação que não só facilite a leitura dos objectos, mas que o ajude a reconhecer a informação e a interpretar esses objectos. Esta forma de exposição, como refere Davalon<sup>3</sup> converte-se num elemento de mediação entre o objecto e o saber. O visitante necessita de ter algumas informações prévias, supondo que será a própria exposição que *subministrará* os conhecimentos, indicando a forma de aceder a eles. Acontece nesta forma de musealização uma relação estreita entre a educação informal e os meios de comunicação inseridos na exposição. Este modo de actividade vai exigir do visitante uma actuação interactiva, dando-



púcaro.

<sup>2</sup> Isabel Maria FERNANDES, “De barro se faz memória”, *Olaria Portuguesa: Do fazer ao usar*, Lisboa, 2003. p. 22.

<sup>3</sup> J DAVALON, *Le musée est-il vraiment un média?*, *Publics et Musées*, Lyon, 1992. pp. 99-124.

-lhe o privilégio de usar os meios disponíveis, determinando uma relação essencialmente lúdica com o saber.

Assim, pretende-se que um público preferencial seja os jovens inseridos no sistema educativo da área de influência do Museu. Levar a população local a aderir a este projecto é procurar uma sinergia adequada de alguns temas específicos e rotativos no tempo, procurando investigadores locais, ligados a temas particulares, que possam cativar sectores ou grupos determinados do público-população.

Quanto ao público internacional dever-se-á ter em conta dois tipos fundamentalmente: por um lado, os turistas que visitam a Vila e sobem necessariamente ao castelo percorrendo, com mais ou menos interesse, o espaço visitável, mesmo no estado actual em que este se encontra; por outro, o público de origem judaica e os investigadores relacionados com essa problemática, devido ao património, mais simbólico do que real, existente em Castelo de Vide.

Para responder a este objectivos deve dar-se especial atenção aos materiais de divulgação escrita, visual, falada ou multimédia, a fim de transmitir uma mensagem clara e que deverá assumir uma visão cívico-político-comercial de qualidade e corresponder à satisfação das necessidades do público.

## **2. museu e comunicação**

Ao determinar uma política comunicativa, o museu deverá associar uma imagem forte — construção de um logo ou marca, que identifica a instituição e é elemento unificador de linguagem visual em todos os canais de comunicação<sup>4</sup> — reforçando o conceito de identidade corporativa e assegurando que a aplicabilidade desta imagem esteja devidamente incorporada. Este elemento

<sup>4</sup> Ver anexo 49

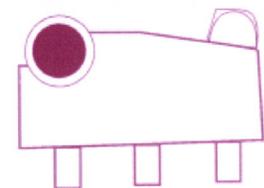
agregador de identidade, opera na facilitação da linguagem e personaliza a instituição de modo eficaz. Porque cada vez mais os museus se apercebem da “importancia vital”<sup>5</sup> do design que assegura o compromisso da instituição através de uma declaração de princípios com objectivos e com propósitos claramente estabelecidos. Seguramente favorecerá de modo activo o reconhecimento de formas ou exemplos de design — o rigor, a funcionalidade, a beleza, a racionalidade,... — específico à sua actividade museal. Equacionando os problemas de modo inter-relacional, assegura-se o respeito das oportunidades conceptuais e físicas, realçando a comunicação em si mesma e o público, identificando as problemáticas reais e prioritárias do museu.

Hugh CASSON, afirmava que não eram só as exposições que deveriam estar bem desenhadas, mas “tudo, dentro do museu, por muito pequeno que seja, deveria ser o melhor de si mesmo, desde objectos pequenos como os cinzeiros, os extintores, os uniformes dos vigilantes de sala, incluindo a qualidade do café e dos ‘acompanhamentos’ nas salas de recreio. Os convites, os postais, os anúncios e as conferências são tudo projecções visuais do centro cultural em que o museu se quer converter. É vital que seja da mais alta qualidade...”<sup>6</sup>

Será interessante e eficaz que se determine uma estratégia comunicativa, a fim de mobilizar os meios disponíveis e rentabilizar as acções que determinem o sentido do todo, sendo cada uma das partes igualmente vital na estratégia conceptualizada.

### 3. organização e comunicação espacial

A organização espacial, na sua concepção inicial, traz consigo conceitos e atitudes que se pretendem desenvolver com os públicos que se julga poder atingir. Ao longo da história, tem-se evidenciado esses ideários que se vão



**Núcleo Museológico  
Castelo de Vide**

Logótipo para o espaço museológico.

<sup>5</sup> Michael BELCHER, A *Organización y diseño de exposiciones, Su relación con el museo*, Ediciones Trea, Gijón, 1997. p. 31.

<sup>6</sup> Conferência dirigida à Associação de Museus. 1961, citado por Michael BELCHER, A *Organización y diseño de exposiciones, Su relación con el museo*, Ediciones Trea, Gijón, 1997. p. 45.

transformando de acordo com a evolução do pensamento e das atitudes, sempre numa lógica de atracção para o conhecimento.

Os museus de história do natural converteram-se num lugar de experimentação científica para os estudiosos, mantendo um pressuposto fundacional, noutra vertente constituindo um centro educacional para o grande público, transformando-se numa *nova* museologia científica.

Os museus arqueológicos e antropológicos, preocupados num primeiro momento com apresentação de séries tipológicas, têm evoluído e pretendem transmitir mais o significado dos objectos, do que apresentar a sua própria morfologia. Por esta razão se tem tentado reconstruir o contexto original dos ditos objectos, através de modernas técnicas expositivas. Assim ressalta uma memória histórica de um povo ou lugar, não renunciando ao passado, mas olhando virtualmente o futuro para tentar melhorá-lo em cada dia com maior ilusão. Resulta daqui uma ambivalência, se por um lado o museu é um emissor de mensagens, de sinais codificados, oferecendo uma leitura discursiva dos conteúdos organizados em exposição, por outro lado, este comunica o relacionamento do objecto com os signos, provocando interpretações e significados, contextualizados na situação cultural em que estes se movimentam, estabelecendo uma relação entre signos e público.

Isto obriga a que a montagem da exposição possa funcionar como um espaço teatral na caracterização de meios e processos, onde os objectos se possam converter em personagens, que irão influir nos visitantes de modo a que estes possam participar activamente<sup>7</sup>. A comunicação sai reforçada quando a interacção do produtor, com o saber do visitante *cria* (provoca) conhecimento, conceitos, noções... de acordo com o que se pretende objectivamente explorar.

Perante o espaço lúdico, a imaginação e a fantasia da pessoa que entra no museu aproxima-se submergindo na dinâmica do jogo que este propõe, possibilitando o desempenho de *multitudes* que disfruta livremente. O espaço

<sup>7</sup> P ALBERCH, "Objectos y Conceptos: la renovación del Museo Nacional de Ciencias Naturales", *Lecciones*, Madrid, 1994. P.16.

cénico, por seu lado, introduz um espaço onde é possível a representação destes papéis como se estivesse dentro de um teatro. O espaço ritualizado abre-se como um lugar para a cerimónia de onde é fácil recuperar, através do empenho em cena, num autêntico impulso lúdico.

No fundo, o castelo ao ser musealizado, e como tal ao transformar-se num local de visita privilegiado, proporcionará um espaço de vivência, funcionando como importante contributo na socialização e, mesmo, numa mais-valia económica para a Vila. Importa criar condições espaciais de qualidade que levem a população residente a recriar meios de animação e significação comunicacional objectiva.

#### **4. museu e comunidade**

A acção dinamizadora do museu deverá ser relevante perante a comunidade em que se insere, assumindo um papel activo na organização de eventos e factos que levem a população a aderir constante e consistentemente, orgulhando-se da vitalidade deste, como um centro divulgador do património e da memória do seu passado.

O museu deve estar ao serviço da comunidade em geral, mas neste sentido deverá identificar grupos e sectores dentro desta, reflectir e equacionar os vários interesses, a fim de poder movimentá-los no espaço e no tempo, rentabilizando as colecções ou os objectos na divulgação de ideias que sejam motivadoras dos seus interesses e sirvam à missão do próprio museu. O processo será idêntico à estratégia comercial, na procura de mercados e na satisfação dos mesmos com produtos adequados, numa cultura cada vez mais dinâmica e agressiva, na procura de novos públicos. Estratégia essa que deverá

estar conjugada com a permanente investigação de meios e processos, na obtenção de conhecimento exploratório de saber local na projectação de um saber global.

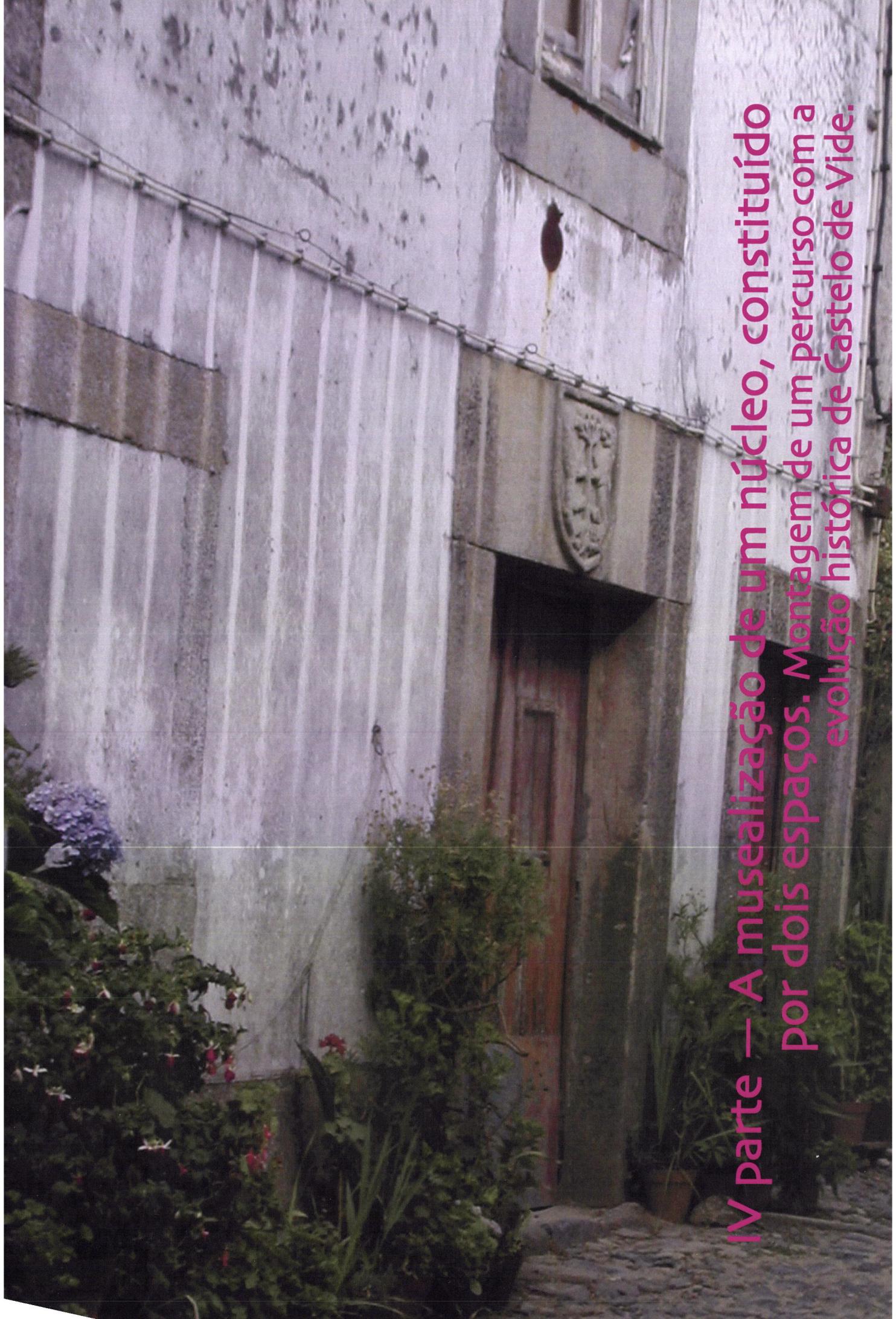
## 5. interactividade de meios e novas tecnologias

No museu, o objecto é portador de dados. Sendo considerado como documento, mensagem ou informação, é um elemento fundamental no tratamento especializado, quer na conceptualização do programa, quer na montagem do percurso museal. Assim, possibilitar-se ao visitante a leitura dos objectos sem interferências, mas pretende-se, sobretudo, elaborar um *instrumento de comunicação* prático, que ajude o visitante a recolher informação e a interpretar os objectos, convertendo-se estes em mediadores entre o visitante e o saber<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Maroevic, 1983, citado por Francisca Hernández HERNÁNDEZ, *O Museu como espaço de comunicação*, TREA 1998. p. 45. J DAVALON, *Le musée est-il vraiment un média?*, *Publics et Musées*, Lyon, 1992. p. 33.

Para Manzini, o objecto tem sido considerado tradicionalmente na sua dupla função de '*objecto-protesis*', que nos serve para ampliar nossas capacidades biológicas, e de '*objecto-signo*', que actua como um suporte significante de muitos outros possíveis significados. Hoje é preciso admitir a existência do '*objecto-interactivo*' que é capaz de relacionar-se com as pessoas que o manejam mediante uma linguagem coloquial<sup>9</sup>. Isto é, proporcionar ao visitante o uso de imagens através dos meios tecnológicos da comunicação, de modo a possibilitar a criação de um universo virtual, passando a fazer parte da própria realidade. A museografia, ao contribuir com leituras simples dos fenómenos complexos da realidade nestes processos virtuais, leva o visitante a uma maior compreensão desses fenómenos, capacitando-o numa dialéctica entre o objecto virtual e a realidade.

<sup>9</sup> Francisca Hernández HERNÁNDEZ, *O Museu como espaço de comunicação*, TREA, 1998. p. 55.



**IV parte — A musealização de um núcleo, constituído por dois espaços. Montagem de um percurso com a evolução histórica de Castelo de Vide.**

## A musealização de um núcleo, constituído por dois espaços. Montagem de um percurso com a evolução histórica de Castelo de Vide.

### 1. Conceptualização do percurso museológico

Embora não se trate exactamente de um museu *in situ*, este projecto vai no sentido desse conceito museal. O castelo, na sua mística construtiva de renovações e adaptações ao longo dos tempos, foi criando com o burgo medieval uma cumplicidade difícil de romper. Acontece que o espaço a musealizar, com a sua singularidade e uma notável beleza espacial, se situa exactamente dentro do castelo. Nesta perspectiva, cada lugar desse todo burgo/castelo torna-se num motivo de interesse e de diálogo com o presente espaço, e deste com a sua envolvência.

Pretende-se, com este projecto, que a singularidade do espaço, para além de ser em si mesmo um motivo de apreciação, reforce o interesse e o valor discursivo do todo envolvente. Pretende-se ainda que a sua fisicalidade acolha a estrutura museal de modo a constituir-se num discurso directo, num jogo dinâmico, quer com o 'viajante' quer com o 'autóctone'.

A revitalização de um espaço deve contribuir para a projectação identitária na sua representação enquanto *lugar*. No presente caso, a projectação identitária e dialéctica da Vila no espaço museológico fará com que aquilo que era um espaço inacessível e quase desconhecido, deixe de ser um *não-lugar*<sup>1</sup> passando a congregar memórias e referências colectivas, constituindo-se assim como *lugar*. Por outro lado, a mobilidade que caracteriza as sociedades actuais, sendo um elemento dinamizador na relação viajante/ autóctone, deverá também reflectir-se na fruição desse novo ambiente.

<sup>1</sup> "Lugares e não-lugares",  
*anuário do centro português de  
design*, ano sete/nº19-20,  
Lisboa, 1998. Filomena  
SILVANO, *Antropologia do  
Espaço*, Oeiras, 2001.

No piso térreo, a ocupação do espaço por dois blocos construtivos, remete-nos simbolicamente para a envolvente burgo/castelo, de modo a criar uma leitura simples de espaços e objectos a interpretar. Uma vez que os 'objectos' de real valor estão inseridos no contexto urbano, incentiva-se o visitante a deslocar-se *in loco* ao restante espaço do castelo e ao burgo.

Daí, a referência ao espólio neolítico enquanto presença inequívoca do Homem pré-histórico na região<sup>2</sup>, o castelo e suas múltiplas intervenções espaciais, o burgo com as suas casas dimensionadas a uma estrutura básica de vivências num espaço condicionado, bem como os silos<sup>3</sup> - cuja real dimensão ainda não é completamente conhecida – que deixaram vestígios indeléveis que a arqueologia se encarrega de interpretar, devolvendo-nos um espólio que nos remete para valores materiais e imateriais de um percurso humano que determina a Vila de hoje.

A presença de um afloramento rochoso no piso térreo será utilizada como elemento de contextualização e interacção com o espólio lítico pré-histórico. A pedra, ainda presa à terra, e o seu simbolismo como matéria primeira na história dos artefactos humanos, inicia assim um percurso que irá continuar, no piso superior, com materiais cerâmicos de sofisticação crescente, como a terracota, a faiança e mesmo a porcelana.

Na zona que se refere ao castelo serão inseridos alguns objectos que remetem para a actividade bélica deste espaço, bem como a apresentação das investigações e conceitos desenvolvidos na compreensão da realidade histórico-militar do lugar.

Com a inclusão, num determinado momento do percurso expositivo, de uma área onde se fará a projecção de imagens captadas em tempo real, em vários pontos da Vila, está a propor-se que o espaço exterior, com a sua vida, entre

<sup>2</sup> Jorge OLIVEIRA, *Actas do 1º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre*, Portalegre, 24 a 27 Setembro 1987. p. 150.

<sup>3</sup> Relatórios das escavações na Rua do Postigo, Rua Direita do Castelo, Rua de Santoa Amaro, Sinagoga, Rua do Mercado, Rua da Judiaria, Praça D Pedro V, com apoio da Secção de Arqueologia da Câmara de Castelo de Vide e responsabilidade dos arqueólogos Jorge de OLIVEIRA, Carmen BALLESTEROS, Joaquim CARVALHO, Nelson ALMEIDA e Sandra SANTOS.

em diálogo com o espaço museológico. Essas imagens deverão ser entendidas como objectos museais, de modo a que o visitante possa sentir que, para além dos objectos expostos, existe toda uma envolvência a descobrir e assimilar nas suas múltiplas vertentes, estética, cultural, histórica<sup>4</sup> ... Não se pretende uma atitude *voyeurista*, mas antes um olhar vagabundesco sobre a realidade do espaço construído. É um convite à visita, à descoberta.

<sup>4</sup> Marc AUGÉ, "Os não lugares", *Antropologia do Espaço*. 2ª edição, Oeiras, 2001. Marc AUGÉ, "Não-lugares, imaginário e ficção", *anúário do centro português de design*, ano sete/nº 19-20, Lisboa, 1998. pp. 170-173.

Castelo Vide mantém ainda muito da estrutura do tecido urbano medieval. Para a percepção da vida urbana medievá é indispensável a observação directa do existente, complementada pela análise documental e pela actividade arqueológica. São precisamente estes três vectores que nos interessa pôr em presença e confronto nesta proposta museológica.

O lote medieval tende a ser maioritariamente rectangular estreito e alongado<sup>5</sup>. A fachada frontal da casa é a zona mais estreita, no sentido de melhor rentabilização do espaço confinado com a rua. Poder-se-ão explicar as razões das reduzidas dimensões da casa medieval pelos recursos económicos do proprietário, pela situação intramuros da casa, mas também por questões culturais. Na Idade Média, a questão de conforto é um conceito rudimentar e a casa era entendida como local de refúgio, um local onde se pernoitava. Era portanto um espaço destinado a cumprir, quase exclusivamente, as funções básicas, compartilhado por todos os elementos da família, já que a privacidade na Idade Média não era muito valorizada<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Luisa TRINDADE, *A Casa Corrente em Coimbra, Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, 2002. p. 26.

<sup>6</sup> *Ibidem*, 2002. p. 36.

A especialização dos compartimentos da casa é reduzido ao mínimo. São espaços multifuncionais e de mobiliário escasso. São questões culturais que justificam que, na ausência de condicionalismos económicos ou de restrição de espaço, a casa não aumente significativamente. Duarte de Armas [em 1509] verifica que as habitações dos alcaides variam entre a divisão única e o máximo de quatro<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> *Ibidem*, 2002. p. 37.

A sobreposição de pisos ao longo da Idade Média é a resposta encontrada para fazer face ao crescimento das cidades e vilas.

Na casa medieval de Castelo de Vide a porta é frequentemente a única abertura do andar térreo, as janelas, em número reduzido e de pequenas dimensões, reservam-se para os pisos superiores. Estas características têm a ver com questões de segurança e também com o controlo de temperatura no interior da habitação. A escassez de aberturas resultava numa casa mal iluminada e pouco arejada. Por vezes, surge uma entrada directa para a loja e outra porta menor, por onde se acede ao sobrado, zona residencial.



Casario de Castelo de Vide.

A utilização de vidraças nas janelas só se verifica em Portugal no século XVI<sup>8</sup>, sendo mesmo assim um luxo, apenas acessível a uma minoria. O sistema mais vulgarizado na Idade Média era o das portadas de madeira, ou a obtenção de alguma transparência através de tecido, papel ou pergaminho, oleados e encerados.

<sup>8</sup> Ibidem, 2002. p. 57.

O processo de escoamento dos fumos fazia-se levantando duas ou três telhas de cobertura. A difusão da chaminé parece ter ocorrido em Portugal, nos finais do século XV e princípios do século XVI, mais tarde que noutras regiões da Europa<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Ibidem, 2002. p. 65.

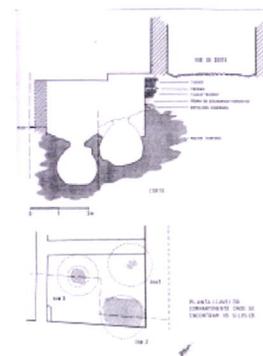
De acordo com as tipologias sugeridas por Manuel A Conde<sup>10</sup>, aquela que mais se adapta ao caso de Castelo de Vide é a casa de “sótão e sobrado” ou “loja e sobrado”. O nível térreo é destinado a local de trabalho até por facilidade da exposição de produtos, na soleira ou na própria rua. Noutros casos é no sótão ou loja que se guardam as provisões, constituindo reservas. Em Castelo de Vide aparecem também casas de dois sobrados, ou seja três pisos, que se poderão ajustar à descrição da casa de Braga, na Rua Nova do Sousa “...de dous sobrados e o sobrado de bajxo tem hua sala pequena e hua camara e hu sobrado de cjma hu sobrado de cjma camara e hua cozinha e em

<sup>10</sup> Manuel Silvío Alves CONDE, “Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos finais da Idade Média”, *Arqueologia Medieval*, 5 Porto, 1997. pp. 244-246.

baixo de toda hua tenda e hua servjintia pera o sobrado”<sup>11</sup>. A cozinha é quase sempre, empurrada para o último piso, quer pela necessidade de escoamento de fumos pelo telhado, quer pelo espaço que a chaminé viria a ocupar, não só numa cozinha como noutros pisos que eventualmente atravessasse. Não podemos esquecer que o fumeiro era uma das formas de conservação das carnes, tarefa importante na vida familiar.

<sup>11</sup> Rui MAURÍCIO, “O Mosteiro de D Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532)”, *Urbanismo e Arquitectura*, Leiria, 2000. p. 121.

Fundamentais para o armazenamento e conservação de provisões eram os silos. Embora não havendo uma investigação sistemática sobre os silos em Castelo de Vide, denota-se a existência de vários tipos de silos cuja instalação, nalguns casos, nos remete provavelmente para períodos anteriores ao século XII. Uns eram escavados na rocha-mãe, outros eram constituídos por grandes potes enterrados. Ao fundo do piso térreo, e tirando partido da presença do afloramento rochoso, iremos reinstalar um caso paradigmático, já que se tratava de um silo escavado na rocha que, posteriormente, foi reaproveitado com a inserção de dois grandes potes cerâmicos.



Silo da Rua da Costa.

Este discurso museal levará a orientar a atenção do visitante para o espaço superior, onde o espólio, constituído sobretudo por objectos recolhidos nos silos de Castelo de Vide, será reorganizado por temas, dando uma ideia dos gestos e modos de um outro tempo, bem como do valor intrínseco, funcional e estético desses mesmos objectos. Espaço esse que, pelas características do seu equipamento, poderá vir a ser reorganizado noutras lógicas e sentidos. É um espaço renovável, quer na organização temática, quer na organização espacial.

Antes, porém, na sala de entrada do piso superior, uma evocação histórica de um dos maiores homens de Castelo de Vide: Garcia d’Orta<sup>12</sup>, que simboliza a vertente científica bem como a ligação dos judeus à Vila. Como o espólio judaico é escasso ou quase nulo, toda a problemática judaica em Castelo de

<sup>12</sup> Augusto da Silva CARVALHO, *Garcia D’Orta*, Coimbra, 1934. P M Laranjo COELHO, *Três médicos cientistas naturais de Castelo de Vide*, Lisboa, 1953. *Jornal Castelovidense* nº 42, 18 de Março de 1934, Ano 2.

Vide gira em torno da Judiaria e da gestuária simbólica que permanece no quotidiano. Gozando Castelo de Vide de certo prestígio nacional e internacional no que diz respeito aos vestígios judaicos, parece-me interessante valorizar um conjunto de manifestações da vida do burgo, assumindo-as como *património imaterial*.

Por fim, na sala maior deste piso, enquadrando as janelas recentemente abertas de modo a integrá-las no discurso museal, organiza-se a apresentação dos objectos recolhidos nas diversas escavações – a maioria em silos — num discurso temático em torno da *casa*, do *trabalho*, do *objecto de uso pessoal* e do *lúdico*.

Abordamos nesta sala alguns aspectos do quotidiano, em particular a casa, já não na sua arquitectura, mas no seu recheio, ou seja no conjunto de objectos que chegaram até nós e que permitem uma aproximação do que seria a vida doméstica noutras épocas.

Não seriam muitos os móveis e outros objectos que enriqueciam a casa medieval 'média' e, desses, apenas chegaram até nós os de materiais menos perecíveis. Dos móveis de madeira por vezes só restam as ferragens. A *cama* era o móvel mais importante. A *arca*, onde se guardava a roupa, podia servir também de base para dormir ou de assento, pois as *cadeiras* eram raras. Mais generalizados eram os *bancos* ou *escanos*, em regra de fabrico simples e nunca individuais. Não devemos ignorar o costume islâmico, que terá perdurado em Portugal, das pessoas se sentarem no chão, sobre tapetes ou almofadas. A *mesa* era um móvel pouco prezado e, por vezes, constava apenas de uma tábua sobre cavaletes, que se transportava para a parte da casa onde era necessária. E se, nalgumas famílias, as refeições eram tomadas à mesa, em muitos casos perdurou o hábito de comer à volta da lareira<sup>13</sup>.



...um conjunto de manifestações da vida do burgo. A Páscoa desde 6ª feira Santa, até domingo da Ressureição com a procissão com as forças vivas da Vila desde as Associações de carácter cultural, recreativa, profissional... como das autoridades locais.

<sup>13</sup> A H Oliveira MARQUES, "A Sociedade Medieval Portuguesa- aspectos de vida quotidiana", Lisboa, 1981. pp. 76-81.

Pelas suas características de durabilidade, muito é o material cerâmico que a arqueologia nos devolve. A cerâmica não só era, na cozinha, o material dominante, como a encontramos de um modo geral em toda a vida doméstica. Na iluminação, o candil e a candeia de barro aparecem ao lado da candeia de metal. Na higiene surge o *bacio* ou *servidor*, em forma de chapéu alto invertido, manifestando um aumento de preocupações higiénicas, na sequência das epidemias de peste<sup>14</sup>. Mas é no campo da alimentação que a cerâmica domina, desde a conservação (*cântaros, potes, talhas*) à preparação dos alimentos (*panelas, caçoilas, tigelas de fogo*) e, finalmente, no momento da refeição, quer à mesa, quer simplesmente à volta da lareira (*malgas, pucarinhos, canjirões*). Não nos devemos porém esquecer que muitos objectos eram polivalentes. Uma malga tanto servia para medir farinha, como para comer sopa, um alquidar servia para transportar a roupa que se lavava no rio, para lavar loiça em casa ou para a matança do porco<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Isabel Maria FERNANDES, "De barro se faz memória", *Olaria Portuguesa: do fazer ao usar*, Lisboa, 2003. p. 56.

<sup>15</sup> Ibidem, 2003. p. 64.

É fundamental, para a compreensão dos muitos objectos ligados à cozinha e à mesa, ter em conta os hábitos alimentares medievais e a sua evolução. De uma forma geral, a alimentação medieval era pobre, em comparação com os padrões modernos. Frequentemente, a quantidade tentava compensar a falta de qualidade, e a condimentação seguia princípios bastante simples. As duas refeições principais do dia eram o *jantar* e a *ceia*. O jantar, refeição mais forte do dia, tomava-se, nos fins do século XIV, entre as dez e onze horas da manhã, e ainda mais cedo nos séculos anteriores. Ceava-se pelas seis ou sete horas da tarde. O progressivo atraso da hora de jantar terá levado à necessidade de um *almoço* tomado pouco depois do levantar.

A base da alimentação medieval, principalmente para as classes mais abastadas, era a carne, embora, num país como Portugal, o peixe estivesse muito presente, especialmente entre o povo. O consumo de peixe pela nobreza e pelo clero provinha mais das prescrições religiosas do que da necessidade ou gosto, uma vez que cerca de sessenta e oito dias no ano eram de abstinência

obrigatória para todos os católicos. Ao lado do peixe fresco, a Idade Média fez grande uso de peixe seco, salgado e fumado.<sup>16</sup>

<sup>16</sup> A H Oliveira MARQUES, "A Sociedade Medieval Portuguesa- aspectos de vida quotidiana", Lisboa, 1981. pp. 7-21.

As hortaliças e os legumes não eram especialmente apreciadas, pelo menos pelas classes superiores. No entanto, o povo fazia bastante uso das couves e mais ainda de castanhas e favas, amplamente difundidos no mundo islâmico. Favas, ervilhas, lentilhas e grão de bico tinham igualmente significado como sucedâneos ou complementos do pão, principalmente quando escasseavam os cereais no Reino, o que passou a ser relativamente frequente a partir de meados do século XIV. No interior, sobretudo em zonas de castanheiros como Castelo de Vide, as populações recorriam à castanha durante uma boa parte do ano.

Na cozinha medieval portuguesa usavam-se várias espécies de matérias gordas. O azeite estava, claramente, em primeiro lugar, e o seu papel na culinária foi aumentando, à medida que a mancha dos olivais subia para norte. Contudo, o emprego da manteiga era igualmente importante e parece ter correspondido a uma indústria local bastante desenvolvida, talvez mais até do que a do queijo. Outras gorduras animais de muito consumo eram o toucinho e a banha.

O tradicional refogado, com cebola e azeite, entrava em quase todas as casas. Porém, nas mais ricas, onde a culinária era requintada, as ervas de cheiro tornavam-se indispensáveis na preparação das iguarias.

### Receita de galinha cozida e ensopada, século XV

*Tomarão esta galinha e cozê-la-ão com salsa e coentro e hortelã e cebola. Então deitar-lhe-ão sua têmpera de vinagre e, depois dela temperada e cozida, tomarão este caldo e deitá-lo-ão numa púcara, e pô-lo-ão a ferver noutra, e deitar-lhe-ão dentro na mesma panela meia dúzia de ovos; e com este mesmo caldo dos ovos*



Fragmento de uma cena familiar. Ver anexo 59.

*tomarão dois pares de gemas de outros ovos e batê-los-ão e farão um caldo amarelo; e então tomarão a mesma galinha e pô-la-ão num prato com suas fatias de pão de baixo; e depois desta galinha posta nas fatias, pôr-lhe-ão os ovos que estão cozidos por derredor, e então deitar-lhe-ão o mesmo caldo amarelo dos outros ovos por riba, e deitar-lhe-ão canela pisada por riba.*<sup>17</sup>

Com o estabelecimento de relações comerciais com o Oriente introduziram-se em Portugal grandes quantidades de especiarias, a preços relativamente módicos, o que levou ao seu uso e abuso na preparação dos alimentos.

O sal, indispensável, não funcionava apenas como tempero básico, mas também era fundamental para a conservação de carnes, peixes e outros alimentos que fosse necessário armazenar ou transportar.

As chamadas *viandas de leite* estão presentes com frequência na alimentação medieval portuguesa. Por elas se entendiam queijo, nata, manteiga, doces feitos à base de lacticínios, além de, evidentemente, o próprio leite. Este, aliás, consumia-se em muito fraca quantidade. Na sua maior parte transformava-se em queijo e em manteiga. Servia também como medicamento. Ovos consumiam-se com fartura. Porém o fabrico de bolos não estava muito desenvolvido.

A fruta tinha um papel importante nas dietas alimentares medievais, em especial nos países de produção mediterrânea, como Portugal. Muitas frutas eram autóctones, outras foram introduzidas pelos Árabes. Era uso comer fruta acompanhada de vinho, como refresco, ou como refeição ligeira, à noite. Além de fruta fresca consumia-se fruta seca e conservas e doces de fruta. Figos secos, passas de uvas, amêndoas, nozes, alfarrobas, castanhas, azeitonas eram intensamente consumidas pelas populações.

<sup>17</sup> Livro de cozinha da Infanta D Maria, *Códice Português I. E. 33, da Biblioteca Nacional de Nápoles*, Prólogo, Leitura, Notas aos textos, Glossário e Índices de Giacinto Manuppella, Lisboa, 1986. pp. 43-59

A base da alimentação medieval, no que respeita ao povo, residia nos cereais e no vinho. Farinha e pão — de trigo, milho ou centeio — e também cevada e aveia, ao lado do vinho, compunham os elementos fundamentais da nutrição medieva. Por excelência o pão era de trigo. Mas comia-se também pão de farinhas compósitas: trigo e milho, trigo e centeio, trigo e cevada, etc. Coziam-se grandes pães, geralmente de forma circular, que cresciam pouco. Serviam, ao mesmo tempo, de alimento e de suporte para a comida. Não se usavam pães pequenos, à maneira moderna. Com as repetidas crises cerealíferas, o pão subia de preço, principalmente nos centros populacionais, e muita gente podia morrer de fome. No campo, a situação era um pouco melhor para o povo miúdo. Havia sucedâneos para o pão: a castanha ou a bolota, por exemplo. Aliás, aqui não era a farinha de trigo a base da panificação. Milho, centeio e até cevada eram muito utilizados. Note-se que o “milho” não equivalia ao que hoje assim denominamos e que só foi introduzido na Europa nos fins do século XV e princípios do XVI, vindo da América. O milho da Idade Média era o actual painço, ou milho miúdo.

O número de bebidas era extremamente limitado. Café, chá e chocolate eram desconhecidos na Idade Média. À base de vinho e água se matava a sede ou se acompanhavam os alimentos. Bebia-se o vinho, não apenas no seu estado natural (cru), como também cozido. Destemperado com água, era considerado a bebida ideal.

Durante muito tempo não se utilizaram pratos na mesa medieval. A função do prato era desempenhada por grandes fatias ou metades de pão, de forma arredondada, postas em frente de cada conviva. Sobre essa base se comia a carne e o peixe. Nas casas ricas, esses pedaços de pão, que resultavam embebidos em molho ou noutros detritos provavelmente saborosos, eram depois distribuídos pela turba de mendigos, ou deitavam-se aos cães que rodeavam a mesa.

Mais tarde, a rodela de pão foi substituída pelo *talhador* ou *trincho* de madeira. “Talhador” designava também uma salva ou travessa grande, onde a carne era trinchada antes de ser distribuída pelos convivas.

É claro que para a sopa e outros alimentos líquidos, se usavam as chamadas *escudelas*<sup>18</sup>, de madeira (sendo de barro denominavam-se *tigelas* ou *malgas*). A predominância dos recipientes fundos também se relaciona com a preferência pelas sopas e papas na alimentação medieval. Mais tarde, essas escudelas passaram a servir também para os alimentos sólidos. É importante notar que cada escudela ou talhador servia para dois convivas, sentados lado a lado, o que poderá estar na origem da expressão *comer com alguém no mesmo prato*.

<sup>18</sup> Ver descrição de peças para exposição, anexo 45.

As *colheres* eram conhecidas, embora menos utilizadas do que hoje. Mas não havia garfos, só muito mais tarde divulgados no Ocidente. A *faca*, pontiaguda, era o instrumento por excelência, e eram as próprias pessoas que levavam consigo a faca de que se iriam servir quando comiam.

Nas classes menos abastadas, os líquidos eram tomados quase sempre em recipientes de barro: *malgas*, *copos com asa*<sup>19</sup>, *púcaros*. Nas casas mais ricas podiam encontrar-se copos em vidro, um tanto maiores e mais pesados do que os de hoje, e chamados *vasos* na linguagem medieval.

<sup>19</sup> “Copo ou pucarinho de colo alto, dotado de um pé de diâmetro reduzido e assim modelado para se encaixar no gargalo do jarro que continha o líquido”. Isabel Maria FERNANDES, “De barro se faz memória”, *Olaria Portuguesa: do fazer ao usar*, Lisboa, 2003. p. 53.

É também nas casas mais abastadas que encontramos outras modalidades de cerâmica mais requintada, a faiança e a porcelana, esta de fabrico chinês e cujas peças azuis e brancas chegam a Portugal no século XVI. A própria faiança tentou, por vezes, imitar esta loiça fina que a Europa admirava mas não conseguia fabricar.

Não deixaremos de abordar, embora os vestígios sejam menos abundantes, os aspectos relacionados com o trabalho, os objectos de uso pessoal, e o lúdico.

Em termos de musealização, cremos que é no objecto do quotidiano, de mesa e cozinha, que vamos encontrar uma relação de reconhecimento mais forte por parte de quem visita, e muito particularmente no que respeita ao público da região, se pensarmos que em muitas casas ainda se usam, ou pelo menos existem, objectos muito próximos dos que se expõem. Vão-se descobrindo memórias, detendo-se o olhar nas peças de barro, pela modernidade sentida nas formas ancestrais, bem como noutras peças de loiça de maior requinte, objectos que são afectos de uma memória colectiva

A actividade dos vários ofícios surge com objectos elementares mas significantes, quanto ao seu uso à luz dum certo quotidiano. Não havia na Idade Média muitas das profissões que hoje existem. No entanto, numa Vila como Castelo de Vide, haveria certamente *ferreiros, oleiros, tanoeiros, tecelões, pedreiros* e outros *mesteirais* que dariam às ruas do burgo medieval uma animação que poderemos imaginar ao percorrer as suas calçadas irregulares, entre portas que nessa altura estariam abertas, deixando ver as actividades dos diversos ofícios nas *lojas* que abriam, obrigatoriamente, para a rua. Igualmente se veria, aqui e ali, um grupo de pequenos aprendizes, junto do *mestre*.

Numa esfera mais íntima, encontramos objectos de uso pessoal e de adorno. Estes são a forma como o homem sempre procurou embelezar a aparência do seu corpo, vestuário, ou objectos que são da sua vivência quotidiana.

Os objectos expostos exemplificam como através dos tempos, o Homem usou determinados objectos proporcionando uma análise formal, estética e da usabilidade destes objectos. Permitirão subentender outros que o tempo consumiu...

Em todos os tempos, e todas as idades, houve tempo de entretenimento. A actividade lúdica está associada ao lazer dos homens, mas também ao ensino de uma prática de vida, que importava transmitir. São inúmeros os objectos em que se entrevê o seu uso e o prazer de ocupar um tempo entre actividades.

Num época em que alguns materiais eram parcos e onerosos, o objecto lúdico era frequentemente feito de materiais recuperados. Da *boneca de trapos*, que não chegou até nós, às *malhas de jogo* de que temos expostos alguns exemplares, muitos são os objectos que podemos imaginar nas mãos de crianças e adultos, de que hoje ainda encontramos réplicas ou desenvolvimentos, principalmente nos jogos tradicionais.

Complementarmente, cria-se um espaço de experimentação e informação sobre a actividade arqueológica. Neste espaço, os visitantes mais jovens poderão, por exemplo, reconstruir uma peça a partir de alguns fragmentos, com diferentes graus de dificuldade, ou pesquisar no computador a actividade desenvolvida pela Secção de Arqueologia e as múltiplas tarefas de uma campanha arqueológica, ou ainda procurar o espólio de um determinado lugar intervencionado.

A partir deste espaço, o visitante será convidado a complementar a visita optando por vários percursos pré-definidos que incluem: Castelo – Torre de menagem, passeio da ronda; Burgo Medieval; Igreja de S Salvador do Mundo – Exposição de Megalitismo; Cadeia Municipal — Exposição de Armaria e provável espaço de Reservas; Senhora da Penha — Observação da Vila na sua organização urbanística; Os Arrabaldes — Judiaria, Fonte da Vila e Canto da Aldeia; e Forte de S Roque — Praça Alta, Corredoura<sup>20</sup>

<sup>20</sup> Ver Percursos pp. 117-119. Ver também anexos 53, 54, 55, 56, 57 e 58.



2. Desenvolvimento de um percurso

## 2. Desenvolvimento do percurso museológico

### 2. 1 O edifício e enquadramento

O projecto de musealização desenvolver-se-á num edifício de dois pisos, situado na Praça de Armas, no interior do Castelo. A montagem do percurso, que ocupará uma área cerca de 195 m<sup>2</sup>, pretende contar a evolução da História de Castelo de Vide, tendo por base as escavações arqueológicas no centro urbano e castelo. Este espaço era, no século XIII, uma área aberta, pelo menos foi assim que Duarte de Armas o desenhou. Posteriormente, com a criação de dois pisos abobadados, terá sido transformado em aposento do alcaide ou em hospedaria<sup>21</sup>, e mais tarde, no século XVII e XVIII, utilizado como paiol, ficando devoluto até aos nossos dias.<sup>22</sup>

<sup>21</sup> Pedro CID, *As Fortificações medievais de Castelo de Vide*, Texto para monografia IPPAR, Lisboa, de 2004. p. 53, [Policopiado].

<sup>22</sup> Ver anexo 42

A entrada no castelo faz-se pela porta situada a Sudeste, percorrendo um pequeno espaço coberto por uma abóbada que nos conduz à Praça de Armas. Do lado esquerdo de quem entra na Praça, encontra-se um salão, referido como Antigo Teatro do castelo, com um pé direito alto, coberto com uma abóbada que serve de piso de acesso à Torre de Menagem. Do lado direito, fica outro edifício com uma porta central em ogiva, e duas janelas largas laterais, utilizado no século XVIII como 'cavalaria'. Este espaço está a ser preparado para cafetaria, loja e futura zona de recepção do espaço museológico do castelo. Em frente fica o edifício de que estamos a tratar e no qual está **incrustada** a Torre Redonda. Junto desta, próximo do poço da Aloaca, existe uma entrada em arco de ogiva de acesso ao futuro espaço museológico. Do lado esquerdo da Torre Redonda é visível o afloramento rochoso, igualmente presente no interior do piso térreo do espaço a musealizar.



Aspecto da sala do piso térreo.

O piso térreo do edifício é composto por uma sala principal com abóbada de berço e uma antecâmara, com dois arcos cruzados, que aparentemente suportam a antecâmara do piso superior, descarregando um deles no portal

tardo-gótico, que dá acesso à sala principal. O piso superior, ao qual se tem acesso por uma escadaria, à direita de quem entra, é igualmente constituído por uma antecâmara esconsa que dá acesso à sala principal desse piso.

## 2. 2 Piso térreo<sup>23</sup>

### Antecâmara

<sup>23</sup> Ver plantas, anexo 42.

Na antecâmara do piso térreo ficará, provisoriamente, a recepção do museu com um balcão de atendimento no lado direito de quem entra e, do lado esquerdo, um *écran de plasma* onde passará um filme animado (5 a 10') sobre a evolução da Vila dentro das muralhas.

### Sala principal – a história de um lugar

A sala tem um afloramento rochoso, visível ao longo da parede do lado esquerdo e ao fundo, o qual se integrará no discurso museal e uma muito pequena janela no topo contrário à entrada. A abóbada de volta inteira, nasce a 1,50 metro de altura, tornando acolhedor o espaço interior.

Esta sala será dedicada à *história de um lugar* — a Vila de Castelo de Vide — tendo, como apresentação geral da exposição o seguinte painel, em frente à entrada.

#### Castelo de Vide

##### Das campanhas arqueológicas à memória de um lugar

“Perde-se na memória dos tempos e das lendas a origem de Castelo de Vide e do seu castelo, subsistindo dúvidas que a arqueologia vai metodicamente desvendando, a partir do estudo científico das escavações e do espólio encontrado.



É possível que neste espaço tenha existido um castelo islâmico, anterior à Reconquista Cristã, mas ainda hoje não se tem confirmação desse facto. No entanto, sabe-se que o Infante D Afonso, filho de D Afonso III e Senhor das *Terras de Vide*, fez algumas obras no castelo, mas é D Dinis que inicia a sua reconstrução, terminada no reinado de D. Afonso IV.

As sucessivas lutas internas, ou com Castela, na sucessão de poderes, prolongam-se interminavelmente por toda a Idade Média. No século XVIII, o reforço deste castelo, o alargamento das muralhas e a construção do Forte de S Roque são sinais da memória guerreira nesta praça de segunda linha de reforço a Marvão.

Ao longo dos séculos, a população de Castelo de Vide assistiu à perseguição dos judeus, participou na luta pela Restauração, o que valeu à Vila a designação NOTÁVEL, acompanhou a luta fratricida entre D Miguel e D Pedro e participou nas lutas civis que assolaram Portugal durante o século XIX.”

Nesta sala, para complementar a informação restrita das tabelas, haverá duas formas de dar ao público informação pormenorizada dos momentos desenhados. Uma será através de uma folha de sala, com os textos e com imagens para referenciar as peças. Outra, será através de um posto multimédia, onde haverá uma informação detalhada para os públicos mais exigentes.

## momento sobre o homem neolítico

Porque são escassos os vestígios da Pré-História dentro da Vila, apenas se faz a inclusão do machado de anfibolite e facas de sílex, encontradas na Praça de Armas, como se fala nos capítulos anteriores (I e II). Estes serão expostos em vitrines de vidro, do lado esquerdo de quem entra, suspensas por cabo de aço a cerca de um metro de um trecho do afloramento mencionado.<sup>24</sup>

<sup>24</sup> Ver anexo 43.

Texto para folha de sala:

(Apresentam-se alguns textos a título exemplificativo, para a elaboração final da folha de sala)

“Apesar de não se ter encontrado no espaço do castelo vestígios de uma clara ocupação pelo homem neolítico, as características geo-morfológicas e estratégicas do lugar tornam provável que esta zona privilegiada tenha sido ocupada por populações muito antigas, tanto mais que há na região envolvente diversos monumentos megalíticos.”<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Ver I parte desta tese. pp.18-19. Um dos Percursos complementares inclui a visita à Igreja de S Salvador do Mundo, onde estará patente exposição sobre Megalitismo.

## momento de alusão às referências a *Terras de Vide*

O aparecimento de Castelo de Vide como Vila é ainda hoje muito polémico, por conseguinte pretendo lançar alguns dados para reflexão e equacionar factos que possam fazer luz sobre esta matéria.

Assim, incluir-se-á uma pedra da Ermida de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Devesa, encontrada na obra de uma habitação, com inscrição em letra gótica<sup>26</sup> e um Cristo do século XIV<sup>27</sup>, encontrado, em 1954, nas obras de consolidação e restauro do edifício da Câmara Municipal de Castelo de Vide<sup>28</sup>, junto da ombreira direita de uma das janelas existentes na fachada poente do rés-do-chão do edifício. Estas duas referências interessantes, que levantam questões do início da vida de Castelo de Vide, serão apresentadas com um mapa representando as *Terras de Vide*. Outros elementos serão remetidos para a folha de sala.

<sup>26</sup> Ver descrição das peças a expôr. Anexo 45.

<sup>27</sup> Ver descrição das peças a expôr. Anexo 45 e 60.

<sup>28</sup> *Jornal Castelovidense*, n.º 1070. dom. 14 Nov. 1954. “Achado Arqueológico”. Anexo 60

## momento dedicado ao foral

O único foral de Castelo de Vide que chegou até nós foi o concedido por D Manuel<sup>29</sup>. Mas as investigações levadas a cabo pelo arquitecto Pedro Cid, a descoberta de um fragmento de uma *carta de foro* de 1233, conferida à população de Tonhe, e que no seu preâmbulo menciona “castello da vide” como referência para o novo foral<sup>30</sup>, faz supor a existência de um foral de Castelo de Vide anterior a essa data.

Assim, para além do foral de D Manuel, será apresentado o *fac-simile* do foral de Tonhe, transcrevendo-se o excerto que menciona a referência a Castelo de Vide. A folha de sala ajudará a integrarestes dois elementos no contexto histórico.

## momento dedicado à evolução do lugar

Pretende-se a compreensão do espaço envolvente do museu, da intensa actividade e do património construído que se alterou através das necessidades operacionais de cada tempo.

Apresentação, em *fac-simile*, do desenho de Duarte de Armas que mostra Castelo Vide e que se encontra na Biblioteca de Madrid<sup>31</sup>, assim como o existente em Portugal. Os desenhos de João Magusto sobre os diferentes conjuntos de aparelhos utilizados na construção das muralhas serão expostos para dar a realidade de algumas das alterações do castelo.

## momento de evocação da Praça de Armas como cenário de guerra

Pretende-se dar a conhecer alguns objectos da actividade guerreira desenvolvida no lugar. Esta será unicamente uma evocação, dado que está prevista uma exposição mais específica sobre a evolução da fortificação de Castelo de Vide, com armas e artefactos bélicos encontrados nas escavações do castelo.

<sup>29</sup> Ver descrição das peças a expôr. Anexo 45.

<sup>30</sup> No seu preâmbulo ao referir como modelo para esta nova população, faz crer que Castelo já existia nesta data como núcleo populacional de tipo fortificado e que detinha foral próprio, citado por Pedro CID, *Ob. cit.*, Fragmentos caixa 21, nº 20 (cópia do século XIV), tratado por Aida Fernanda Dias. p.13.

<sup>31</sup> “Codice B” do Livro das Fortalezas, Biblioteca Nacional de Madrid, Cód. 9241.



Besta e uma ponta de seta.

Exposição de algum armamento — lanças, balas de mosquete, balas de canhão, cartucheira de munições, cota de malha, ... — do espólio mais significativo da Praça d'Armas, especialmente o retirado das últimas escavações.

### **momento dedicado à tipologia de uma casa medieval/casa judaica.**

Este conteúdo destina-se a dar uma percepção do que foi a casa medieval, em que terão vivido muitos dos habitantes judeus de Castelo de Vide.

Será apresentado a tipologia duma casa medieval, assim como a explicitação dos materiais e processos de construção utilizados. Esta tipologia, e eventualmente uma maquete, será executada por especialistas.<sup>32</sup>

<sup>32</sup> ver textos sobre a casa medieval pp. 89-91.

Texto para a folha de sala:

#### **Casa Medieval**

“Castelo de Vide mantém ainda muito da estrutura de tecido urbano da Idade Média.

A casa medieval era estreita e alongada para melhor rentabilizar o espaço que confinava com a rua. (Esta, com)A porta era frequentemente a única abertura do andar térreo, as janelas sem vidraça, em número reduzido e de pequenas dimensões, reservavam-se para os andares superiores.

Além do piso térreo onde ficava a *loja* ou oficina, tinha um ou dois pisos, funcionando a cozinha no último, para escoamento de fumos. (A chaminé surge nos finais do século XV).

O conforto era nessa época um conceito rudimentar. A especialização dos compartimentos da casa era reduzida ao mínimo, as poucas divisões eram partilhadas por todos os elementos da família, já que a privacidade na Idade Média não era valorizada.”

### **momento de apresentação da Vila *em tempo real***

Pretende-se aliciar o visitante para os aspectos da Vila na sua dimensão real, para que este faça uma visita pelos percursos propostos, ou outros mais atractivos para determinado grupo ou indivíduo.

Uma projecção proveniente de 3/4 camaras fixas, colocadas em ruas determinadas da Vila — uma na Rua Direita junto da porta nascente, outra na porta de S Pedro, outra na rua da Fonte e outra ainda na fonte da Vila — propondo uma dialéctica interactiva entre o espaço real e o espaço museológico.

Será inserido, numa folha da sala, o seguinte texto:

“Ao projectar estas imagens reais da Vila pretende-se que elas sejam entendidas como objectos museais, existindo toda uma envolvência a descobrir e a assimilar nas suas múltiplas vertentes, estética, cultural e histórica. É um convite à visita, à descoberta.

O visitante poderá percorrer o burgo, observando o ambiente essencialmente medieval da Vila, com as suas casas de uma dimensão à escala humana, *aconchegante*, que só o contacto directo permite consciencializar.

É um convite para que se deixe *perder* deliberadamente no labirinto da Vila, percorrendo-o na descoberta de saborosos pormenores que passam despercebidos ao primeiro olhar.”

## os silos

Pretende-se dar uma perspectiva do que era a preocupação com a subsistência e como se guardavam os alimentos antes da Idade Moderna. Explora-se o afloramento rochoso existente, moldando o espaço as estruturas primitivas.

Aproveitando a recuperação dos dois potes da R de Santo Amaro, simula-se o seu posicionamento original, apresentando-se complementarmente os desenhos arqueológicos do lugar de origem. Os dois potes cerâmicos de grande porte integrar-se-ão no espaço ao fundo da sala, por cima do afloramento existente, dando a ideia do silo original escavado na rocha, posteriormente reaproveitado com a inserção dos potes.<sup>33</sup>

<sup>33</sup> Ver anexo 43

Apresenta-se, para melhor percepção, um texto explicativo do momento, na referida folha de sala:

“Os silos, aparecem um pouco por toda a Vila, quase sempre em escavações de emergência, ao proceder-se à reconstrução, melhoramento ou adaptação das habitações.

É o caso dos aqui apresentados, provenientes da Rua de Santo Amaro, onde se verificou a existência de um silo escavado na rocha, forrado com cortiça, que fora abandonado em determinada altura e substituído por estes dois potes, sendo para tal alargada a embocadura do silo primitivo.

De um modo geral, o espólio encontrado nas escavações é variado, desde a numismática dos primeiros reis de Portugal a moedas estrangeiras, louça comum, faiança, ou mais raramente porcelana, metais vários e outros objectos de uso pessoal ou lúdico. Algum desse espólio poderá ser visto no piso superior.”

### **a Numismática**

Pretende-se que a apresentação de moedas encontradas no espólio das escavações na Praça de Armas, assim como intervenções na Vila, demonstre a actividade comercial ao longo dos tempos e a mobilidade das populações. Igualmente se mostram pelo seu interesse numismático.

Apresenta-se um conjunto de moedas que vão da 1ª dinastia até à 1ª República, incluindo algumas moedas estrangeiras.

### **momento dedicado às inumações**

As escavações em zonas de inumação de cadáveres dão a conhecer o modo de enterramento e podem fornecer outros dados. Mostrando fotografias e desenhos da escavação, dá-se a conhecer o espólio encontrado.

Texto para a folha de sala:

“Existe um estudo em curso, sobre a reconstituição biológica da população de Castelo de Vide, a partir de uma colecção de 40 esqueletos, constituindo a primeira colecção osteológica medieval da região”.

Por fim, um posto multimédia dará mais informação e actualizada, a todos os interessados, a especialistas, estudantes, de modo a que essa informação possa também funcionar como elemento de pesquisa.

### 2.3 Piso superior<sup>34</sup>

O acesso ao piso superior é feito por uma escadaria de dois lances do lado direito de quem entra no edifício. As escadarias, de passo curto e irregular, permitem ao visitante aceder à antecâmara desse piso que, para segurança do antigo paiol, não ligava directamente com a sala principal, mas através de uma porta lateral.

<sup>34</sup> ver anexo 44

#### Antecâmara

Aqui se faz uma referência aos judeus e uma evocação de Garcia d' Orta. A exploração do património material e imaterial ligado dos judeus, em especial a Judiaria e a permanência do espírito judaico nalgumas tradições da Vila, faz-se através de uma unidade de visionamento.

A figura de Garcia da Orta será evocada num painel com tratamento gráfico do *fac-simile* dos *Collóquios dos Simples* e uma vitrine, onde estarão alguns objectos que evocam a sua figura<sup>35</sup>.

<sup>35</sup> Ver capítulo V da I parte desta tese. p. 40.

Será complementado com um texto, na folha, do seguinte teor:

"Garcia da Orta, notável pelos *Collóquios dos Simples* e *Drogas e Coisas Mediciniais da Índia*, foi um dos quatro filhos de Fernão da Orta e Leonor Gomes, judeus originários das vizinhas terras de Espanha, Valência de Alcantara e Alburquerque, nascido em Castelo de Vide em 1490, ou 1500.

Fez estudos na Universidade de Salamanca e Acalá e desde muito cedo se interessou pela botânica, tendo por essa razão recebido a alcunha o *Ervas*. Parte a 12 de Março de 1534 para a Índia, como médico pessoal do Comandante da Armada, Martim Afonso de Sousa. Garcia da Orta foi aí figura de prestígio, pelos resultados do seu trabalho e da sua clínica.

A morte de Garcia d’Orta, que alguns autores referem ter ocorrido em 1568 ou 1570, permanece envolta em algum mistério, devido à ausência ou contradição entre notícias. O investigador Augusto Silva Carvalho afirma que, após a morte, foi levado para outra casa, estendido na alcatifa, acompanhado pela viúva e restantes mulheres da família, onde foi amortalhado. Diogo de Orta, seu sobrinho neto, que ficou nessas paragens da Índia, refere, em 1596, que Garcia d’Orta foi julgado em vida pela Inquisição na cidade de Goa. Outros ainda, referem que após a sua morte se constituiu processo contra Garcia d’Orta tendo sido profanada a sua campa, para que os seus ossos fossem conduzidos ao acto de fé”.

Ao passar a porta lateral esquerda, num espaço que dá acesso à sala principal, haverá um painel com um mapa da Vila, tendo assinalados os locais das várias intervenções da Secção de Arqueologia da Câmara de Castelo de Vide e alguns elementos gráficos e fotográficos desses locais. Funcionará como um convite, antes de entrar na sala que abriga o espólio proveniente dessas intervenções.

### Sala principal

Aqui se faz a apresentação do espólio originado nas escavações, principalmente dos silos, organizado em vitrines<sup>36</sup> por temas: a *casa* — o armazenamento, a preparação de alimentos e a mesa; o *objecto de uso pessoal*; o *trabalho*; o *lúdico*. Integram-se também neste espaço museológico alguns potes/silos de cerâmica.<sup>37</sup>

<sup>36</sup> Anexo 46

<sup>37</sup> Ver os capítulos da II parte desta tese.

A entrada neste espaço faz-se por uma porta com arco ligeiramente abatido e tripartido, de moldura elaborada que lhe confere um estilo tardo-gótico, de transição para o Renascimento.

Entra-se no espaço desta sala, com pé direito alto, de abóbada de volta inteira que nasce a cerca de 1,50 metro de altura, e uma outra porta no lado contrário à entrada que dará ligação ao passeio da ronda, a implementar futuramente.

Inicialmente havia uma única janela esconsa<sup>38</sup>, que dava para a Praça de Armas, mas, durante as obras, detectaram-se duas outras do lado contrário, mais pequenas, que serviam de respirador ao paiol. Nestas janelas a abertura do exterior não coincide com a do interior. Anteriormente deveriam ter sido janelões, quando este espaço servia de aposentos do alcaide ou de hospedaria, segundo opinião de Pedro Cid.

<sup>38</sup> Ver Anexo 26

Apresentar-se-á, num painel à entrada, o seguinte texto de enquadramento:

#### **Objectos com memória**

“O espólio das escavações efectuadas em Castelo de Vide desde 1985, constitui um património riquíssimo para a compreensão do que foi a Vila ao longo dos tempos. As escavações não foram realizadas de forma sistematizada, mas antes ao sabor das alterações da vivência dos cidadãos, e consequentes necessidades urbanísticas e de habitabilidade. Neste espaço pretende-se dar a conhecer alguns dos objectos encontrados associando-os às vivências de um quotidiano que se pretende evocar.

Estão agrupados por conceitos alguns objectos encontrados nas escavações da Vila e castelo, e expostos em vitrines, de modo a ter-se uma melhor percepção e intuir-se os modos de vida de então.<sup>39</sup> As quatro tonalidades das vitrines correspondem às quatro áreas temáticas em que os objectos se agrupam. Apresentam-se os textos que, em folha de sala, introduzem cada tema.

<sup>39</sup> Ver planta do piso superior, desenho das vitrines e descrição das peças a expôr. Anexos 44, 46 e 45.

## O trabalho

“Não havia na Idade Média muitas das profissões que hoje existem. No entanto, numa Vila como Castelo de Vide, haveria certamente *ferreiros, oleiros, tanoeiros, pedreiros* e outros *mesteirais* que dariam às ruas do burgo medieval uma animação que poderemos imaginar ao percorrer as suas calçadas irregulares. As portas, que nessa altura estariam abertas, deixariam ver as actividades dos diversos ofícios nas *lojas* que abriam obrigatoriamente para a rua. Igualmente se veria, aqui e ali, um grupo de pequenos aprendizes, junto do *mestre...*”

## A casa

“A casa medieval era parca em móveis, *cama, mesa, banco, arca*, feitos de madeira. Da maior parte dos móveis desta altura só chegam até nós as *ferragens*, porque a madeira pereceu. O mesmo não acontece com a cerâmica. De tal forma que a cerâmica que aqui se expõe é uma selecção do muito que existe em reserva.

No quotidiano de uma casa, as diferentes formas de uso no armazenamento de alimentos vitais à sobrevivência, são indispensáveis. Do *pote* para servir de silo, ao *cântaro* para guardar a água fresca, do *alguidar* ao *púcaro*, objectos de formas ancestrais serviam esses gestos de recolher ou guardar.

O simples objecto de barro, em terracota simples ou vidrada, era o mais acessível e usado na preparação dos alimentos cozinhados. O uso de objectos de cerâmica à mesa é variável de acordo com o estatuto social ou de gosto, variando desde o *barro comum* à *faiança* ou *porcelana*. Ao longo dos tempos variaram os materiais mas eternizam-se as formas básicas, conservam-se os gestos de uma prática eficaz na vida doméstica rural ou urbana.”

### **O objecto de uso pessoal**

“O homem sempre procurou embelezar a aparência do seu corpo, do seu vestuário, do seu calçado ou dos objectos do seu quotidiano, recorrendo para isso a adornos. Na sua maioria perecíveis, mas de que as descrições textuais ou visuais nos dão exemplos.

Os objectos expostos exemplificam como através dos tempos, o Homem usou determinados objectos que nos proporcionam uma análise formal, estética e da usabilidade destes objectos. Permitiram também, subentender outros que o tempo consumiu...”

### **O lúdico**

“Em todos os tempos, e todas as idades, houve tempo de entretenimento.

A actividade lúdica está associada ao lazer dos homens mas também ao ensino de uma prática de vida, que importava transmitir.

São inúmeros os objectos em que se entrevê o seu uso e o prazer de ocupar um tempo livre.

Numa época em que os materiais parcos e onerosos, o objecto lúdico era frequentemente feito de materiais recuperados. Da *boneca de trapos*, que não chegou até nós, às *malhas de jogo* de que temos expostos alguns exemplares, muitos são os objectos que podemos imaginar nas mãos de crianças e adultos, de que hoje ainda encontramos réplicas ou desenvolvimentos nos jogos tradicionais”

## Antes da saída

- momento de experimentação

Pretende-se que o visitante, sobretudo o jovem, possa dedicar alguma atenção à experimentação do que é o trabalho do arqueólogo ao encontrar pequenos fragmentos, e depois, já no laboratório, juntá-los e perceber a sua forma total. Para tal se constituirão alguns modelos de jogos didácticos para deleite dos visitantes. Esta área será apresentada com o seguinte texto:

### Zona de experimentação

“Ao criar este espaço, pretende-se que o visitante experimente um pouco a emoção do *arqueólogo* e, recorrendo a jogos, sinta a magia de reconstruir, com fragmentos de objectos encontrados, o objecto real de que esses fragmentos são parte.

Tente encontrar o objecto real a partir dum fragmento.

Tente juntar os vários fragmentos e organizá-los de modo a constituir um objecto.

Tente escolher os fragmentos que pertencem ao mesmo objecto.”

### **momento de revisita aos lugares de escavação**

A informação acumulada ao longo de duas décadas pela Secção de Arqueologia é imensa, pelo que se pretende compilar essa informação, num formato digital simples e atraente, de modo a que o visitante possa consultar as acções desenvolvidas, o espólio em Reserva, os trabalhos em curso,... beneficiando desse conhecimento.

Num posto multimédia estão disponíveis mapas, textos, fotos dos locais, fotos dos trabalhos de escavação, e espólio de cada escavação. O visitante poderá navegar entre esses documentos, de acordo com os seus interesses e ao seu ritmo.

Junto do posto multimédia haverá a seguinte informação:

### **Os trabalhos arqueológicos em Castelo de Vide**

“A actividade desenvolvida pela Secção de Arqueologia, com o contributo de arqueólogos experientes, tem resultado em múltipla informação sobre a Vila e o castelo. Esta informação está à sua disposição.”



3. Percursos temáticos  
4. catálogo

## Percursos

Como um dos objectivos deste trabalho de musealização é que a visita se prolongue para além do núcleo museológico do castelo, propomos os seguintes guias.

### Castelo – Torre de menagem, passeio da ronda<sup>40</sup>

Pretende-se que o visitante suba à Torre de Menagem para ver a paisagem urbana da Vila na sua intersecção com a zona rural envolvente, a Serra de S. Paulo, os contrafortes da Serra de S Mamede, as terras de Espanha e a Serra de S Pedro e, numa zona mais próxima, a organização dos quintais que envolvem a estrutura do castelo, assim como a labiríntica Vila, com os seus volumes, espaços e respectiva articulação, observando-se a luz que a contextualiza, ao longo do dia, numa mística evocativa.

Fora do núcleo central do castelo, o visitante percorrerá o burgo com início na Rua Direita e observará o ambiente essencialmente medieval, com as suas casas de uma dimensão à escala humana, de estrutura tipificada — a *loja* no rés-do-chão, os quartos e a sala de estar ou de jantar no piso intermédio, e no último piso a cozinha, normalmente com chaminé de fumeiro... — algumas recuperadas, mas mantendo essa estrutura espacial, adaptando-a à vida dos nossos dias, não só porque o espaço nem sempre permite alterações de fundo, mas também porque se criou uma cultura popular de ocupação de espaços.

De seguida, observará a Cadeia Municipal<sup>41</sup> com gradeamentos duplos, numa estrutura de dois pisos e visitará a exposição sobre a armaria de Castelo de Vide exumada das escavações feitas na Vila. Ainda na Rua Direita, poderá ver a casa da família Matos<sup>42</sup>, de alguma importância no século XVI, com o seu brasão entre as ombreiras da porta, e ainda a igreja da Senhora da Alegria que ostenta sobre a porta de entrada um painel de azulejo com um nicho, onde se encontra uma Nossa Senhora em cerâmica policromada do século XVII. A Igreja, no interior, está toda forrada com azulejos de tapete do século XVII. Observará a porta de S Pedro, que constitui a entrada no burgo pelo

<sup>40</sup> Ver anexo 53.



<sup>41</sup> Ver anexo 55

<sup>42</sup> Ver capítulo 6 da I parte desta tese.

norte, e novamente uma zona de quintais, circulando depois pela direita e passando pela rua dos quartéis, onde algumas *casernas* constituídas unicamente por uma pequena divisão, permanecem ocupadas por gente simples. Subindo de novo, passará na antiga *casa camarária* e voltará ao início do percurso. Uma atenção especial para o piso do chão, estruturado de forma a suportar as carroças de grande porte... O passeio de ronda ainda não é possível percorrê-lo na sua totalidade, por conseguinte esta volta pelo Burgo Medieval é aconselhável, podendo o visitante 'perder-se' deliberadamente nesse labirinto percorrendo-o na descoberta de saborosos pormenores, que passam despercebidos ao primeiro olhar.

### **S Salvador do Mundo**<sup>43</sup> – exposição sobre o Megalitismo do Norte Alentejano

Na estrada de circunvalação da Vila, depois da porta de S Pedro, o visitante encontrará a Capela do século XII recuperada, onde se instalou a exposição sobre o Megalitismo da zona que agrega Castelo de Vide, Nisa, Marvão, Valência de Alcantara, Cedillo... numa área privilegiada e singular nesse tempo pré-histórico.

<sup>43</sup> Ver anexo 54

### **Senhora da Penha**<sup>44</sup> — A Vila na sua organização urbanística

Local privilegiado para se ler com rigor toda a Vila em termos organizacionais, bem como compreender a sua estrutura evolutiva e a ocupação territorial aos longo dos tempos (*vide* texto descritivo no 2º capítulo).

<sup>44</sup> Ver anexo 56

### **Os Arrabaldes**<sup>45</sup> — Judiaria, Fonte da Vila e Canto da Aldeia

A judiaria, com a implantação da Sinagoga e Escola judaica, desenvolve-se numa estrutura radial à volta da Fonte da Vila, na encosta nordeste do castelo. O visitante poderá observar as casas ditas do *Arçário* e do *Rabi*, numa escala humana muito 'aconchegante', assim como as casas dos cristãos-novos com as cripto-inscrições de simbolismo religioso, e ainda as casas de comércio ou as oficinas agregadas à habitação dos seus donos, as portas de ogiva com suas

<sup>45</sup> Ver anexo 57

marcas de sovelas(?) nas ombreiras, a Rua das Espinhosas e, finalmente, as próprias termas, já desactivadas, e perceber o conjunto arquitectónico estruturante deste espaço que acabou por se interligar com toda a Vila.

O *canto da Aldeia*, conjunto de casas que se desenvolve pela encosta sudoeste fora do Castelo, seria, para António Repenicado, o núcleo original do povoado primitivo, embora Alexandre Herculano negue a existência de qualquer povoado nesta zona antes da reconquista, seguido por outros autores na mesma premissa. O aglomerado, pelo facto do declive não ser demasiado intenso, desenvolve-se aproveitando as linhas de nível e, a partir, daí por duas ruas principais, a da Costa e a de S Pedro, cortadas transversalmente por ruas de inclinação muito acentuada, dando acesso directo ao castelo. A Rua da Costa e a Rua de S. Pedro dirigem-se para a zona central da Vila, onde outrora se implantou a Ermida de Santa Maria da Devesa, dando lugar no século XVIII à Igreja Matriz de Santa Maria da Devesa, terminada em 1873. O *Canto da Aldeia* beneficia da proximidade do castelo e da Ribeira de S João que corre no vale, contribuindo para várzeas muito férteis.

### **Forte de S Roque**<sup>46</sup> — Praça Alta, Corredoura

O visitante neste percurso percorrerá a zona Este da Vila que sobe à Torrinha, desenvolvendo-se em ruas perpendiculares, numa urbanização característica do século XVIII, até ao forte de S. Roque. As muralhas da Vila foram alargadas no século XVIII, de modo a incluir a população que entretanto se instalara extra-muros. Na zona de S Francisco poderá imaginar, no sítio do actual Hotel Sol e Serra, e onde a muralha era interrompida pela nova porta que estabelecia a ligação a Marvão, o Arco de Aramenha, destruído no século XIX. Poderá ainda ver, a meia encosta, o Calvário, capela mítica na Páscoa com todo o cerimonial das festas religiosas.

Na Praça Alta e na Corredoura poderá observar as escarpas agrestes que defendiam a Vila das agressões inimigas do lado Este, desenvolvendo-se, no lado Oeste, uma estrutura urbana de quadrícula rectilínea adaptada à encosta

<sup>46</sup> Ver anexo 58.

que desce até ao centro da Vila onde, num redondel central, convivem o conjunto dos poderes civil, religioso e hoje em dia também o comercial, dando um ambiente receptivo ao visitante.

## Catálogo

Como norma, o Museu deverá ter um catálogo para que a exposição possa produzir, de uma forma continuada, efeito desmultiplicador e tenha algum eco junto de quem a visita. Penso ser indispensável criar um catálogo com opinião complementar de especialistas sobre as matérias tratada. Neste sentido deverá ser solicitado a alguns especialistas um texto com 4 a 6 páginas sobre os temas abaixo indicados: A problemática da reutilização de espaços históricos na dinamização turístico-cultural — Câmara e IPPAR; Megalitismo — Jorge de Oliveira; praça de arma e suas leituras — Pedro Cid; O registo dos estuques — João Magusto; o foral de D Manuel — António Pita; Revitalização do património judaico-medieval — Susana Bicho; os judeus — Carmen Ballesteros; silos e inumações — Joaquim Carvalho; o espólio integrado no Núcleo Museológico — Helena Catarino; Descrição das peças em exposição; Museografia — Carlos Abafa.

Este último ponto, que ultrapassa o tempo efectivo da elaboração desta tese e requer a colaboração de outros investigadores, não passa, no estado actual de investigação que me propus realizar, de mera intenção de trabalho, pois o referido catálogo será uma obra individualizada, tendo naturalmente, a matriz da presente dissertação.

No entanto, apresento o layout do catálogo a implementar.<sup>47</sup>

<sup>47</sup> Ver anexo 62



5 - Considerações Finais

## Considerações finais

O desafio principal que se me deparou, foi o da relação do conteúdo museológico com o espaço que o iria receber.

A remodelação arquitectónica apresentava-se numa linha de depuração de tratamento, valorizando o existente, sem destruir elementos que, embora não tendo uma lógica aparente, por respeito ao construído deviam ser preservados, de modo a deixar para o futuro a interpretação de estruturas, materiais e processos, numa atitude consciente de que o conhecimento presente é sempre provisório.

Por conseguinte, ao nível da concepção museológica, tive que optar entre seguir uma linha de 'anular' o existente, criando um discurso museal independente das superfícies e formas envolventes, ou optar por um discurso dialogante com o espaço e integrá-lo de uma forma positiva. Não se tratava de um espaço qualquer, mais ou menos 'perturbador' para o discurso museológico, mas de um espaço integrado no castelo, ele próprio elemento desse mesmo discurso. O castelo era simultaneamente contentor e conteúdo.

Tentei equilibrar a informação avulsa de que dispunha sobre os aspectos históricos da vila e castelo, com a organização visual/comunicacional, para que daí resultassem propostas interessantes para a concretização do Núcleo Museológico.

O espólio existente, resultante das escavações na Vila, é interessante ao nível do contexto histórico, e apesar de não ter objectos de grande valor material, é valioso quanto ao valor afectivo bem como para a compreensão da história local. Foi agrupado por temas para que, de um modo simples, o visitante,

sobretudo o autóctone, possa tomar consciência da importância do legado dos antepassados, criando sinergias para a defesa de um património comum.

Numa perspectiva de consolidação do património, penso ser útil e estimulante que se procure continuar com as escavações arqueológicas no castelo, sobretudo na área do Salão ou Antigo Teatro, para tentar encontrar alguns restos das construções de Duarte de Armas, como refere o arquitecto Pedro Cid na sua monografia do castelo feita para o IPPAR. Ou ainda para ver se se confirma uma outra teoria, a da existência de ocupação muçulmana. Só com as escavações se poderá conhecer a história de Castelo de Vide em maior profundidade, pois que por via documental será obviamente mais complexo.

Este núcleo museológico que o IPPAR, em parceria com a Edilidade, está a desenvolver, penso ser vital para que os castelo-videnses possam avaliar da importância de conhecer o desenvolvimento da Vila ao longo dos tempos, e participar, não só visitando mas também cedendo, doando, ou por outras formas colocando à disposição do Núcleo materiais, descrições, objectos que possam contribuir para a compreensão da história da Vila. Assim, faz sentido lançar o repto à Câmara Municipal e ao proprietário para estudarem a possibilidade de musealizar um baixo relevo figurando um cavaleiro em luta numa justa medieval, descrito por Diamantino Trindade<sup>1</sup>, que poderia trazer, à luz dos conhecimentos actuais, informações valiosas.

Existem duas situações, não equacionadas na criação do Núcleo Museológico do Castelo, que penso serem vitais para a dinamização do espaço a criar.

Uma delas, fundamental, é a necessidade de haver um local de RESERVAS destinado ao espólio agregado ao núcleo museológico, o que facilitaria a renovação de exposições e o estudo das colecções. Essas Reservas poderiam também estar disponíveis para visitas técnicas de estudiosos que necessitassem

investigar o espólio, em determinadas situações. Este espaço deveria estar organizado e sistematizado de acordo com as colecções e respectivos fundos e com a possibilidade de visitas orientadas.

Como localização sugiro, pela natureza e proximidade do núcleo museológico, a antiga Cadeia Municipal situada na Rua Direita e que dá acesso, pelas traseiras, à Praça de Armas. Parece-me uma situação interessante, a ser equacionada numa 2ª fase do projecto.

Outra situação, menos premente, mas a considerar, seria a criação de uma sala para exposições temporárias. Um dos critérios seria o tratamento de temáticas próximas do exposto no núcleo museológico, fazendo-se nesse âmbito o intercâmbio com outros museus na organização de exposições itinerantes. Outro critério a sustentar, numa lógica de qualidade formal e artística, seria o de acolher intervenções de cariz contemporâneo na interacção com as temáticas das colecções em presença. Isto parece fundamental para chamar até si novos públicos, ou estimular segundas visitas e dinamizar continuamente um espaço que se quer vivo.



6. Bibliografía Consultada

## Bibliografia consultada

- Jorge de ALARCÃO. *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins, 2002
- P ALBERCH. "Objectos y Conceptos: la renovación del Museo Nacional de Ciencias Naturales". *Lecciones*. Universidad de Alcalá. Madrid 1994.
- João ALMEIDA. Reprodução anotada do 'Livro das Fortalezas de Duarte de Armas'. pp. 166-168.
- J Amo ARNAU. *Arquitectura Estética Empírica*, Escuela Técnica. Biblao, 1975.
- Marc AUGÉ. "Não-lugares, imaginário e ficção". *Anuário 98*. ano sete. 19-20. pp. 170-173. Lisboa, 1998
- Marc AUGÉ. "Os não lugares". *Antropologia do Espaço*. 2ª edição. Oeiras, 2002
- Carmem BALESTEROS e Jorge OLIVEIRA. "A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide". *Revista Ibn Maruán*, nº 3. Marvão, 1993. pp 124-152
- Carmem BALESTEROS e Jorge de OLIVEIRA. "Muros religiosos de Castelo de Vide". *Revista Ibn Maruán*, nº 5, Marvão, 1995. pp. 97-111.
- Carmen BALESTEROS. "Marcas de simbologia religiosa Judaica e Cristã - para um levantamento prévio em povoações da Raia Portuguesa e Espanhola (I)". *Revista Ibn Maruan*. Nº 6. Marvão, 1996. pp. 139-152.
- José Pedro Martins BARATA. "Castelo de Vide – Castell DaVide – Castelo d'Avid?" Separata da *Revista de Portugal – Série A: Língua Portuguesa – Vol. XXXIII – Lisboa, 1968*.
- Michael BELCHER. *A Organización y diseño de exposiciones. Su relación con el museo*. Ediciones Trea. Gijón, 1997.
- Susana Maria de Quintanilha e Mendonça Mendes BICHO. *A Judiaria de Castelo de Vide. Contributos para o seu Estudo na Óptica do Património Urbano*. Dissertação de mestrado em Património Arquitectónico e Paisagístico da Universidade de Évora, 1999. [Policopiado].
- Augusto da Silva CARVALHO. *Garcia D'Orta*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1934
- Joaquim CARVALHO. "Ocupação Humana no Concelho de Castelo de Vide desde a Pré-história até à Alta Idade Média". *Revista Ibn Maruán*, 8 Marvão, 1998. pp. 183-191.
- Joaquim CARVALHO. "Ammaia e a sua rede viária, algumas propostas de trabalho". *Revista Ibn Maruán*. nº 12. Marvão, 2002. pp. 69-83.
- Helena CATARINO, Cerâmicas "Tardo-Medievais/Modernas do Alto Alentejo: a escavação de um silo na vila do Crato". *Actas das 1ª jornadas Cerâmicas Medievais e Pós Medieval métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela. Outubro de 1992. pp 129-136.

Helena CATARINO, *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados*. Al-'Uliã, nº 6. 3vols. Câmara Municipal de Loulé. Loulé, 1997/98.

Pedro CID. *As Fortificações Medievais de Castelo de Vide*. Monografia para o IPPAR. Julho, 2004. [Policopiado].

Possidónio M Laranjo COELHO. "Terras de Odiana". Edição *fac-simile* na Revista *Ibn Maruán*, nº 11. Marvão, 2001.

Possidónio M Laranjo COELHO, relator de "O Brasão de Armas o Sêlo e a Bandeira do Município de Castelo de Vide". Separata de *O Castelovidense*. M. CM. XLIV.

Possidónio Mateus Laranjo COELHO. *Os cardadores de Castelo de Vide: subsídios para a etnografia (industriais) do distrito de Portalegre*. Porto, 1921.

Possidónio Mateus Laranjo COELHO. *Três médicos cientistas naturais de Castelo de Vide*. Academia das Ciências de Lisboa, 1953.

Manuel Silvío Alves CONDE, "Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos finais da Idade Média". *Arqueologia Medieval*, 5 Porto, 1997. pp. 244-246.

João dos Santos Ramalho COSME, Maria de Deus Beites MANSO. "O movimento comercial da alfândega de Marvão no ano de 1533". Revista Cultural de Portalegre *A Cidade*, nº 3 Portalegre, 1989. pp. 77-85.

Lucília Verdelho da COSTA. *Ernesto Korrodi, arquitectura, ensino e restauro do património*. Editorial Estampa. Lisboa.

Pereira da COSTA. *Monumentos Prehistóricos* Descrição de Alguns Dolmens ou Antas de Portugal. Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1868

J DAVALON. Le musée est-il vraiment un média?, *Publics et Musées*. Lyon, 1992

Aida Fernanda DIAS, et al., *Fragments de textos medievais portugueses da Torre do Tombo*, Lisboa, IAN/TT, 2002.

Gillo DORFLES, in *Símbolo, comunicación y consumo*, Lumen, Barcelona, 1984.

Luís Miguel DUARTE, *Justiça e criminalidade no Portugal medievo*. Lisboa, 1999.

A Penador FERNANDES, J Correia PERDIGÃO, H Figueiredo de CARVALHO e A Martins PERES. In *Carta Geológica de Portugal*. Escala 1/50 000. Notas explicativas da *Folha 28D* Castelo de Vide. Lisboa, 1973.

Helder Adegar FONSECA. *As elites económicas, 1850-1870: anatomia social e empresarial*. *Análise Social* nº 136-137. UL – Instituto das Ciências Sociais. Lisboa, pp. 711-744.

Jacques HEERS. *O Ocidente nos séculos XIV e XV*. S. Paulo, 1981.

Francisca Hernández HERNÁNDEZ. *O Museu como espacio de comunicação*. TREA, 1998.

Isabel Maria FERNANDES. "De barro se faz memória". *Olaria Portuguesa: do fazer ao usar*. Lisboa, 2003. pp. 17-33.

Ana Calado INÁCIO. "Nordeste alentejano: Povoamento e defesa. (1378-1405)". *Revista Cultural de Portalegre, a Cidade*, nº 8 Portalegre, 1993. pp.173-188.

Ana Rita Santos JORGE. *The Old Burgo of Castelo de Vide – Portugal Safeguard and Conservation*, Thesis of 2<sup>nd</sup> year, Center for the Conservation of Historic Towns and Buildings, Katholieke Universitet Leuven, 1991

H. LAUTENSACH. Publicações recentes acerca da Península Ibérica (quarta notícia). *Finisterra* Vol. VI, nº 12. Lisboa, 1971. pp. 255-276.

Augusto Pinho LEAL. *Portugal Antigo e Moderno*. Vol. Mattos Moreira e Cia. V Lisboa, 1875.

Maria Paula Marçal LOURENÇO. "Para o estudo da actividade inquisitorial no Alto Alentejo: a visita da Inquisição de Lisboa ao bispado de Portalegre em 1578-1579". *Revista Cultural de Portalegre a Cidade*, nº 3 (nova Série), Portalegre, 1989. pp. 109-138.

Vasco MANTAS. *A rede viária romana do território Português*. Dir. de João Medina, Vol. III. Ediclube. 1993. pp. 213-230

Maroevic, "The Museum item-source and carrier of information" in *Informatologia Jugollavic*. 1983.

A H Oliveira MARQUES. "A Sociedade Medieval Portuguesa- aspectos de vida quotidiana". Lisboa. 1981

Maria Alegria F MARQUES *O Papado e Portugal no tempo de Afonso III 1245-1279*. Coimbra [s.n.] 1990. [Policopiado]

Ana Cardoso de MATOS. "A indústria dos lanifícios no Alentejo (finais do século XVIII a finais do século XIX)". *Ler História*. Nº 40/2001. pp. 95-125.

Ana Maria Cardoso de MATOS. *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista. O caso dos lanifícios do Alentejo*. Lisboa, 1998.

Rui MAURÍCIO, "O Mosteiro de D Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532)", *Urbanismo e Arquitectura*, Magno Edições. Leiria, 2000. p. 121.

João Gouveia MONTEIRO. *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa, 1999.

Domingos Nunes de OLIVEIRA. *Discurso jurídico economico-politico em que se mostra a origem dos Pastos que neste Reino se chamão Communs...* Lisboa, 1788

Jorge OLIVEIRA. *Praça d'Armas do castelo de Castelo de Vide*. Relatório de 1985. [8 pp.], [Policopiado].

Jorge OLIVEIRA. *Praça de Armas do castelo de Castelo de Vide*. Relatório de 1986. [8 pp.], [Policopiado].

Jorge OLIVEIRA. *Praça de Armas do castelo de Castelo de Vide*. Relatório de 1987. [47pp.], [Policopiado].

Jorge OLIVEIRA. "Relatório dos Trabalhos Arqueológicos na Praça d'Armas de Castelo de Vide/campanhas de 1985, 1986 e 1987-A". [68 pp.], [Policopiado].

Jorge OLIVEIRA. "Trabalhos Arqueológicos na Praça de Armas de Castelo de Vide-1988". Relatório de 1988. [7 pp.], [Policopiado].

Jorge OLIVEIRA. Relatório de escavações de 1988 na Sinagoga de Castelo de Vide. [7 pp.], [Policopiado].

Jorge OLIVEIRA. Relatório de escavações de 1989 na Sinagoga de Castelo de Vide. [5 pp.], [Policopiado].

Jorge OLIVEIRA. *Actas do 1º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre*. Portalegre, 1987. pp. 145-156.

Jorge Fortes de OLIVEIRA. *Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever*. Tese de Doutoramento na Universidade de Évora. Edição Especial da Revista *Ibn Maruán*, Tomo I. Marvão, 1997.

José Augusto da Cunha Freitas de OLIVEIRA. *Castelo de Vide nos séculos XIII-XV*. [Policopiado].

Afonso PAÇO. "Carta arqueológica do Concelho de Castelo de Marvão", separata do *XIII Congresso das Ciências*. Lisboa 1953 [31 pp]

Nuno Teotónio PEREIRA, Luis Sá PEREIRA. *Plano Geral de Urbanização*. Vol. I. *Análise*. Câmara Municipal de Castelo de Vide. Castelo de Vide, 1983.

Rui de PINA. "*Crónica de D Dinis*", segundo códice inédito nº 891 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Livraria Civilização. Porto, 1945

Maria da Conceição M RODRIGUES. *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide*. Lisboa, 1975.

Maria Teresa Campos RODRIGUES. "Aspectos da administração municipal de Lisboa, no século XV". Separata da *Revista Municipal*. pp.101-109. Lisboa, 1968.

António Vicente Raposo REPENICADO. "Da notável Vila de Castelo de Vide. Apontamentos". Separata do Jornal *TERRA ALTA*. Castelo de Vide, 1969

Mário de SAA, *As Grandes Vias da Lusitânea. O Itinerário de Antonino Pio*. Vol. Lisboa, 1956

Bernardo de SÁ-NOGUEIRA. A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches, em 1271. "Antecedentes regionais e significado político". Revista cultural *de Portalegre a Cidade*. Nº 6 (nova Série). Portalegre, 1991. pp. 19-45 .

Sandra Célia SANTOS. *Castelo de Vide. Escavações no edifício das cavaliças do castelo de Castelo de Vide*. Relatório dos trabalhos arqueológicos. ERA, 2004. [Policopiado].

Georg SCHURAMMER. "Desenhos orientais do tempo de S Francisco Xavier". Separata de Garcia da Horta. Revista *da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar*. Número especial 1956. pp. 247-255. "Códice 1889 da Biblioteca Casanatense de Roma, a antiga Biblioteca dos Padres Dominicanos.

Adel SIDARIUS. "Ammaia de Ibn Maruán: Marvão". Revista *Ibn Maruán*, nº 1 Marvão, 1991. pp. 13-26.

Albert SILBERT. *Le Portugal méditerranéen á fin de l'Ancien Régime*. Lisboa INIC, 1978.

Filomena SILVANO. *Antropologia do Espaço*. 2ª ed. Oeiras, 2001

Maria José Pimenta Ferro TAVARES. "Judeus e cristãos novos no distrito de Portalegre". Revista Cultural de Portalegre, *a Cidade*. Nº 3 (Nova Série). Portalegre, pp. 37-53

Maria José Ferro TAVARES. "Os Judeus em Portugal", História de Portugal de José Hermano SARAIVA. *Publicações Alfa*. Vol. 4. Lisboa, 1983. pp. 259-272.

Diamantino TRINDADE. *Castelo de Vide. Subsídios para estudo da Arqueologia Medieval*. Assembleia Distrital de Portalegre, 1979

Luisa TRINDADE, *A Casa Corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra, 2002.

Leite de VASCONCELOS. *História do Museu Etnográfico Português: 1893-1915*. Lisboa 1915

Leontina VENTURA. *A nobreza na corte de D Afonso III*, vol. II. Dissertação de doutoramento. Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra, 1992

César VIDEIRA. *Memória Histórica da Muito Notável Villa de Castello de Vide*. Lisboa, 1908

## Publicações

*Actas das 1ª jornadas Cerâmicas Medievais e Pós Medieval métodos e resultados para o seu estudo.* Tondela. Outubro de 1992.

*Actas do 1º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre.* 1987.

*Anuário do centro português de design. ano sete, Lisboa, 1998.*

Dicionário Ilustrado da História de Portugal. Publicações Alfa.1985

*História de Portugal* dirigida por Damião Peres. p.189. Vol.II

Jornal ABC de Agosto de 1988

Jornal *Castelovidense*. Ano 2 nº 42, 18 de Março de 1934.

Jornal *O Distrito de Portalegre* nº 405 de 23 de Dezembro de 1891, 8º ano

Livro de cozinha da Infanta D Maria. *Códice Português I. E. 33. da Biblioteca Nacional de Nápoles.* Prólogo, Leitura, Notas aos textos, Glossário e Índices de Giacinto Manuppella. Lisboa 1986.

Programa de Recuperação dos Castelos. Ministério da Cultura. IPPAR.

